

ANNAES
DA
ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL
DO
AMAZONAS
DE
1870 — 1871



MANÁOS

Impresso na Typ.—INDUSTRIAL—á Rua da Matriz n. 14.

1882

ANNAES

DA

Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas

DOS

ANNOS DE 1870—1871.

Sessão Preparatoria do dia 24 de Março de 1870.

Presidência interina do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

As onze e meia horas, presentes os srs. deputados, Ramos Ferreira, Ribeiro Guimarães, padre Barreto, Pereira de Sá, Sá e Souza, Arthur, Paula Ribeiro, Castro e Costa, Amorim, Irenio, Ferraz, Damazo, Dr. Aprigio, Pereira Guimarães e Tapajós, declarou o Sr. Presidente aberta a sessão.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio do secretario do Governo sobre o *Te-Deum* que deveria ser celebrado na igreja de Nossa Senhora dos Remedios no dia 25 do corrente ás 9 horas da manhã, pelo anniversario do juramento da Constituição do Imperio.

Fez mais a leitura de um officio do Secretario do Governo, enviando 20 exemplares de cada um dos regulamentos ns. 20, 21 e 22, do que mandou-se dar o destino conveniente.

Entrando na 1.ª parte da ordem do dia o sr. deputado Pereira Guimarães, como relator da 1.ª commissão de poderes, lêo o parecer e o additamento ao mesmo parecer do theor seguinte:

Parecer.—A 1.ª commissão de poderes a que foram substituidos os diplomas dos srs. deputados dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, José Coelho de Miranda Leão, padre Manuel Ferreira Barreto, dr. Aprigio Martins de Menezes, Henrique Barboza d'Amorim, Maximiano de Paula Ribeiro, Francisco Antonio Monteiro Tapajós, Manoel Pereira de Sá, Nicoláo José de Castro e Costa, Irenio Porfirio da Costa e José Arthur Pinto Ribeiro; assim como as actas da apuração geral e dos collegios eleitoraes do dis-

tricto e uma justificação que lhe subministrou o sr. deputado Manoel Ferreira Barreto, examinou com attenção a eleição dos ditos membros e nada tendo a oppôr sobre a sua legalidade é de parecer que sejam reconhecidos membros desta assembléa, contando-se-lhes os votos que obtiveram em separado no collegio desta capital, e os que a camara apuradora resolveu tomar em separado pertencente ao collegio de Barcellos, por nada haver que deponha contra a legitimidade dos respectivos eleitores. Julga, porém, a commissão que deve apresentar a consideração desta assembléa a illegalidade que nota na eleição do sr. José Bernardo Michilles, um dos membros eleitos para esta assembléa, por quanto este cidadão sendo 1.º supplente do juizo de orphãos do termo de Maués, esteve no exercicio deste cargo dentro dos quatro mezes anteriores a sua eleição e se achava incompatibilizado para receber os votos que recebeo, na conformidade do art. 1.º § 13 do decreto n. 1082 de 18 de Agosto de 1860. Em consequencia propõe a commissão que seja declarada nulla a sua eleição.

E como computados aos cidadãos sobre que recahiram os votos em separado do collegio da capital e os de Barcellos são os mais votados depois dos vinte membros a quem se expedirão diplomas, os cidadãos padre Daniel Pedro Marques de Oliveira e Thomaz Luiz Sympson, que ambos ficam com 31 votos, é a commissão de parecer que seja chamado para substituir o sr. José Bernardo Michilles, aquelle destes dois que for designado pela sorte, visto como se não verifica o caso do art. 1.º § 5.º do decreto supracitado para se proceder a uma nova eleição.

A respeito da justificação ministrada pe-

lo sr. deputado Manoel Ferreira Barreto, no sentido de provar que o cidadão Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha obteve votação no collegio de Teffé, tem a commissão a declarar que não constando da acta respectiva que o justificante tivesse obtido nesse collegio votação alguma, e nem se achando provada a verdade deste allegado pela justificação apresentada, cujas testemunhas, a excepção de uma juram sòmente de ouvir dizer que esse candidato obtivera votos em Teffé que umas dizem em n. 5 a 6, outras de 6 a 7, outras de 6 a 8, outras de 6 a 9 e outras finalmente de 7 a 9; não pôde esta assembléa attender ao justificante para o fim de computar no numero de votos que obteve e constam das actas, esses de que se diz expoliado.

Sala das commissões d'assembléa provincial do Amazonas, 24 de Março de 1870.—Clementino José Pereira Guimarães—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães—Estevão José Ferraz.

Additamento ao parecer da 1.^a commissão de poderes.—E' mais de parecer a commissão que sejam reconhecidos deputados desta assembléa os srs. dr. Manoel de Sá e Souza e Damazo de Souza Barriga, cujo diploma acaba de lhe ser presente, visto nenhuma duvida apparecer sobre a sua legalidade.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 24 de Março de 1870.—Os membros da commissão, Clementino José Pereira Guimarães—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães—Estevão José Ferraz.—Os quaes sendo postos a votos foram approvados, depois de algumas considerações do sr. deputado padre Barreto.

Foi apresentado o parecer da 2.^a commissão nestes termos:

A segunda commissão de poderes, tendo examinado os diplomas dos srs. deputados Clementino José Pereira Guimarães, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Estevão José Ferraz, e confrontando os mesmos diplomas com as actas da apuração geral e dos quatro collegios eleitoraes da provincia os achou conformes, e nada tendo a oppor-se sobre a idoneidade dos ditos senhores deputados, é de parecer:—1.^o Que se contem aos mesmos srs. deputados os votos que obtiveram

em separado nos collegios desta capital, e os que a camara apuradora tomou em separado do collegio de Barcellos, por os considerar a commissão legitimos, e nem uma impugnação se apresentar contra ella. 2.^o que sejam reconhecidos membros desta assembléa os sobreditos srs. Clementino José Pereira Guimarães, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Estevam José Ferraz.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 24 de Março de 1870.—Maximiano de Paula Ribeiro—Nicoláo José de Castro e Costa.—O qual foi approved sem debate.

Entrando-se na segunda parte o sr. presidente convidou os srs. deputados a eleição da meza, para a qual obtiveram votos e foram reconhecidos: presidente, o sr. deputado Ramos Ferreira; vice-presidente, o sr. deputado Gabriel; 1.^o secretario, o sr. deputado Tapajós; 2.^o dito, o sr. deputado Arthur; e para supplentes os srs. deputados Amorim, padre Barreto, dr. Sá, Damazo, Irenio e Aprigio. Tendo os srs. deputados Barreto e Amorim obtido igual numero de votos foi decidido pela sorte que o sr. deputado Amorim ficasse 1.^o supplente, o sr. deputado padre Barreto, 2.^o dito; decidindo tambem a sorte que estes fossem substituidos pelos srs. deputados dr. Aprigio e dr. Sá.—Tendo sido annullada a eleição de José Bernardo Michilles procedendo-se o sorteio entre os srs. Thomaz Luiz Symphon e padre Daniel Pedro Marques d'Oliveira que tendo igual numero de votos para membros desta assembléa. A sorte decidiu á favor do sr. Symphon que ficou reconhecido como seu membro. Não havendo mais nada á tratar mandou o sr. presidente fazer as devidas communicações ao Exm.^o Sr. Presidente da provincia, e aos srs. deputados para no dia seguinte pelas oito horas da manhã irem assistir na capella de Nossa Senhora dos Remedios á missa votiva do Espirito Santo e ali prestarem o devido juramento, reunindo-se depois no paço desta assembléa para o fim marcado no art. 19 do regimento e levantou a sessão.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela mesa. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario, a subscrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, presidente.—Francisco Antonio Montei-

ro Tapajoz, 1.º secretario.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario.

Sessão do dia 25 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Ribeiro Guimarães, Sá e Souza, Pereira Guimarães, Symson, padre Barreto, Ferraz, Amorim, Castro e Costa, Paula Ribeiro, Irenio, Damazo, Aprigio, Arthur e Tapajoz; foi aberta a sessão.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio em que o secretario da Presidencia respondeu ao que hontem lhe foi dirigido, e communicou da parte da Presidencia que hoje pelas dez e meia horas teria lugar a abertura desta assembléa, do que ficou a casa inteirada.

O sr. presidente nomeou uma commissão de 5 membros para receber o sr. Presidente da provincia, quando se apresentasse no paço desta assembléa, a qual ficou composta dos srs. deputados Castro e Costa, Pereira de Sá, Damazo, Sá e Souza e padre Barreto. Não estando presente o sr. deputado Sá e Souza na occasião que chegou o sr. Presidente da provincia, foi nomeado para substituil-o o sr. deputado Ferraz.

Vindo a meza o diploma do sr. deputado Leonardo Ferreira Marques, foi enviado a 1.ª commissão de poderes, a qual depois de examinar, deo o seguinte parecer:

A 1.ª commissão de poderes a quem foi presente o diploma do sr. deputado Leonardo Ferreira Marques, tendo-o examinado e confrontado com a acta da apuração geral, e outras dos collegios eleitoraes da provincia, é de parecer que contados ao dito sr. deputado, os votos que obteve em separado, como já propoz a respeito de outros em seu parecer anterior, seja reconhecido membro desta assembléa.

Sala das commissões d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 25 de Março de 1870.—Os membros da commissão, Clementino José Pereira Guimarães—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães—Estevão José Ferraz.—O qual sendo approvado foi o sr. coronel Leonardo Ferreira Marques

reconhecido membro desta assembléa, e o sr. presidente nomeou uma commissão composta dos srs. deputados Irenio, Pereira de Sá e Paula Ribeiro, para que o apresentasse na sala, o que feito, o sr. deputado Ferreira Marques prestou juramento e tomou assento. A hora aprazada chegou o sr. Presidente da Provincia, leo o seo relatorio e retirou-se com as formalidades do estilo. O sr. presidente levantou a sessão dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—Nomeações de commissões.

Para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, presidente. —Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º secretario.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario.

Sessão do dia 26 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Ribeiro Guimarães, Sá e Souza, Pereira Guimarães, Symson, padre Barreto, Ferraz, Amorim, Castro e Costa, Paula Ribeiro, Irenio, Damazo, Aprigio, Arthur e Tapajós; faltando por motivos justificados os srs. deputados Ferreira Marques e Leão.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo dous requerimentos, de João Barboza de Amorim e Carlos Gavinho Vianna, pedindo cada um delles o lugar de amanuense da secretaria da assembléa. Foram submettidos a consideração da casa taes requerimentos, e deferido favoravelmente o de Amorim, ficando assim prejudicado o outro.

Não havendo nada na 1.ª parte da ordem do dia, o sr. presidente declarou que entrando na 2.ª, convidava aos srs. deputados a votar nas commissões que se seguem; procedendo-se ao escrutinio para a commissão de poderes, obtiveram votos: dr. Sá, 15; Clementino e Gabriel, 13 cada um; Ferraz, 3; Barreto, 2; Amorim e Symson, 1 cada um; sendo os membros desta com-

missão os srs. deputados dr. Sá e Souza, Clementino e Gabriel.

Para a de fazenda provincial:—Castro e Costa, 14; Gabriel, 13; Maximiano, 13; Amorim, 3; Irenio, 1; padre Barreto, 2; Ferraz, 1; sendo os membros da comissão os srs. deputados Castro e Costa, Gabriel e Maximiano.

Para a de agricultura, commercio e artes:—Major Sá, 15; Damazo, 13; Aprigio, 7; Irenio, 4; Sympson, 3; Leonardo, 3; Barreto 2; Leão, 1; dr. Sá, 1; sendo os membros desta comissão os srs. deputados major Sá, Damazo e Aprigio.

Para a de propostas, etc.:—Sympson, 14; Damazo, 13; Ferraz, 13; Leonardo, 2; Sá e Souza, 2; Irenio, 1; padre Barreto, 1; Aprigio, 1; Amorim, 1; foram declarados membros desta comissão os srs. deputados Sympson, Damazo e Ferraz.

Para a de estatística, catechese e civilização dos indios:—Padre Barreto, 10; Leonardo, 9; Leão, 9; Gabriel, 7; Aprigio, 4; Damazo, 3; Paula Ribeiro, 1; major Sá, 1; Sympson, 1; Clementino, 1; Irenio, 1; Amorim, 1; foram declarados membros desta comissão os srs. deputados padre Barreto, coronel Leonardo e Leão.

Para a de instrução publica:—Padre Barreto, 15; Amorim, 14; Irenio, 12; Sympson, 3; Aprigio, 2; dr. Sá, 1; Clementino, 1; sendo membros os srs. deputados padre Barreto, Amorim e Irenio.

Para a de Obras publicas:—Sympson, 9; Sá e Souza, 8; Clementino, 7; Ferraz, 6; Gabriel, 5; Maximiano, 4; Leonardo, 3; major Sá, 2; Leão, 2; Castro e Costa, 2; Aprigio, 1; sendo membros os srs. deputados Sympson, Sá e Souza e Clementino.

Para a de negocios ecclesiasticos:—Padre Barreto, 10, Maximiano, 7; Aprigio, 7; Sá e Souza, 6; Irenio, 5; Gabriel, 3; Leonardo, 3; Sympson, 2; Castro e Costa, 1; Ferraz, 1; Clementino, 1; sendo membros os srs. deputados padre Barreto, Maximiano e Aprigio.

Para a de força provincial:—Ferraz, 15; Maximiano, 5; Leonardo, 5; Pereira de Sá, 5; padre Barreto, 4; Leão, 4; Damazo, 4; Clementino, 2; Gabriel, 2; Aprigio, 2. Estando empatados os votos recalhados nos srs. deputados Maximiano, Leonardo e Pereira de Sá; desempatados, ficou a commis-

são composta dos srs. deputados Ferraz, Maximiano e Leonardo.

Para a de redacção:—Padre Barreto, 15; Irenio, 11; Clementino, 8; Amorim, 6; Sá e Souza, 2; Gabriel, 1; Aprigio 2; major Sá, 1; sendo membros desta comissão os srs. deputados padre Barreto, Irenio e Clementino.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 28 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Clementino, Irenio, Gabriel, Ferraz, Damazo, Sympson, Sá e Souza, Leão, Maximiano, Castro e Costa, Amorim, Barreto, Aprigio e major Sá; faltando por motivo justificado o sr. deputado Ferreira Marques; o sr. presidente abriu a sessão.

Expediente não ha.

O sr. deputado padre Barreto, apresentou dous requerimentos que são do theor seguinte: O deputado padre Manoel Ferreira Barreto pede dispensa da comissão de redacção, não só por lhe faltar intelligencia para o desempenho de tão trabalhosa e elevada comissão como por estar sobrecarregado de serviço em tres comissões de que é membro. Paço d'assembléa, 28 de Março de 1870.—O deputado, padre Manoel Ferreira Barreto. Tendo sido mal succedido na dispensa que pedio da comissão de redacção, pede escusa de uma das outras de que faz parte, o que deixa a escolha dos srs. deputados. Paço d'assembléa legislativa provincial, 28 de Março de 1870.—O deputado, padre Manoel Ferreira Barreto. O 1.º requerimento foi indeferido, o 2.º attendido; sendo dispensado da comissão de catechese, procedendo-se por isso a votação de um membro para substituil-o, cuja votação recahiu nos srs. deputados seguintes: Amorim obteve 9 votos; dr. Aprigio, 4; Clementino, 2; Sympson, 1; major Sá,

1: sendo declarado membro da referida comissão o sr. deputado Amorim.

O sr. deputado Tapajós apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que se nomeie uma comissão para manifestar ao Exm.^o Sr. Presidente da provincia a satisfação de que se acha possuida esta assembléa pelos melhoramentos moraes e materiaes que tem desenvolvido em bem da provincia e assegurar-lhe toda adhesão desta assembléa.—Paço d'assembléa, 28 de Março de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós. Contra o que orou o sr. deputado Aprigio, e o sr. deputado Sá e Souza, pedio que se declarasse que não votava a favor da primeira parte do requerimento porque não tinha conhecimento dos actos de S. Exc.^a, e quanto a segunda parte por julgá-la inconveniente, e que em consciencia julgava-se obrigado a fazer essa declaração: orando a favor os srs. deputados Tapajós, Clementino, Ferraz e o sr. presidente deixou a cadeira, voltando a ella logo que acabou; sendo afinal aprovado o requerimento.

O sr. deputado Clementino apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que seja a meza autorisada a contractar a impressão das actas, projectos e mais trabalhos desta casa, com a typographia que mais commodo fizer esses trabalhos e mereça a sua confiança, impondo além de outras clausulas convenientes a de ser a publicação das actas a proporção que ellas forem tendo lugar ou mais aproximadamente possível. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 28 de Março de 1870.—O deputado, Pereira Guimarães. Foi approvedo sem debate.

O sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Apresentação de projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—A nomeação da comissão que tem de levar a S. Exc.^a o Sr. Presidente da provincia o voto de graça segundo o requerimento; 3.^a leitura dos projectos n.^{os} 22 e 23 do anno passado.

Para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, a subscrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P. — Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 29 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Gabriel, Ferraz, Damazo, Sympson, Sá e Souza, Leão, Maximiano, Castro e Costa, Amorim, padre Barreto, Aprigio e major Sá; faltando por motivos justos os srs. deputados Ferreira Marques e Clementino. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foram lidas as actas dos dias 24, 25 e 26 e foram approvadas, sendo tambem approvada com duas emendas feitas pelos srs. deputados Ferraz e dr. Sá e Souza, a acta do dia 28.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.^o secretario lêo dous officios do sr. secretario do governo; o 1.^o acompanhado de uma petição em que Narciza Joaquina de Carvalho Pinheiro, viuva do capitão Manoel Joaquim da Costa Pinheiro pede seja dispensada de pagar a quantia de reis 514\$000. Foi remettido a comissão de fazenda; o 2.^o, declarando que S. Exc.^a estava sciente de terem tomado assento os srs. deputados Leonardo e Sympson. A archivar.

Lêo tambem outro officio do mesmo secretario, declarando que S. Exc.^a expedio as convenientes ordens para serem pagas as ajudas de custo aos srs. deputados vindos de fóra da capital.

Passando-se a 1.^a parte, o sr. presidente nomeou uma comissão que ficou composta dos srs. deputados Damazo, Sá, Castro, Ferraz e Gabriel, que tem de levar o voto de graça ao Exm.^o Sr. Presidente da provincia.

Passando-se a 2.^a parte, o sr. 1.^o secretario fez a leitura dos projectos n.^{os} 22 e 23 do anno passado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Apresentação de projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—O que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu, José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario a escrevi.

—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—
Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.
—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 30 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Clementino, Irenio, Ferraz, Damazo, Simpson, Sá, Sá e Souza, Leão, Maximiano, Castro e Costa, Amorim e padre Barreto; faltando os srs. deputados Ferreira Marques e Gabriel, por motivos justificados, e Aprigio que entrou depois d'aberta a sessão. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta do dia 29 e foi approvada.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo 4 officios do sr. secretario do governo: o 1.º remettendo copia do officio da camara municipal da capital, pedindo 2:000\$000 reis para serem applicados a despeza de arborisação de algumas ruas e praças desta cidade.—Foi a commissão de camaras. O 2.º, declarando que o Sr. Presidente da provincia ficou sciente de ter sido nomeado João Barbosa d'Amorim, amanuense da secretaria desta assembléa.—Foi a archivar. O 3.º remettendo uma petição em que os assignatarios della pediam que na agencia da cidade de Tefé se cobrem os despachos das cargas remettidas d'aquella cidade á praça do Pará.—Foi a commissão de fazenda. O 4.º, finalmente, remettendo os papeis relativos ás despesas das camaras municipaes da provincia.—A commissão de camaras.

ORDEN DO DIA

1.ª Parte:—O sr. deputado Clementino apresentou o seguinte projecto, que tomou o n.º 1 e teve a 1.ª leitura:

Art. 1.º Fica desde já creada uma cadeia de 1.ªs letras para o sexo feminino no bairro do Espirito Santo desta capital.

Art. 2.º Os vencimentos que devem retribuir a cadeia de que trata o art. 1.º serão os marcados na tabella annexa ao regulamento n. 18 de 14 de Março de 1869.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa provincial do Amazonas, 30 de Março de 1870.—O deputado, Clementino José Pereira Guimarães.

O sr. deputado Ferraz apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que se nomeie uma commissão para reorganisar o regimento interno para esta assembléa, em substituição do que actualmente serve, que o considero imperfeito. Sala das sessões d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Março de 1870.—O deputado, Estevão José Ferraz. Foi approvado.

Tambem foi apresentado pelo sr. deputado padre Manoel Ferreira Barreto outro requerimento, como se segue:—O deputado Manoel Ferreira Barreto, pede se lhe mande entregar os documentos pelos quaes a assembléa concedera a jubilação constante da lei n. 184 de 19 de Maio de 1869 § 10 do art. 4.º, ficando authentica na caza. Paço d'assembléa legislativa provincial, 30 de Março de 1870.—O deputado, padre Manoel Ferreira Barreto. Foi approvado.

E nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.ª Parte:—Apresentação de projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte:—Nomeação da commissão para reformar o regimento da casa; 2.ª leitura do projecto n.º 1, discussão dos projectos n.ºs 22 e 23 do anno passado, e o que occorrer.

Para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 31 de Março de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajoz, Arthur, Clementino, Ferraz, Damazo, Simpson, Sá, Sá e Souza, Leão, Maximiano, Castro e Costa, padre Barreto e Aprigio; faltando os srs. deputados Amorim, Gabriel e Irenio, que chegando depois de feita a

chamada, e o sr. deputado Leonardo que faltou sem cauza. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta do dia 30 que foi approvada, com uma pequena alteração.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.^o secretario leu um officio do secretario do governo em que communica que S. Exc.^a ficou sciente de ter a assembléa contractado por intermedio de sua respectiva meza com Paulo Teixeira Mendes para occupar o lugar de servente da mesma com a gratificação de 60\$000 reis.—Foi a archivar.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—Foi apresentado pelo sr. deputado Ferraz o requerimento seguinte:—Requeiro que esta assembléa requizite da autoridade ecclesiastica por intermedio da Presidencia, os esclarecimentos necessarios a conhecer-se da razão porque, estando provida do respectivo vigario a freguezia de Tauapessassú, acha-se ella ha bastante tempo em perfeito abandono, e os seus habitantes assim privados de ouvir a palavra de Deos e de receber o pasto espiritual. Sala das sessões d'assembléa provincial do Amazonas, 31 de Março de 1870.—O deputado, Estevão José Ferraz. Foi approvedo.

O sr. deputado padre Barreto apresentou o seguinte projecto que tomou o n. 2 e teve a 1.^a leitura:

Art. 1.^o No biennio de 1872 a 1873 será de oito mil réis diarios o subsidio dos membros da assembléa legislativa provincial.

Art. 2.^o A ajuda de custo para os membros da assembléa, que residirem nos districtos da provincia será conforme a tabella annexa á lei 179 de 11 de Julho de 1869, menos para os que morarem na capital, visto não comportarem despesas de viagem.

§ Unico. Para os que habitarem qualquer outra parte do Imperio, ou paiz estrangeiro será o subsidio de dous mil reis por legua, a contar sómente de Parintins para cá, base invariavel a contagem das distancias dos pontos aqui designados.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa provincial do Amazonas, 30 de Março de 1870.—O deputado, padre Manoel Ferreira Barreto.

O sr. deputado dr. Aprigio apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que se requizite do Presidente da provincia esclarecimentos, não só sobre a commissão do capitão Fernando de Barros e Vasconcellos como delegado de policia e commandante do destacamento de Maués, como tambem qual a necessidade e cauza de tal commissão. Manãos 30 de Março de 1870.—O deputado, Aprigio. O sr. deputado Clementino orou contra o requerimento, e o sr. deputado Aprigio o sustentou. Foi regeitado.

2.^a Parte:—O sr. 1.^o secretario fez a leitura do projecto n. 1; foi approvedo. Léo o projecto n. 22 que tambem passou em 1.^a discussão. Léo o projecto n. 23; oraram contra, o sr. deputado Simpson, e a favor os srs. deputados dr. Sá e Souza e Gabriel; tambem passou na 1.^a discussão.

O sr. presidente declarou que ia proceder a nomeação da commissão para reformar o regimento da eaza, obtendo votos para isso os srs. deputados: Gabriel, 13; Clementino, 12; Sá e Souza, 11; Amorim, 4; Simpson, 3; Aprigio, 2; padre Barreto, 2; Castro, 1; sendo declarados membros da commissão os srs. deputados Gabriel, Clementino e Sá e Souza.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte: — Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a parte:—3.^a leitura do projecto n.º 1; 2.^a leitura do projecto n.º 2 e o que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario, a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 1.^o de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Clementino, Ferraz, Damazo, Sym-

pson, Sá, Maximiano, Castro e Costa, padre Barreto, Aprigio, Gabriel, Irenio e Amorim; faltando os srs. deputados dr. Sá e Miranda Leão por motivos justos, e Leonardo, sem cauza. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente que foi approvada com duas emendas.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio do sr. secretario do governo, communicando que S. Exc.ª o Sr. Presidente da provincia remetteo á thesouraria da fazenda provincial copia do contracto que acompanhou o officio n.º 9 de hontem. A archivar. Lêo mais um officio de Clementino José Pereira Guimarães, enviando a carta imperial que o nomeou 3.º vice-presidente da provincia, pedindo lhe fosse marcado dia para prestar juramento d'aquelle cargo. Foi-lhe marcado o dia 4 do corrente mez e nomeada pelo sr. presidente d'assembléa uma commissão especial que se compõe dos srs. deputados Gabriel, Ferraz, Damazo, Sá e padre Barreto, para a recepção do dito sr., na fórma do regimento.

ORDEM DO DIA

O sr. deputado Ferraz declarou que a commissão de felicitação ao Sr. Presidente da provincia está prompta para quando S. Exc.ª a quizesse receber.

O sr. deputado Sympson apresentou um projecto que tomou o n.º 3 e teve a 1.ª leitura:

Art. Unico. Fica revogada em todas as suas disposições a lei desta provincia n.º 178 de 6 de Julho de 1868, que concede uma subvenção annual de 4:000\$000 reis por espaço de 5 annos ao artista dramatico José de Lima Penante ou a quem mais vantagens offerecer para dar representações theatraes nesta cidade e edificar um theatro de sua propriedade exclusiva.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, em Manáos, 1.º de Abril de 1870.— Os deputados, Thomaz Luiz Sympson—Estevão José Ferraz—Padre Manoel Ferreira Barreto—Henrique Barboza d'Amorim.

E nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte.—Leitura dos projectos n.ºs 22 e 23 do anno passado e o que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu, José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro 2.º S.

Sessão do dia 2 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Clementino, Ferraz, Damazo, Sympson, Sá, Maximiano, Castro e Costa, Barreto, Aprigio, Gabriel, Irenio, Sá e Souza e Amorim; faltando os srs. deputados Leão, por motivo justo e Leonardo, sem causa. Havendo numero legal foi aberta a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente que foi approvada.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio do sr. secretario do governo, declarando que S. Exc.ª ficou sciente do conteúdo do seu officio n.º 12 de hontem datado, e que receberá a commissão a que se refere hoje ao meio dia.

O sr. presidente suspendeu a sessão até á volta da dita commissão, que logo que chegou o seo relator o sr. deputado Ferraz lêo a felicitação dirigida a S. Exc.ª o Sr. Presidente da provincia, assim como a resposta do mesmo Exm.º Sr., que foi recebida com especial agrado.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte.—Nada occorreo.

2.ª Parte.—Foi feita a 3.ª leitura do projecto n.º 2.

Entrou em 2.ª discussão o projecto n.º 22, que foram approvados os seus arts. 1 e 2. Tambem entrou em discussão o projecto n.º 23 que foi regeitado.

E não havendo mais nada a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão dando a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte.—Projectos, indicações e requerimentos. Juramento ao 3.º vice-presidente da provincia.

Lima Penante

2.^a Parte:—O que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario a escrever.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 4 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

As onze horas, presentes os srs. deputados, Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Ferraz, Damazo, Sá, Maximiano, Castro e Costa, Barreto, Aprigio, Gabriel, Irenio, Sá e Souza, Amorim e Leão; faltando com causa o sr. Symphon, sem causa o sr. Leonardo. Havendo numero legal abre-se a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente e approvada.

Como consta da do dia antecedente, compareceo o 3.^o vice-presidente desta provincia, Clementino José Pereira Guimarães, para prestar juramento do referido cargo; foi recebido com as formalidades que prescreve o regimento, e depois desses actos tomou a cadeira de membro desta casa.

EXPEDIENTE:

Lêo-se tres officios do sr. secretario do governo: 1.^o, declarando que foram remettidas á thesouraria provincial as contas que acompanharam os officios n.^{os} 13 e 14; o 2.^o, que foi remettido á mesma thesouraria a folha que acompanhou o officio n.^o 15; o 3.^o, finalmente, cobrindo o relatorio e mais papeis da thesouraria de fazenda provincial. Foi a commissão de fazenda.

Lêo um requerimento de Torquato Xavier Monteiro Tapajós, pedindo uma subvenção annual para matricular-se em uma das academias de engenharia civil do imperio, assim como o quantitativo necessario para as respectivas matriculas.—A' commissão d'instrucção publica.

ORDEN DO DIA

Foi apresentado pelo sr. deputado Aprigio o seguinte projecto que tomou o n.^o 4, e teve a 1.^a leitura:

Art. 1.^o O governo fica autorizado a adiantar aos empregados provinciaes a importancia de que cada um precisar para

inscrever-se no Monte-Pio dos servidores do Estado.

Art. 2.^o O adiantamento de que trata o art. antecedente, será feito precedendo requerimento do pretendente, que apresentará certidão de idade e de vencimentos para ser attendido.

§ 1.^o O adiantamento será para a inscripção não só na razão dos vencimentos do empregado, porém tambem de mais um terço.

§ 2.^o A thesouraria provincial mandará recolher a geral a importancia da joia e primeira annuidade de cada pretendente á referida inscripção, logo que tenha sciencia de haver elle obtido deferimento do Monte-Pio.

§ 3.^o Os cofres provinciaes serão indemnizados na razão de 5 por cento dos vencimentos que competirem aos empregados beneficiados.

Art. 4.^o A indemnisação se fará descontando, no acto do pagamento dos vencimentos, a quota relativa a um mez sem attenção a outros descontos.

Art. 5.^o O governo não dispensará a prestação de fiança para garantia dos empréstimos, que se fizerem, segundo fica estabelecido.

Paço, d'assembléa provincial do Amazonas, em Manáos, 4 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Projectos, indicações, requerimentos e pareceres.

2.^a Parte:—2.^a leitura do projecto n.^o 4; 3.^a leitura dos projectos n.^{os} 1 e 2; 3.^a do de n. 22, e o que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela mesa.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 5 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Clementino, Barreto, Irenio, Gabriel, Ferraz, Damazo,

Sympson, Sá e Souza, Aprigio, Sá, Castro e Costa, Maximiano e Amorim; faltando com causa o sr. Arthur, e sem ella o sr. Ferreira Marques. Havendo numero legal abre-se a sessão.

Foi lida e approvada a acta do dia antecedente com algumas alterações requeridas pelos srs. deputados Barreto e Sympson, ácerca do juramento de 3.º vice-presidente que prestou o sr. deputado Clementino, e pelo sr. deputado Castro e Costa sobre a petição apresentada por Torquato Xavier Monteiro Tapajós, na parte em que pede quantitativo necessario para as matriculas do curso de engenharia civil em uma das academias do Imperio, se alcançar a subvenção que requer a esta assembléa.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte:—Pedio a palavra o sr. deputado Gabriel e apresentou o seguinte requerimento:—Requeiro dispensa de membro da commissão de fazenda. Paço d'assembléa, 5 de Abril de 1870.—Ribeiro. O qual depois de ter contra elle orado o sr. deputado Aprigio e ter sido posto á votos, foi regeitado.

2.ª Parte:—Teve a 2.ª leitura o projecto n.º 4, que foi julgado objecto de deliberação; 3.ª do de n.º 3.

Passaram sem alteração em 1.ª discussão os projectos n.ºs 1 e 2. O de n. 22 porém, em 3.ª discussão, depois de muito debatido, orando contra os srs. deputados Gabriel e Sá e Souza, e a favor, Aprigio, Sympson e Ferraz; ficou á requerimento do sr. deputado Aprigio vencido, que deveria ser remetido á uma commissão especial para brevemente apresental-o refundido, á vista das emendas havidas.

Feita a eleição para esse fim, e decidido o empate entre os srs. Ferraz e Sá e Souza, a commissão compõe-se dos srs. Aprigio, Sympson e Sá e Souza, não obstante ter pedido á casa escusa.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 4 e o mais que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta.—

—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—
Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.
—Henrique Barboza d'Amorim.

Sessão do dia 6 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Aprigio, Irenio, Ribeiro, Ferraz, Damazo, Sympson, Sá e Souza. Sá, padre Barreto, Castro e Costa, Maximiano e Amorim; faltaram com causa os srs. Arthur e Clementino, e sem ella os srs. Leonardo e Leão. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida e approvada sem debate a acta do dia antecedente.

EXPEDIENTE:

Foi lido um requerimento de Torquato Xavier Monteiro Tapajós, pedindo a retirada de uma outra petição que foi apresentada a esta assembléa e de que tratam as actas anteriores.—A' commissão de instrução publica.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte:—Os srs. deputados Ferraz e Castro e Costa, como relatores das commissões de camaras e fazenda provincial, pediram que se lhes marcasse dia e hora para a apresentação das propostas de orçamentos respectivos:—Foi-lhes marcada a sessão seguinte.

2.ª Parte:—Teve a 3.ª leitura o projecto n. 4.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, requerimentos, indicações, e leitura dos pareceres das commissões de fazenda e camaras.

2.ª Parte:—O que occorrer.

Para constar se lavrou a presente acta.
—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—
Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.
—Henrique Barboza d'Amorim.

Sessão do dia 7 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós,

Clementino, Irenio, Ribeiro, Ferraz, Damazo, Symphon, Leão, Sá, Aprigio, Sá e Souza, padre Barreto, Castro e Costa, Maximiano e Amorim; faltaram com causa o sr. Arthur, e sem ella o sr. Ferreira Marques. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada sem debate a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE:

Um officio do Presidente da provincia, declarando ter mandado pagar pela thesouraria provincial a conta que acompanhou o officio da meza desta assemblêa sob n. 16.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Ferraz, como membro da commissão de camaras, leu o seguinte projecto, que tomou o n.º 5 e teve a 1.^a leitura:

A assemblêa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º As camaras municipaes desta provincia ficam autorisadas a despende no anno financeiro de 1871—1872 as quantias que vão marcadas na presente lei; a saber:

CAPITULO I

DESPEZAS MUNICIPAES

§ 1.º CAMARA DA CAPITAL

Ao secretario, ordenado . . .	1:200\$000	
Gratificação . . .	150\$000	1:350\$000
Um amanuense, ordenado . . .	800\$000	
Gratificação . . .	100\$000	900\$000
Porteiro, ordenado . . .	600\$000	
Gratificação . . .	100\$000	700\$000
Dous fiscaes, ordenados . . .		2:000\$000
Engenheiro, ordenado . . .		600\$000
Advogado, gratificação . . .		400\$000
Administrador do cemiterio, ordenado . . .	500\$000	
Gratificação . . .	100\$000	600\$000
Capellão do dito, gratificação . . .		400\$000
Procurador, porcentagem 12 % . . .		§
Fiscaes do interior, porcentagem 10 % . . .		§
Expediente . . .	500\$000	
Custas judiciais, jury e eleições . . .	1:500\$000	
Luz, sustento, vestuario e curativo de presos pobres . . .	2:800\$000	
Festas do culto divino e de regosijo publico . . .		300\$000
Festas do cemiterio . . .		200\$000
Guisamento para a capella do mesmo . . .		50\$000
Compra de paramentos para a mesma . . .		500\$000
Limpezas de ruas e praças . . .	3:500\$000	
A dous guardas campestres, gratificação . . .	1:200\$000	
Desapropriação de terrenos para utilidade municipal . . .		1:000\$000
Obras do cemiterio 5. ^a e ultima prestação . . .	4:157\$148	
Dita do caes de Tamandaré 5. ^a prestação . . .	10:000\$000	
Vencimentos dos coveiros . . .	1:440\$000	
Aluguel da casa onde funciona a camara . . .	960\$000	
Com reparos da capella do cemiterio . . .	2:000\$000	
Com a edificação de um curro na capital para servir de matadouro . . .	4:000\$000	
Com arborisação das ruas e praças da cidade . . .	2:000\$000	
Com a compra de um retrato de Sua Magestade o Imperador, para o paço da camara . . .		300\$000

Com a construcção de um cemiterio em Borba . . .	500\$000
Idem idem em Manicoré . . .	500\$000
Eventuaes . . .	500\$000

44:857\$148

§ 2.º CAMARA DE TEFFÉ

Secretario, ordenado . . .	600\$000	
Gratificação . . .	100\$000	700\$000
Fiscal aferidor, ordenado . . .		250\$000
Porteiro e continuo . . .		100\$000
Coveiro do cemiterio, ordenado . . .		100\$000
Procurador, porcentagem 12 % . . .		§
Fiscaes de fóra, porcentagem 12 % . . .		§
Festas do culto divino e de regosijo publico . . .		200\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres e indigentes . . .		800\$000
Limpeza das ruas e praças da cidade e das freguezias do municipio . . .		300\$000
Aluguel da casa em que funciona a camara . . .		400\$000
Custas judiciais, jury e eleições . . .		800\$000
Expediente . . .		200\$000
Com a compra de uma casa para as suas sessões e cadeia . . .		4:000\$000
Com a aquisição de mobilia para a casa das sessões da camara . . .		300\$000
Para principio da obra do cemiterio da freguezia de Alvellos . . .		400\$000
Com a compra de alfaias e outros objectos para a capella do cemiterio da cidade de Teffé . . .		100\$000
Com a abertura de um poço na mesma cidade para abastecimento de agoa potavel . . .		500\$000
Com o começo de um caes defronte da capella do Bom Jesus . . .		100\$000
Eventuaes . . .		100\$000

10:250\$000

§ 3.º CAMARA DE SERPA

Secretario, ordenado . . .	500\$000
Fiscal aferidor, ordenado . . .	300\$000
Porteiro, continuo e administrador do cemiterio . . .	320\$000
Ao procurador e fiscaes de fóra, porcentagem 10 % . . .	§
Ao medico de partido para a camara . . .	500\$000
Custas judiciais, jury e eleições . . .	600\$000
Festas do culto divino, e regosijo publico . . .	150\$000
Luzes, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres e indigentes . . .	600\$000
Limpeza de ruas e praças e do cemiterio . . .	800\$000
Expediente . . .	100\$000
Abertura de duas ruas e uma estrada . . .	1:000\$000
Eventuaes . . .	100\$000

4:970\$000

§ 4.º CAMARA DE SILVES:

Secretario, ordenado . . .	300\$000
Fiscal, ordenado . . .	200\$000
Porteiro aferidor, ordenado . . .	130\$000
Administrador do cemiterio, ordenado . . .	90\$000
Ao procurador e fiscaes de fóra da villa, porcentagem 12 % . . .	§
Custas judiciais, jury e eleições . . .	100\$000
Festas do culto divino, e regosijo publico . . .	180\$000
Luzes, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres e indigentes . . .	100\$000
Limpeza de ruas e praças . . .	150\$000
Dita do igarapé «Mucajatuba» . . .	100\$000
Construcção de uma escada no porto da villa . . .	300\$000
Concerto da casa da camara . . .	500\$000
Conclusão da obra da capella do cemiterio . . .	400\$000
Mobilia para o paço da camara . . .	100\$000

Expediente	100\$000
Eventuaes	100\$000
	2:850\$000

§ 5.º CAMARA DE VILLA BELLA:

Secretario, ordenado	600\$000
Fiscal, ordenado	240\$000
Capellão do cemiterio	300\$000
Administrador do mesmo	200\$000
Porteiro aferidor	150\$000
Procurador e fiscaes de fóra da villa, porcentagem 12 %	\$
Festas do culto divino e de regosijo pu- blico	200\$000
Custas judiciaes, jury e eleições	600\$000
Expediente	400\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres e indi- gentes	300\$000
Limpeza da villa e estrada do cemiterio	400\$000
Idem da freguezia do Anderá	100\$000
Concerto da casa da camara e cadeia	2:400\$000
Para a construcção de uma rampa de pe- dra no porto da villa	1:500\$000
Concerto da capella do cemiterio	200\$000
Abertura e limpeza de uma estrada até a margem do Igarapé «Macuramy»	800\$000
Eventuaes	200\$000
	8:590\$000

§ 6.º CAMARA DA CONCEIÇÃO:

Secretario, ordenado	500\$000
Fiscal e administrador do cemiterio, or- denado	300\$000
Porteiro, continuo e aferidor	250\$000
Ao procurador e fiscaes de fóra da villa, porcentagem 12 %	\$
Custas judiciaes, jury e eleições	200\$000
Expediente	100\$000
Festas do culto divino e de regosijo pu- blico	100\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres e indi- gentes	750\$000
Limpeza de ruas e praças	150\$000
Eventuaes	100\$000
	2:270\$000

§ 7.º CAMARA DE BARCELLOS:

Secretario, ordenado	300\$000
Fiscal, ordenado	150\$000
Porteiro e administrador do cemiterio	130\$000
Ao procurador e fiscaes de fóra da villa, porcentagem 12 %	\$
Limpeza das ruas da villa e freguezia de Moura, Thomar e S. Gabriel	250\$000
Festas do culto divino e de regosijo pu- blico	100\$000
Custas judiciaes, jury e eleições e expe- diente da camara	100\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo de presos pobres e indigen- tes	400\$000
Com a construcção de uma ponte na villa	800\$000
Reparos da casa da camara e cadeia	400\$000
Eventuaes	50\$000
	2:380\$000

CAPITULO II

RENDAS MUNICIPAES

Art. 2.º As camaras municipaes da provincia farão arrecadar no exercicio de 1870 á 1871 as rendas seguintes:

§ 1.º Aferição de pesos, medidas e balanças na fórma da tabella annexa a presente lei.

§ 2.º 2 % de todos os generos que forem exportados para fóra de seus municipios deduzidos dos preços porque estiverem calculados nas pautas da the-

souraria provincial e somente dos que n'elles tenham sido fabricados.

§ 3.º Multas por infracções de leis e regulamentos geraes, provinciaes e municipaes.

§ 4.º Saldos de exercicios anteriores.

§ 5.º Prestações e donativos.

§ 6.º Rendimentos do cemiterio.

§ 7.º Divida activa.

§ 8.º Licença para armazens de seccos e molhados, ou de ambos os generos

§ 9.º Idem para casas commerciaes fóra dos povoados, canoas de regatões e foguetarias

§ 10. Licença para canoas empregadas na conducção de pedras, aréa ou lenha

§ 11. Idem para açougue, padaria, botica ou drogaria

§ 12. Idem para quitandas

§ 13. Idem para casa de bilhar ou outro qualquer jogo lícito

§ 14. Idem para theatro ou outra qualquer casa de espectáculo não gratuito

§ 15. Idem para lojas ambulantes de fazendas e miudezas

§ 16. Idem para cada pessoa que vender joias de ouro, prata ou pedras preciosas pelas ruas

§ 17. Idem para carro de luxo, de conducção ou de vender agua

§ 18. Idem para casa de officina, feitorias de fabricar seringa, e de salga de peixe

§ 19. Idem para tirar esmolos, exceptuadas as irmandades que tiverem compromisso approved

§ 20. Idem por escriptorios de agentes de leilão ou de commissões

§ 21. Idem para casas commerciaes em que se venderem seccos e molhados, ou ambos os generos a retalho, á saber:

A casa cujo fundo fór até 1:000\$000

De 1:000\$ até 2:000\$

De mais de 2:000\$

Por cada remo, ou outro instrumento empregados na extracção de ovos de tartaruga nas praias do municipio

§ 22. Decima de predios urbanos. A cobrança deste imposto continuará a ser feita pelo regulamento n.º 6 de 9 de Fevereiro de 1857; mas só na capital fará d'ora em diante parte da renda provincial.

CAPITULO III
DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 3.º Ficam approvados os creditos supplementares autorizados pelo presidente da provincia no exercicio de 1869 a 1870.

Art. 4.º Fica a camara municipal da capital autorizada a fazer construir no local que fór indicado pelo presidente da provincia, e a vista de plano e orçamento approved por elle, um curro que tambem servirá de matadouro, ao qual dará regulamento que será posto em execução depois de approved provisoriamente pelo mesmo presidente. Sala das commissões, 6 de Abril de 1870.—Ferraz—Simpson—Damazo.

TABELLA A QUE SE REFERE O § 1.º DO ARTIGO 2.º DA
PRESENTE LEI

Pela aferição de cada medida para secco, liquido, ou de comprimento	\$200
Idem de balança de marco com seus pesos	1\$600
Idem idem com pesos de meia quarta até uma arroba	2\$400
Idem idem de meia arroba até quintal	3\$600
Idem de peso avulso—cada um	\$400

A aferição será feita annualmente até o fim de Junho, e sempre que se tiver de fazer uso de balanças, pesos e medidas ainda não aferidas.

Sala das commissões da assembléa provincial do Amazonas, 6 de Abril de 1870.—Estevão José Ferraz—Thomaz Luiz Simpson—Damazo de Souza Barriga.

O sr. deputado Castro e Costa, como relator da comissão de fazenda, apresentou o projecto do orçamento da receita e despesa provincial, que tomou o n.º 6 e teve a 1.ª leitura:

A comissão de fazenda, tendo compulsado os documentos de receita e despesa da thesouraria de fazenda provincial, é de parecer que seja adoptado o seguinte projecto, fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1870 á 1871.

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º A receita provincial para o anno financeiro de 1870 á 1871 é orçada em reis 317:183\$077.

Art. 2.º O presidente da provincia é autorisado a despender a referida quantia pelo modo seguinte:

TITULO I

DA DESPEZA

Art. 3.º Com a representação provincial:

§ 1.º Subsidio aos membros da assembléa legislativa provincial e ajuda de custo	7:000\$000	
§ 2.º Expediente e publicação dos trabalhos	1:000\$000	
§ 3.º Vencimentos dos empregados da secretaria	2:900\$000	
	<u>10:900\$000</u>	

Art. 4.º Com a secretaria do governo:

§ 1.º Vencimentos dos empregados inclusive a gratificação do secretario, conforme a tabella de 31 de Março de 1869	12:500\$000	
§ 2.º Expediente, impressão de leis, regulamentos e relatorios	5:000\$000	
§ 3.º Subvenção á folha para publicação do expediente	1:000\$000	
	<u>18:500\$000</u>	

Art. 5.º Com a instrução publica:

§ 1.º Vencimentos dos empregados da directoria	3:800\$000	
§ 2.º Idem de 6 professores do liceo	7:200\$000	
§ 3.º Para compra de livros para a Bibliotheca	300\$000	
§ 4.º Prestação ao seminario episcopal para sustento de 12 meninos pobres, fillos da provincia	4:520\$000	
§ 5.º Gratificação ao reitor do seminario	400\$000	
§ 6.º Vencimentos aos professores e professoras do ensino primario, inclusive uma gratificação de 300\$ ao professor particular Manoel da Fonseca Beiral	25:100\$000	
§ 7.º Expediente da directoria, utensilios, compendios e premios aos alumnos secundarios e primarios	3:000\$000	
§ 8.º Subsidio a 5 meninos, fillos desta provincia que estudarem na Europa sciencias ecclesiasticas, sob a direcção do prelado, a 500\$000 cada um	2:500\$000	
	<u>46:820\$000</u>	

Art. 6.º Com o estabelecimento de educandos:

§ 1.º Vencimentos dos empregados	4:400\$000	
§ 2.º Jornaes a mestres das officinas, operarios e serventes	2:500\$000	
§ 3.º Alimentação a 80 educandos	12:000\$000	
§ 4.º Materiaes para as officinas	5:000\$000	
§ 5.º Utensilios	2:000\$000	
§ 6.º Fardamentos	5:000\$000	
§ 7.º Expediente e despesas miudas	500\$000	
	<u>31:400\$000</u>	

Art. 7.º Com o culto publico:

§ 1.º Gratificação ao vigario geral	800\$000	
§ 2.º Congrua ao coadjutor da freguezia da capital, á vista de attestado do vigario geral, ou, na sua auzencia, da camara municipal	400\$000	
§ 3.º Gratificação ao sacristão da Matriz da capital, á vista do attestado do vigario	240\$000	
§ 4.º Para a festa da semana santa na capital	400\$000	
Esta importancia será entregue ao thesoureiro da irmandade do SS. Sacramento, ou ao vigario, quando este se encarregar de fazer a festa.		
§ 5.º Guisamento ás parochias da provincia	1:200\$000	
§ 6.º Aliaias ás matrizes, que mais necessitam, e cujos parochos se mostrarem mais zelosos na conservação dellas	2:000\$000	
	<u>5:040\$000</u>	

Art. 8.º Com a saude e caridade publica:

§ 1.º Com o tratamento dos presos pobres indigentes, que forem recolhidos á enfermaria por ordem da presidencia	1:000\$000	
§ 2.º Para o tratamento e sustento dos infelizes elephantiacos	1:200\$000	
	<u>2:200\$000</u>	

Art. 9.º Com as obras publicas:

§ 1.º Vencimentos dos empregados segundo a tabella de 13 de Julho de 1869	4:300\$000	
§ 2.º Expediente da repartição	400\$000	
§ 3.º Continuação da nova matriz da capital	30:000\$000	
§ 4.º Idem do palacete	15:000\$000	
§ 5.º Com a construção de uma igreja matriz na freguezia que mais necessitar	10:000\$000	
§ 6.º Com reparos das que existem	2:500\$000	
§ 7.º Com calçamentos de ruas nesta capital	15:000\$000	
§ 8.º Com a casa do mercado conforme o contracto feito na thesouraria provincial em 10 de Fevereiro ultimo	19:800\$000	
§ 9.º Com a construção de fontes d'agua pota-		

tractiva da sociedade Beneficente, pedindo duas loterias a favor da referida sociedade. —A comissão de fazenda. Léo também um officio do sr. deputado Clementino José Pereira Guimarães, participando não comparecer a assembléa por ter assumido a administração da provincia na qualidade de 3.º vice-presidente.

O sr. presidente convidou a casa a votar para preenchimento das vagas que ha nas diversas comissões, o que se procedeo e foram eleitos membros: para a comissão de poderes, os srs. deputados Sympson e Ferraz; para a de redacção, o sr. deputado Amorim; para a de agricultura, o sr. deputado Leão; para a de camaras, o sr. deputado Castro e Costa; para a comissão especial que tem de tratar do projecto n.º 23, o sr. deputado Leão; para a especial que tem de rever o regimento da casa, os srs. deputados Barreto e Sympson.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte:—O sr. deputado Barreto, apresentou o requerimento seguinte:—O deputado padre Manoel Ferreira Barreto, pede dispensa da comissão de rever o regimento da casa, visto estar sobrecarregado de outras trabalhosas comissões. Paço da assembléa legislativa provincial, 13 d'Abril de 1870.—O deputado, padre Manoel Ferreira Barreto. Foi regeitado depois de haver o sr. deputado Ferraz orado contra.

O sr. deputado padre Barreto apresentou também o requerimento seguinte:—Requeiro que esta assembléa comprimente mediante uma comissão, a S. Exc.ª o Sr. vice-Presidente em exercicio.

O corpo legislativo da provincia, cheio d'enthusiasmo, se applaude pela gloria de ser chamado um membro seu para reger o destino do Amazonas, de quem é S. Exc.ª natural, titulos que não podem ser indifferentes a esta corporação que sempre commungou patrioticas differencias e justiça. Esta grata manifestação será realisada com previa communicação á S. Exc.ª na fórma costumada. Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, 13 de Abril de 1870.—O deputado, Padre Manoel Ferreira Barreto.

O sr. deputado Sympson pediu ao autor do requerimento explicações sobre elle, afim de saber a assembléa si o mesmo requeri-

mento importa uma felicitação ao Sr. vice-Presidente, ou se é apenas um cumprimento de cortezia e de regosijo por ser S. Exc.ª membro muito distincto desta casa assumido a administração da provincia.

O sr. deputado padre Barreto respondeu que a sua moção, como estava redigida era para um cumprimento de cortezia e a congratulação por parte da assembléa á S. Exc.ª, por ter assumido a administração da provincia, o qual requerimento foi approvado unanimemente, sendo nomeada uma comissão especial que se compõe dos srs. deputados Aprigio, Leão, Barreto, Maximiano e Gabriel, para cumprimentar a S. Exc.ª o Sr. vice-Presidente em exercicio.

O sr. deputado Aprigio apresentou o seguinte projecto que tomou o n.º 7 e teve a 1.ª leitura:

Art. 1.º Fica o governo da provincia autorizado a mandar admittir nos cursos de francez e mathematicas elementares do lyceo desta provincia os educandos artifices que mais aptidão revellarem no curso primario e nos officios a que se dedicarem.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa provincial do Amazonas, 13 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

O sr. presidente retirou-se por encomodado, vindo a substitui-lo o sr. vice-presidente.

2.ª Parte:—O sr. 1.º secretario lêo os pareceres das comissões de fazenda e das camaras municipaes.

Entrou em 1.ª discussão o projecto n.º 3; oraram a favor os srs. deputados Sympson e Ferraz, e contra o sr. deputado Castro e Costa.

Não havendo numero sufficiente de srs. deputados para a votação o sr. vice-presidente levantou a sessão dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte:—2.ª leitura do projecto n. 7; 3.ª dos de n.ºs 5 e 6 das leis do orçamento provincial e das camaras municipaes; 1.ª discussão dos de n.ºs 3 e 4; 2.ª discussão dos de n.ºs 1 e 2.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a es-

crevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira,
P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós,
1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro 2.º S.

Sessão do dia 18 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Ferraz, Sympson, Leão, Castro e Costa, Maximiano, padre Barreto, Aprigio e Sá; faltaram com causa os srs. deputados Gabriel, Amorim, Damazo e Sá e Souza, e sem causa o sr. deputado Leonardo. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida a acta do dia 13 do corrente que foi approvada com duas emendas.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um requerimento de Francisco Antonio de Carvalho, 2.º official da secretaria do governo, pedindo lhe seja contado o tempo que servio empregos geraes e provinciaes e aposentado com os vencimentos integral ou proporcional a 19 annos, 9 mezes e 23 dias.—Foi remetido á commissão de fazenda.

Tendo sido designado o sr. deputado Gabriel para em commissão ir cumprimentar o Sr. 3.º vice-presidente em exercicio, e estando doente, foi por isso designado o sr. deputado Ferraz, o qual rogo fosse dispensado de fazer parte dessa commissão, não sendo attendido pela casa.

O sr. presidente levantou a sessão até que a commissão voltasse; o que feito, o sr. deputado Aprigio declarou que já estava satisfeita a sua commissão, dando tambem conta do que em resposta disse S. Exc.ª o Sr. vice-presidente, que foi pela casa accito com especial agrado.

ORDEM DO DIA

O sr. deputado Aprigio apresentou o seguinte projecto que tomou o numero 8 e teve a 1.ª leitura:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorizado a mandar construir quanto antes, nesta capital e em lugar que offereça as condições hygienicas necessarias, um edificio para hospital da caridade.

Art. 2.º O hospital terá duas enfermarias distinctas e independentes, uma para

homens e outra para mulheres, além da que o governo tambem mandará edificar fóra da cidade para os elephantiacos.

§ 1.º Esta enfermaria fará parte do hospital, se comporá de duas secções para homens e mulheres e será estabelecida em lugar que possa ser visitada pelo medico do hospital pelo menos duas vezes por semana.

Art. 3.º Para taes fins o governo não poderá despender mais de 20:000\$000 reis.

Art. 4.º Logo que o edificio do hospital e enfermaria annexa estiverem promptos o Presidente da provincia proverá seu definitivo estabelecimento e costeiro, dando-lhe o necessario regulamento, que submeterá a approvação da assembléa provincial.

Art. 5.º N'esse regulamento o presidente da provincia poderá crear para administração do hospital e enfermaria o pessoal seguinte: um director, um medico, um escriptuario e enfermeiros, enfermeiras e serventes.

§ Unico. A estes empregados marcará o presidente os vencimentos que deverão ter.

Art. 6.º O hospital e enfermaria accommodarão 80 leitos sendo 30 para esta.

Art. 7.º No hospital serão recolhidos, curados e tratados a expensas da provincia os indigentes nacionaes ou estrangeiros, que forem como taes reconhecidos pelo presidente depois de ouvido o vigario da parochia.

Art. 8.º Os empregados do estabelecimento serão nomeados pelo presidente da provincia, menos os enfermeiros e serventes que serão de nomeação do director.

§ Unico. Estes empregados deverão ser pessoas de reconhecida moralidade e criterio.

Art. 9.º Nenhum doente será admittido no hospital sem ordem da presidencia.

Art. 10. Tambem no referido hospital poderão ser tratadas outras pessoas que n'elle se queiram curar, comtanto que pague as despesas de suas diétas, receitas e tratamento e se sujeitem ao regulamento da casa.

Art. 11. O Presidente da provincia no regulamento que confeccionará para execução desta lei, proverá os casos n'ella omisso.

Art. 12. Qualquer receita do hospital se-

Enfermaria - hospital

rá applicada ao seu custeio e melhoramento.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa provincial do Amazonas, 18 de Abril de 1870.—Os deputados, Aprigio Martins de Menezes—Miranda Leão—Thomaz Luiz Sympson.

Procedeo-se a 2.^a leitura do projecto n.º 7 que foi approvado.

Tiveram 3.^a leitura os projectos n.ºs 5 e 6 que foram approvados.

2.^a Parte:—Entrou em 1.^a discussão o projecto n.º 3, que foi approved. Entrou tambem em 1.^a discussão o projecto n.º 4; foi approved. Entrou em 2.^a discussão o projecto n.º 1, que foram approvados os seus artigos 1.º, 2.º e 3.º Entrou mais em 2.^a discussão o projecto n.º 2. O sr. deputado Ferraz mandou a emenda ao art. 1.º, como se vê: «Em lugar de 8\$000 reis seja marcado 10\$000 reis.» Posto a votos, sem a emenda, foi approved, e a emenda, regeitada. Ao art. 2.º o sr. deputado Sympson mandou a emenda seguinte: «Em lugar das palavras—somente de Parintins para cá, diga-se—do ponto mais distante da capital dentro da provincia: o mais elimine-se.—Sympson.» Posto a votos o 2.º artigo, sem a emenda foi approved, e a emenda regeitada, votando a favor da emenda, unicamente o sr. deputado Sympson, que pedio fosse isto declarado na acta.

E nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—2.^a leitura do projecto n.º 8; 3.^a leitura do projecto n.º 7.

Para constar se lavrou esta acta.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 19 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Ire-
nio, Gabriel, Ferraz, Sympson, Leão, Castro e Costa, Maximiano, Sá e Aprigio; fal-

tando por motivos justos os srs. deputados Amorim, Damazo, Barreto, Sá e Souza; e Leonardo por motivos não justificados. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente, a approvada sem debate

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio do sr. secretario do governo, communicando ter-se expedido ordem á thesouraria provincial para ser paga ao typographo Cunha Mendes a 1.^a prestação a que tivesse direito, nos termos do contracto que celebrou com esta assembléa.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—Nada accorreo.

2.^a Parte:—O sr. 1.º secretario lêo pela 2.^a vez o projecto n.º 8, e pela 3.^a o projecto n.º 7.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, indicações, requerimentos e pareceres.

2.^a Parte:—3.^a leitura do projecto n.º 8; 2.^a discussão dos de n.ºs 3 e 4; 3.^a discussão dos de n.ºs 1 e 2.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 20 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

As onze horas, presentes os srs. deputados, Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Ire-
nio, Gabriel, Ferraz, Sympson, Maximiano, Miranda Leão, Castro e Costa, Aprigio e Sá; faltando com causa os srs. deputados Damazo, Sá e Souza, Barreto e Amorim, e sem causa o sr. deputado Leonardo. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta do dia antecedente.

EXPEDIENTE:

Foi lido um requerimento de Francisco

Antonio Monteiro Tapajós, que foi remetido a comissão de poderes.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Gabriel, como relator da comissão de fazenda, apresentou o seguinte parecer:

Narciza Joaquina de Carvalho Pinheiro, viuva do capitão Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, no requerimento junto pede seja dispensada do pagamento da quantia de 514\$000 reis, alcance encontrado nas contas de seu marido relativas ao anno de 1852, em que servio de collecter das rendas provinciaes da villa de Serpa, em attenção aos relevantes serviços que seu fallecido marido prestou, os quaes sendo de recente data estão no conhecimento de todos, pelo que deixa de juntar documentos que os provem.

A comissão de fazenda tomando este requerimento na devida consideração, não poudo encontrar n'elle fundamento para que possa ser deferido; porquanto, está fóra das attribuições conferidas a esta assembléa pelos art.^{os} 10 e 11 da lei de 12 de Agosto de 1834 a dispensa requerida. E' verdade que algumas assembléas provinciaes tem concedido semelhantes dispensas e sido submittidas a decisão da assembléa geral, como bem se póde vêr da imperial resolução de 31 de Agosto sobre consulta do conselho d'estado de 12 de Junho de 1866.

Lastima a comissão que os serviços d'aquelle cidadão não tenham sido recompensados, principalmente quando tem conhecimento de que o governo imperial mandou que a presidencia informasse a respeito.

A comissão é de parecer que a assembléa não conceda a dispensa requerida, por estar fóra de suas attribuições.

Paço d'assembléa em Manáos, 20 d'Abril de 1870.—Os deputados, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.—Nicoláo José de Castro e Costa.—Maximiano de Paula Ribeiro.

Ficou sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.^a Parte:—Fez-se a 3.^a leitura do projecto n.º 8. Entrou em 2.^a discussão o projecto n.º 3, que foi approvedo. Entrou tambem em 2.^a discussão o de n.º 4, e discutiram a respeito do art. 1.º do dito projecto, os srs. deputados Aprigio, Castro e Costa, Gabriel e Sympson. O sr. deputado

Ferraz apresentou a emenda seguinte: «Em lugar de—empregados provinciaes—diga-se a cada um dos empregados provinciaes até a quantia de 1:000\$000 reis.—Ferraz.» Orando tambem a respeito o sr. presidente, que deixou a sua cadeira ao sr. vice-presidente, não voltando a ella até o fim da sessão. Posto em votação o 1.º artigo sem a emenda, não passou, e com a emenda foi regeitado.

Entrou em 3.^a discussão o projecto n.º 1: o sr. deputado Leão mandou uma emenda á meza, orando contra ella o sr. deputado Ferraz.

O sr. vice-presidente levantou a sessão por não haver numero de srs. deputados para pôr-se em votação o projecto com a emenda, e dêo para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—3.^a leitura dos projectos da comissão de fazenda; 1.^a discussão do projecto n.º 7; 3.^a discussão dos de n.ºs 1 e 2, e o que occorrer.

E para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela mesa.

Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 21 de Abril de 1870

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Tapajós, Aprigio, Irenio, Ferraz e Miranda Leão; o sr. Tapajós na qualidade de 1.º secretario, tomou a presidencia e declarou não haver sessão por falta de numero.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—Dr. Aprigio Martins de Menezes.

Sessão do dia 22 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Gabriel

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Gabriel, Tapajós, Arthur, Irenio, Ferraz, Sympson, Maximiano, Castro e Costa, Barreto, Aprigio, Sá e Amorim; faltando por motivos justos, os srs. deputados Gustavo,

Sá e Souza, Damazo e Miranda Leão, e sem causa, o sr. deputado Leonardo. Havendo numero legal o sr. vice-presidente declarou aberta a sessão.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

O sr. deputado Barreto, relator da comissão de instrução publica, apresentou o seguinte parecer:

A comissão de instrução, a quem foram submettidos dous requerimentos do padre Miguel Joaquim Fernandes, vigário interino da villa Bella da Imperatriz, nos quaes pede gratificação para continuar a leccionar latim, ensino que conta já oito alumnos, e doze em muzica, que tambem ensina, como dos attestados pela camara municipal d'aquella villa, é de parecer que esta assembléa lhe conceda a gratificação de 500\$000 reis, visto concorrer o peticionario, atravez das funcções parochiaes, para o progresso e civilisação sociaes, facilitando nessa villa o conhecimento da lingua latina, e da musica vocal a quem, fallido de recursos, não pode aprender fóra desse lugar; devendo mensalmente apresentar a thesouraria da fazenda provincial, depois de visada pelo director da instrução publica, attestação passada pelo inspector do districto conforme a doutrina do art. 17 do regulamento n.º 18 de 14 de Março de 1869 no § 5.º e seu collarario, afim de legalmente receber a mensalidade correspondente a 500\$000 reis de annuidade sem faltas do mappa nos mezes de Janeiro a Julho, como dispõe o collarario do § 4.º no citado art. 17, e sujeito não só aos §§ 1.º e 2.º do referido artigo senão a fiscalisação e penas a que está o professor publico de 1.ªs letras da provincia.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 22 de Abril de 1870.—Os deputados, Padre Manoel Ferreira Barreto.—Irenio Porfirio da Costa.—Henrique Barboza d'Amorim.

Ficou sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

Apresentou mais um projecto que tomou o n.º 9 e teve a 1.ª leitura:

Art. 1.º Ficam extinctas as freguezias de N. S. do Carmo do Rio Branco, de S. José de Marabitanas e de Santo Angelo de Tauapessassú no rio Negro, S. Francisco

Xavier de Tabatinga, e de Alvarães no rio Solimões.

Art. 2.º As freguezias extinctas ficam consideradas capellas filiaes pelas fórmás seguintes:

A de N. S. do Carmo do rio Branco, filial a parochia de Moura; a de S. José de Marabitanas, a de S. Gabriel; e de Tauapessassú, a de N. S. da Conceição desta cidade; a de S. Francisco Xavier de Tabatinga, e a de Alvarães, a de Santa Thereza de Teffé.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 22 de Abril de 1870.—O deputado, padre Barreto.

O sr. deputado Aprigio apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que se requesite da thesouraria provincial, com urgencia, um quadro demonstrativo das quantias arrecadadas por cada uma das collectorias da provincia, nos tres ultimos exercicios. Paço d'assembléa 22 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio. Foi aprovado.

O sr. deputado Ferraz apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro, em vista do art. 106 do regulamento, que se mande imprimir os dous pareceres apresentados, agora, pela comissão da instrução publica. Assembléa provincial, 22 de Abril de 1870.—O deputado, Ferraz. Submettido á votação, foi aprovado.

O sr. 1.º secretario lêo pela 2.ª vez os pareceres da comissão de fazenda. Entrou em 1.ª discussão o projecto n. 7, que foi aprovado. Entrou em 3.ª discussão o projecto n.º 1, que posto a votação conforme está redigido, foi aprovado; foi a comissão de redacção.

Tambem entrou em 3.ª discussão o projecto n.º 2. O sr. deputado Aprigio apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que se consulte a casa se o projecto n. 2 deve ser votado na presente discussão sem emendas que lhe foram apresentadas e regeitadas na 2.ª discussão ou com ellas.—O deputado, Aprigio. Foi aprovado. Posto a votos o projecto tal qual está redigido, foi aprovado, e remettido a comissão de redacção.

E nada mais havendo a tratar o sr. vice-

presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte: — Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—3.^a leitura do projecto n.º 9 e pareceres da instrução publica; 3.^a leitura do projecto n.º 8; 3.^a leitura de dous pareceres da comissão de fazenda; 1.^a discussão dos projectos n.ºs 5 e 6, orçamento provincial e municipal; 3.^a discussão do de n.º 3.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 23 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Gabriel

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Gabriel, Tapajós, Arthur, Irenio, Ferraz, Sympton, Maximiano, Castro e Costa, Barreto, Aprigio, Sá e Amorim, faltando com causa os srs. deputados Gustavo, Sá e Souza, Damazo e Leão, e sem causa o sr. Leonardo. Havendo numero legal o sr. vice-presidente declarou aberta a sessão.

Lida a acta do dia antecedente foi approvada.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Maximiano, relator da comissão de fazenda, apresentou os pareceres a respeito dos requerimentos de Francisco Antonio de Carvalho, segundo official da secretaria do governo, pedindo melhoramento de sua aposentadoria, e da mesa administrativa da sociedade beneficente do Amazonas, concluindo este com o seguinte projecto que tomou o n.º 10 e teve a 1.^a leitura:

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas decreta:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorizado a conceder a Sociedade Nacional Beneficente do Amazonas duas loterias.

Art. 2.º Estas loterias serão extrahidas na provincia sob o plano annexo.

Art. 3.º O beneficio resultante dellas se-

rá entregue a administração da dita sociedade para ser empregado no edificio que pretende levantar.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa do Amazonas, 22 de Abril de 1870.—O deputado, Gabriel.

PLANO PARA AS DUAS LOTERIAS

1 Premio de	2:000\$
1 " " " " " " " "	500\$
1 " " " " " " " "	100\$
8 " " " " " " " "	50\$ 400\$
20 " " " " " " " "	20\$ 400\$
20 " " " " " " " "	10\$ 200\$
375 " " " " " " " "	4\$ 1:500\$

426 5:100\$000

Sello de bilhetes . . . 300\$

Direitos de 2 % . . . 1:600\$

1574 Despeza a beneficio 1:000\$ 2:900\$

2000 Bilhetes a 4\$ reis 8:000\$

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 22 de Abril de 1870.—O deputado, Gabriel.

O sr. deputado Barreto apresentou o requerimento seguinte:—Requeiro que entrem em discussão os dois projectos apresentados pela comissão de redacção. Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 23 de Abril de 1870.—O deputado, Barreto. Foi posto em discussão e approvado.

Fez-se a 2.^a leitura do projecto n.º 9, e dos pareceres da comissão de instrução publica; 2.^a leitura do projecto n.º 8, e 3.^a leitura de dous pareceres da comissão de fazenda; 1.^a discussão dos projectos n.ºs 5 e 6: tudo foi posto a votos e approvado. Entrou em 3.^a discussão o projecto n.º 3, que tambem foi approvado e remettido a comissão de redacção.

O sr. deputado Sympton lêo e mandou a meza o requerimento seguinte:—Requeiro dispensa dos intersticios para os projectos de orçamento provincial e municipal entrem em 2.^a discussão. Paço d'assembléa legislativa provincial, em Manáos, 23 de Abril de 1870.—O deputado, Thomaz Luiz Sympton. Foi approvado.

Nada mais havendo a tratar o sr. vice-presidente deo para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte.—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte: 2.^a leitura do projecto n.º 10 e dos pareceres da commissão de fazenda; 3.^a leitura do projecto n.º 9 e dos pareceres da instrução publica; 1.^a discussão do projecto n.º 8; 2.^a discussão dos de n.ºs 5, 6 e 7.

Para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 25 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Gabriel, Amorim, Sá, Ferraz, Maximiano, Sympson, Aprigio e Castro e Costa; faltando por motivos justos os srs. deputados Sá e Souza, Damazo, Barreto e Leão, e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Sympson apresentou a seguinte indicação: — Indico que a meza nomeie na Córte uma commissão de cinco membros para cumprimentar a S. M. O Imperador por parte desta assembléa, e dos povos desta provincia, pela honrosa terminação da guerra com o Paraguay. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, em Manáos, 25 de Abril de 1870.—O deputado, Thomaz Luiz Sympson. Foi approved.

O sr. deputado Ferraz apresentou o requerimento seguinte: — Requeiro que esta assembléa suspenda os seus trabalhos por dois dias, a contar d'hoje, como manifestação de intenso jubilo que se acha possuida esta provincia, e o paiz inteiro, pela grata noticia da terminação honrosa d'essa asperima campanha em que estava comprometida a honra nacional. Assembléa provincial do Amazonas, 25 de Abril de 1870.—O deputado, Estevão José Ferraz. Foi approved.

O sr. deputado Aprigio mandou a meza o seguinte requerimento:—O santo entusiasmo, a admiração suprema de que todo o paiz hoje se reveste com as noticias da conclusão da guerra que sustentavamos em prol da liberdade e da civilisação de um povo despoticamente escravizado; a gratidão que todos os corações brasileiros tributam a S. A. R. o Sr. Conde d'Eu, traçam a brilhante e imorredoura pagina da historia do joven heroe general, são-lhe o triumpho de sua abnegação e patriotismo, são-lhe a deslumbrante corôa de gloria de sua mocidade. Ao voto de gratidão que a nação inteira deve dirigir ao joven general, a assembléa do Amazonas deve tambem como representante do povo, unanimemente unirse. Assim requeiro que a assembléa nomeie na córte uma commissão que por sua parte cumprimente a S. A. o Sr. Conde d'Eu.—O deputado, Aprigio.

O sr. deputado Gabriel apresentou este requerimento:—Requeiro que se nomeie na Córte uma commissão para felicitar o Exm.º Visconde de Pelotas, pelos ultimos feitos d'armas que se deram no Paraguay. Paço d'assembléa do Amazonas, 25 d'Abril de 1870.—O deputado, Ribeiro. Foram approveds aquelles requerimentos.

Finalmente o sr. deputado Tapajoz lêo este requerimento:—Requeiro que seja nomeada uma commissão d'entre esta assembléa, para levar ao Exm.º Sr. vice-Presidente da provincia um voto de congratulação que faz a S. Exc.ª esta assembléa, pela victoria alcançada pelas armas brasileiras no dia 1 de Março do corrente, em cuja acção pagou com a vida o tyranno Lopez a afronta que havia feito ao Brazil. Paço da assembléa provincial do Amazonas, 25 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós. Foi approved com a emenda seguinte:—«Em vez de uma commissão, diga-se a assembléa toda reunida.—Aprigio.»

Foram nomeadas as commissões seguintes: Para cumprimentar a S. M. O Imperador, os Exm.ºs Srs. Amaral, Leonel, Conego Siqueira, desembargador Leitão e commendador Wilkens; os mesmos srs. para cumprimentar a S. A. R. o Sr. Conde d'Eu, e manifestar-lhe um voto de gratidão por esta assembléa, e ao Exm.º Visconde de Pelotas pelos ultimos feitos d'armas no Para-

guay. O sr. presidente congratulou-se com esta assembléa por dar-se tão feliz acontecimento, achando-se reunidos os eleitos do povo.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Apresentação de projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—Continua a ordem do dia 25.

Para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario a escrevi. —Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 27 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Sá, Ferraz, Maximiano, Simpson, Barreto, Castro e Costa e Aprigio; faltando com causa os srs. deputados Sá e Souza, Gabriel, Damazo e Leão, e sem causa, Leonardo. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE:

Lêo-se um officio do sr. secretario do governo, communicando que foram sancionadas e mandadas publicar como leis as resoluções d'esta assembléa, que tomaram os n.^{os} 197 e 198, creando uma cadeira para o sexo feminino no bairro do Espirito Santo nesta capital, e marcando o subsidio dos membros desta assembléa para o biennio de 1872—1873. Lêo-se outro do mesmo secretario, enviando copia do aviso do Exm.^o Sr. Ministro d'agricultura, commercio e obras publicas. Foram a archivar.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—Nada occorreo.

2.^a Parte:—Teve a 2.^a leitura o projecto n.^o 10; teve a 3.^a leitura o projecto n.^o 9: foram approvados.

Entrou em 1.^a discussão o projecto n.^o 8, que foi approvedo.

Entrou em 2.^a discussão o projecto n. 6. Lidos os seus artigos e paragraphos, foram postos em discussão e foram approvados com os additivos e emendas seguintes:

Additivo ao art. 3.^o

§ 4.^o Para compra de mobilia para a casa da assembléa 3:000\$000. Paço d'assembléa, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós.

§ 5.^o Gratificação ao tachygrapho pelo trabalho das sessões de um anno 2:200\$. Paço d'assembléa, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

Emenda ao art. 5.^o—§ 4.^o Gratificação ao guarda da bibliotheca do lycéo 300\$000 § Aluguel de casa do lycéo 1:200\$000.—Paço d'assembléa, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Amorim.

Emenda—Supprima-se no art. 5.^o § 6.^o a gratificação de 300\$000 reis ao professor particular Manoel da Fonseca Bernal. Paço d'assembléa provincial, 27 de Abril de 1870.—O deputado Ferraz.

Emenda ao § 3.^o do art. 7.^o—Gratificação ao sachristão da matriz da capital á vista do attestado do vigario, 360\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Thomaz Simpson.

§ Com a construcção de um pontilhão de pedra e cal entre as ruas Cinco de Setembro e Henrique Martins no ponto onde passa o igarapé do Espirito Santo, 3:000\$. —Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

Emenda ao § 9.^o do art. 9.^o—Em vez de—com a construcção, etc., diga-se—com a desobstrucção das vertentes da capital, 2:500\$000.—Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajoz.

Additamento ao § 5.^o do artigo 9.^o—Com a conclusão da igreja da freguezia de S. Paulo d'Oliveira, 2:000\$000. —Idem da da villa da Conceição, 1:000\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Pinto Ribeiro.

Emenda ao art. 10 § 1.^o—Depois das palavras 1869 diga-se ficando elevada a gratificação para quebras de thesoureiro a 400\$000—17:100\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Castro e Costa.

Para auxiliar a publicação do almanack administrativo e commercial do «Correio

Route Esp. S. L.

de Manáos», por cada anno 200\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

Para onde convier.—Com a construcção de uma rampa á margem do rio em frente a rua do Imperador desta capital, 4:000\$. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Amorim.

Emenda ao § 1.º do art. 11.—Com a illuminação da capital, elevando-se o numero de lampeões, 16:000\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Irenio Porfirio da Costa.

Artigo additivo para onde convier.—Com a acquisição de pezos e medidas do systema metrico, 4:800\$000. Paço da assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós.

Emenda para onde convier.—Com a construcção de uma rampa na freguezia de Manicoré 3:000\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—Os deputados, Ferraz—Simpson.

Additivo ao art. 11.—Com a emigração nacional ou estrangeira 10:000\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870. — O deputado, Thomaz Simpson.

Emenda ao § 11 art. 11.—Depois da palavra estabeleceo, diga-se—ou independente de sorteio pelo modo que entender mais conveniente, 12:000\$000. — Onde se lê 16 á 22, leia-se 12 a 30. Paço da assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Simpson.

Emenda para onde convier.—§ Fica o Presidente da provincia autorizado a rever desde já as tabellas e augmentar os ordenados dos empregados da secretaria do governo, e do estabelecimento dos educandos desta cidade. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Ferraz.

Emenda ao § 24 do art. 12.—Depois da palavra «provinciaes» diga-se conforme a tabella annexa do regulamento n.º 19 de 31 de Março de 1869. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Amorim.

Substitutivo ao § 2.º do art. 12.—Decimas dos predios urbanos, exceptuados os que forem occupados por seus proprietarios e os do interior da provincia. Paço da assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—Os deputados, Simpson—Ferraz.

Substitutivo ao § 1.º do art. 12.—10 % deduzidos do valor dos generos que se exportarem para fóra da provincia, excepto o peixe de qualquer fórma fabricado, que pagará 5 %. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—Os deputados, Ferraz—Simpson.

Ao § 2.º do art. 14.—Elimine-se os §§ 2 e 9 do art. 14. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Amorim.

Additivo para as disposições geraes:—Fica autorisado o presidente da provincia a contractar com a companhia fluvial do alto Amazonas se o permittirem as forças da provincia, uma linha mais de navegação que toque nos seguintes portos: Silves, Villa Bella, Anderá, Maués e Canumã. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 27 de Abril de 1870.—O deputado, Arthur.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, indicações, requerimentos e pareceres.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 10; 3.ª discussão do projecto n.º 6 e o que occorrer.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza.—Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro 2.º S.

Sessão do dia 28 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Simpson, Ferraz, Miranda Leão, Castro e Costa, Maximiano, Barreto e Aprigio; faltando com causa os srs. deputados Damazo, Pereira de Sá e Sá e Souza; e Leonardo sem causa. Havendo

numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente, e approvada.

EXPEDIENTE:

Lêo-se um officio do sr. deputado Manoel Pereira de Sá, pedindo licença desta assembléa por estar doente; foi-lhe concedida a licença na fórma requerida.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—Nada occorreo.

2.^a Parte:—Entrou em 3.^a discussão o projecto n.º 6. O sr. deputado Irenio apresentou o seguinte requerimento:—Requeiro que seja eliminado da lei do orçamento o § 5.º do art. 14 do titulo 3.º das disposições geraes, por ter de apresentar um projecto sobre esse assumpto. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 28 de Abril de 1870.—O deputado, Irenio.

O sr. deputado Tapajós apresentou este additamento ao § 19.—Augmente-se depois das palavras «e de luxo», canoas empregadas em condução de pedra e de lenha. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 28 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajoz. Posto a votos o requerimento foi approved; assim como foi approved o projecto n.º 6 com o additamento apresentado, e submettido a commissão de redacção por passar em 3.^a discussão.

E nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—Discussão dos pareceres da commissão de fazenda n.ºs 1, 2 e 3, e os de n.ºs 4 e 5 da instrução publica.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. E eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 29 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Ire-

nio, Gabriel, Sympson, Ferraz, Miranda Leão, Maximiano, Barreto, Castro e Costa e Aprigio; faltando com causa os srs. deputados Damazo, Pereira de Sá, Sá e Souza e Amorim, e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Lida a acta do dia antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE:

Lêo-se um requerimento de Eugenio Teixeira Ponce de Leão, pedindo lhe sejam levados em conta o tempo que servio na secretaria do governo como collaborador; e o em que esteve addido na extincta administração provincial. Foi remettido a commissão de poderes.

Lêo-se mais um requerimento de Antonio José Ribeiro de Lucena Cascaes, porteiro da thesouraria provincial, pedindo augmento de ordenado. Foi a commissão de fazenda.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Barreto apresentou o projecto n.º 3, que depois foi lido, e sua redacção submettida a votação, em vista deste requerimento:—Requeiro que entre já em discussão a redacção do projecto n.º 3. Manáos, 29 de Abril de 1870.—O deputado, Thomaz Sympson. Foi approved.

2.^a Parte:—Entrou em discussão os pareceres da commissão de fazenda, e os projectos n.ºs 1 e 2 que foram approved.

Entrou em discussão a redacção do projecto n.º 3, que posto a votação e não havendo mais numero de srs. deputados o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—Discussão dos pareceres da commissão de fazenda n.º 3 e os de n.ºs 4 e 5 de instrução publica; 2.^a discussão do projecto n.º 5.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 30 de Abril de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Gabriel, Sympson, Ferraz, Miranda Leão, Maximiano, Amorim, Barreto, Castro e Costa e Aprigio; faltando com causa os srs. deputados Damazo, Sá e Souza e Pereira de Sá, e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Lida a acta do dia antecedente foi approvada.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Irenio apresentou o seguinte projecto que tomou o n.º 11, e teve a 1.^a leitura:

A assembléa provincial resolve:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorizado a conceder ao empresario que contractar o abastecimento de carnes verdes desta capital, de que trata a lei n.º 192 de 26 de Maio de 1869, uma subvenção annual de 5:000\$000 nos primeiros cinco annos da empreza; ficando assim prejudicado o emprestimo mencionado na referida lei e alteradas as disposições contidas no art. 2.º da mesma lei.

Art. 2.º O presidente da provincia adiantará ao empresario as subvenções dos dois primeiros annos logo que se firmar o contracto, e as demais serão feitas nos seus devidos tempos.

Art. 3.º Pelo adiantamento acima prestará fiança idonea.

Art. 4.º O empresario deverá talhar as rezes que forem necessarias para o consumo, porém nunca menos de tres, ficando nesta parte tambem prejudicado o § 1.º da precitada lei.

Fica assim vigorando a referida lei n.º 192 com as alterações acima.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Irenio Porfirio da Costa.

O sr. deputado Aprigio apresentou o seguinte projecto que tomou o n.º 12 e teve a primeira leitura:

A assembléa do Amazonas resolve:

Art. 1.º Fica desde já creada no edificio em que funciona o lyceo, uma sala de leitura que servirá de nucleo á bibliotheca publica da provincia.

Art. 2.º O presidente da provincia fica autorizado a confeccionar o competente regulamento.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio.

2.^a Parte:—Foram discutidos os pareceres da commissão de fazenda sob n.º 3, e regeitado; da commissão de instrucção publica de n.º 4 e 5, que tambem foram regeitados.

Entrou em 2.^a discussão o projecto n.º 5. O sr. deputado Miranda Leão pedio que fosse discutido paragrapho por paragrapho, que consultado a casa foi approvado.

Lido o projecto n.º 5, discutidos seus paragraphos e artigos, foram approvados com as emendas e additivos seguintes:

Capitulo 1.º § 1.º—Supprima-se um fiscal, dos dois mencionados. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós.

Capitulo 1.º § 1.º—Emenda—Em lugar de advogado, diga-se, medico. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 d'Abril de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós.

Capitulo 1.º § 1.º—Emenda—Expediente 800\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—Os deputados, Thomaz Sympson — Castro e Costa—Ferraz.

Capitulo 1.º § 1.º—Emenda—Custas judiciaes, jury e eleições, 2:000\$000. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—Os deputados, Thomaz Sympson, Castro e Costa—Ferraz.

Capitulo 1.º § 1.º—Emenda—Festas do Culto Divino e de regosijo publico, 1:000\$. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—Os deputados, Thomaz Sympson—Castro e Costa—Ferraz.

Capitulo 1.º § 1.º—Supprima-se os dois guardas campestres. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, José Arthur Pinto Ribeiro.

Sala de leitura

Capítulo 1.º § 1.º—Supprima-se desapropriação de terrenos para utilidade municipal. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Irenio.

Capítulo 1.º § 1.º—Emenda — Aluguel da casa onde funciona a camara, 1:200\$. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—Os deputados, Thomaz Symphon—Castro e Costa—Ferraz.

Emenda ao cap. 1.º § 1.º do projecto n.º 5.—Depois da palavra capella, diga-se, e muro; o mais como está. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Miranda Leão.

Capítulo 2.º art. 2.º—Supprima-se o § 22. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Aprigio de Menezes.

Capítulo 1.º § 5.º—Supprima-se—Abertura e limpeza de uma estrada até a margem do igarapé Macurany. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Irenio.

Para as disposições geraes.—A arborização das ruas e praças desta cidade, de que trata o § 1.º do art. 1.º, será feita por arrematação. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 30 de Abril de 1870.—O deputado, Amorim.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Apresentação de projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte:—2.ª leitura dos projectos n.ºs 11 e 12; 3.ª discussão do projecto n.º 5; 1.ª discussão dos projectos n.ºs 9 e 10; 2.ª discussão do projecto n.º 8; 3.ª discussão do projecto n.º 7.

Para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 2 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur,

Amorim, Irenio, Gabriel, Ferraz, Aprigio, Symphon, Maximiano, Castro e Costa e Barreto; faltando com causa os srs. deputados Sá e Souza, Sá, Damazo e Miranda Leão, e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Lida a acta do dia antecedente, foi aprovada.

EXPEDIENTE:

O sr. 1.º secretario lêo um officio do sr. secretario do governo, que acompanhou 20 exemplares do regulamento n.º 19 de 31 de Março do anno passado, que foram distribuidos pelos srs. deputados, sendo o officio archivado.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte:—O sr. deputado Amorim apresentou a redacção do projecto n.º 6, assim como depois este requerimento:—Requeiro que seja posta já em discussão a redacção do projecto n.º 6. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 2 de Maio de 1870.—O deputado, Amorim. Posto o requerimento a votos, foi aprovado. Submettido a votação a redacção do projecto n.º 6, foi aprovado.

Lêo-se a 2.ª vez os projectos n.ºs 11 e 12, que foram approvados.

Entrou em 3.ª discussão o projecto n.º 5, com as emendas, e posto a votos, foi aprovado e remettido a commissão de redacção.

Entrou em 1.ª discussão o projecto n.º 9. Os srs. deputados Aprigio, Gabriel, Ferraz e Tapajós oraram contra, e o sr. deputado Barreto a favor; foi regeitado.

Entrou em 1.ª discussão o projecto n.º 10 que foi aprovado; sendo tambem approvado em 2.ª discussão o projecto n.º 8.

O sr. deputado Ferraz apresentou esta emenda:—Depois das palavras «mandar construir» diga-se, ou comprar; o mais como está. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 1 de Maio de 1870.—O deputado, Ferraz.

O sr. deputado Amorim apresentou esta emenda:—Supprima-se do art. 1.º as palavras «quanto antes»; o mais como está. Sala das sessões d'assembléa provincial do Amazonas, 2 de Maio de 1870.—O deputado, Amorim.

Oraram, contra a 1.ª emenda o sr. depu-

tado Gabriel, e a favor os srs. deputados Ferraz, Tapajós e Aprigio; a favor da 2.^a emenda os srs. deputados Sympson e Amorim, e contra, os srs. deputados Aprigio e Ferraz. Posto a votos o art. 1.^o com as emendas, foi aprovado. Posto a votos os arts. 2 e 8 e os seus §§ 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, cada um de per si, foram aprovados; posto o art. 12 a votos, o sr. deputado Castrò e Costa apresentou o artigo substitutivo seguinte:—A renda propria do hospital fará parte da renda provincial. Paço d'assembléa, 2 de Maio de 1870.—O deputado, Castro e Costa.

Os srs. deputados Aprigio e Sympson oraram contra, e o sr. deputado Castro e Costa, a favor.

Sendo já tarde o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte.—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—3.^a leitura dos projectos n.^{os} 11 e 12; conclusão da 2.^a discussão do projecto n.^o 8; 3.^a do de n.^o 7.

Para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o S.

Sessão do dia 5 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Ferraz, Gabriel, Leão, Maximiano, Castro e Costa e Barreto; faltando com causa os srs. deputados Sá, Sá e Souza, Damazo, Sympson e Aprigio; e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente abriu a sessão.

Foi lida a acta da antecedente e approvada com uma emenda apresentada pelo sr. deputado Ferraz.

EXPEDIENTE:

Lêo-se dous officios do sr. secretario do governo, que foram a archivar.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—Nada occorreo.

2.^a Parte:—Pôz-se em 1.^a discussão os projectos n.^{os} 11 e 12 que foram approvados; assim como em terceira discussão o de n.^o 8, com suas emendas; orando contra a 1.^a o sr. deputado Gabriel, e a favor o sr. deputado Ferraz.

O sr. deputado Arthur apresentou o seguinte requerimento:—Requeiro que se supprima a palavra «comprar» conforme passou na emenda do art. 1.^o, ficando restaurado o dito artigo. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 5 de Maio de 1870.—O deputado, J. A. Pinto Ribeiro.

Sendo posto a votos aquelle requerimento, foi aprovado.

Posto a votos o projecto n.^o 8 com a emenda que ficou e o artigo substitutivo, foi aprovado, e remettido a commissão de redacção.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, indicações, requerimentos e pareceres.

2.^a Parte:—3.^a discussão do projecto n.^o 10, e o que occorrer.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza.—Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.^o secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.^o S.—José Arthur Pinto Ribeiro 2.^o S.

Sessão do dia 7 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira.

A's 11 horas, achando-se presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Gabriel, Arthur, Irenio, Amorim, Ferraz, Aprigio, Maximiano, Castro e Costa, Sympson, Barreto e Miranda Leão; faltando por doentes os srs. deputados Sá, Sá e Souza e Damazo; e Leonardo sem causa. Havendo numero legal abriu-se a sessão.

Foi lida a acta do dia antecedente que foi approvada com uma emenda apresentada pelo sr. deputado Irenio.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Gabriel apresentou um requerimento, como se segue:—Requeiro que se rogue ao Exm.^o Sr. Presi-

dente da provincia, que ordene ao revd.º vigario desta parochia, para que com urgencia, envie por copia a tabella, pela qual percebe os emolumentos, que lhe competem; e que informe se percebe mais outros emolumentos, e por que titulo. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 7 de Maio de 1870.—O deputado, Ribeiro. Os srs. deputados Aprigio e Ferraz, oraram contra, e o sr. deputado Gabriel sustentou o requerimento, que posto a votos foi regeitado.

2.ª Parte:—Fez-se a 2.ª leitura do projecto n.º 13. Entrou em 2.ª discussão o projecto n.º 11, que posto a votos os seus artigos de 1 a 5, cada um de per si, foram approvados com esta emenda ao art. 4.º:—Depois da palavra «talhar» accrescente-se: diariamente; o mais como está. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 7 de Maio de 1870.—O deputado, Castro e Costa.

Tambem entrou em 2.ª discussão o projecto n.º 12, e foram approvados os seus arts. 1.º e 2.º

Entrou em 3.ª discussão o projecto n.º 10, que foi approvado e remettido a commissão de redacção.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 13; 3.ª discussão dos projectos n.ºs 11 e 12 e o que occorrer.

Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 9 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Gabriel, Ferraz, Aprigio, Maximiano, Castro e Costa, Simpson e Barreto; faltando com causa, os srs. deputados Sá, Miranda Leão, Sá e Souza e Damazo; e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida a acta do dia 7 do corrente, que foi approvada.

EXPEDIENTE:

Lêo-se um officio do secretario do governo. Foi a archivar.

ORDEM DO DIA

1.ª Parte:—O sr. deputado Amorim apresentou e lêo os projectos n.ºs 8 e 10, que tinham sido submettidos a commissão de redacção, que tambem foram lidos pelo sr. 1.º secretario, e ficaram sobre a meza. Logo depois o sr. deputado Ferraz apresentou este requerimento:—Requeiro que sejam postos já em discussão os dous projectos apresentados pela commissão de redacção. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 9 de Maio de 1870.—O deputado, Ferraz.

Foi posto em discussão e depois a votos, foi approvado; entrando por isso em discussão a redacção dos projectos acima mencionados, que não havendo quem tomasse a palavra, foi posta a votos, e approvada.

2.ª Parte:—Fez-se a 2.ª leitura do projecto n.º 13, que é o seguinte:

Art. 1.º Ficam isentos por espaço de cinco annos, a contar da data da presente lei, de todo e qualquer imposto provincial e municipal os carrinhos de luxo, que forem introduzidos nesta cidade, e suas cocheiras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 9 de Maio de 1870.—Os deputados, Simpson—Ribeiro Guimarães—Ferraz.

Entrou em 3.ª discussão o projecto n.º 11. O sr. deputado Aprigio fez a respeito deste projecto algumas considerações, mandando a meza o artigo substitutivo ao 1.º artigo do projecto, desta fôrma:—Fica o presidente da provincia autorizado a conceder ao empresario que contractar o abastecimento de carnes verdes desta capital, além do emprestimo de que trata a lei n.º 192 de 26 de Maio de 1869, uma subvenção annual de 5:000\$000 por espaço de 5 annos. Paço d'assembléa provincial do Amazonas, 9 de Maio de 1870.—O deputado, Aprigio.

O sr. presidente declarou que haviam 2 projectos sobre um só objecto, que por isso deviam ser substituidos a uma commissão para refundil-os. Oraram contra esta de-

Carrinhos de Luxo

claração os srs. deputados Gabriel, Ferraz e Aprigio.

O sr. presidente deixou a sua cadeira, sendo substituída pelo sr. vice-presidente, e sustentou a sua declaração. O sr. deputado Tapajós, mandou a meza o seguinte requerimento:—Requeiro que seja addiada a 3.^a discussão do projecto em questão para a sessão de amanhã, 10 de Maio de 1870.—O deputado, Monteiro Tapajós. Posto a votos aquelle requerimento, foi approvedo, depois de algumas considerações feitas pelo sr. deputado Ramos Ferreira, e depois de ser sustentado pelo sr. deputado Tapajós, o seu requerimento.

O sr. presidente voltou á sua cadeira.

Entrou em 3.^a discussão o projecto n.º 12, que foi approvedo e remettido a commissão de redacção.

E nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—Continuação da 3.^a discussão do projecto n.º 11.

E para constar lavrei a presente acta que vai assignada pela meza. Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario a escrevi.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 10 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Gabriel

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Gabriel, Tapajós, Arthur e Barreto; faltando os srs. deputados, Gustavo, Aprigio, Irenio, Amorim, Miranda Leão, Ferraz, Castro e Costa e Simpson, por motivos justos; Sá e Sá e Souza por doentes, e Leonardo sem causa. Não havendo numero, o sr. vice-presidente declarou que não podia haver sessão.

Para constar se lavrou o presente termo que vai assignado pela meza.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 11 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes seis srs. deputados, o sr. presidente declarou que á vista da falta de numero legal não pôde haver sessão.

E para constar lavrei este termo.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—Henrique Barboza d'Amorim, 2.º S.

Sessão do dia 12 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Gustavo, Gabriel, Tapajós, Arthur, Barreto, Irenio, Ferraz, Sá e Souza, Maximiano e Simpson; faltando os srs. deputados Amorim, Miranda Leão, Aprigio, Castro e Costa, Damazo e Sá, por doentes, e Leonardo sem causa. Não havendo numero legal, o sr. presidente declarou que não podia haver sessão.

Para constar lavrou-se o presente termo, que vai assignado pela meza.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 14 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Gabriel

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Gabriel, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Ferraz, Simpson, Sá e Souza, Maximiano, Barreto, Aprigio, Miranda Leão e Castro e Costa; faltando os srs. deputados Ramos Ferreira, por motivos justos, e Leonardo sem causa. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida a acta do dia 9 e approveda.

EXPEDIENTE:

Lêo-se tres officios do sr. secretario do governo, acompanhando um delles uma demonstração das rendas das collectorias da provincia durante os ultimos exercicios; os officios foram a archivar e a demonstração foi entregue a quem pedio.

ORDEM DO DIA

1.^a Parte:—O sr. deputado Irenio apresentou a redacção do projecto n.º 12, que foi approvedo em vista do seguinte reque-

rimento:—Requeiro que seja submettida já a discussão o projecto apresentado pela comissão de redacção. Paço d'assembléa, 14 de Maio de 1870.—O deputado, Ferraz. Foi approved. O projecto foi remetido a sancção.

2.^a Parte:—Continuou a discussão do projecto n.º 11. Os srs. deputados Ferraz e Castro e Costa oraram contra a emenda apresentada pelo sr. deputado Aprigio, sendo sustentada por este.

Posto a votos o artigo substitutivo ao 1.º, foi regeitado, e posto a votos o projecto com a emenda foi approved e remetido a comissão de redacção.

E nada mais havendo a tratar o sr. vice-presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia:

1.^a Parte:—Projectos, requerimentos, indicações e pareceres.

2.^a Parte:—1.^a discussão do projecto n.º 13 e o que occorrer.

Para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pela meza.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão do dia 19 de Maio de 1870

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Tapajós, Arthur, Irenio, Ferraz, Maximiano, Castro e Costa, Miranda Leão e Sá; faltando os demais. O sr. 1.º secretario tomou a cadeira da presidencia, e declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou o presente termo. Eu Irenio Porfirio da Costa o escrevi.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º secretario, servindo de presidente.—José Arthur Pinto Ribeiro, servindo de 1.º secretario.—Irenio Porfirio da Costa, servindo de 2.º secretario.

Sessão do dia 20 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Ribeiro Guimarães

A's 11 horas, feita a chamada e reconhecendo-se não haver numero legal, o sr. vice-presidente declarou não haver sessão.

E para constar se lavrou o presente ter-

mo que vai assignado pela meza.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—José Arthur Pinto Ribeiro, 1.º S.—Henrique Barboza d'Amorim, 2.º S.

Sessão do dia 21 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Arthur

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Arthur, Irenio, Barreto, Maximiano, Castro e Costa, Ferraz e Sympson; o sr. deputado Arthur tomou a cadeira da presidencia, e declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou o presente termo. E eu padre Manuel Ferreira Barreto o subscrevi.—José Arthur Pinto Ribeiro, P. I.—Irenio Porfirio da Costa, 1.º S.—Padre Manuel Ferreira Barreto, 2.º S.

Sessão do dia 23 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Arthur

A's 11 e meia horas, presentes os srs. deputados Arthur, padre Barreto, Irenio, Maximiano, Castro e Costa e Sá e Souza; o sr. presidente interino declarou não haver sessão por falta de numero legal.

E para constar se lavrou o presente termo que vai assignado pela meza. E eu padre Manoel Ferreira Barreto o subscrevi.—José Arthur Pinto Ribeiro, P. interino.—Irenio Porfirio da Costa, 1.º S.—Padre Manoel Ferreira Barreto, 2.º S.

Sessão do dia 24 de Maio de 1870

Presidencia do Sr. Gabriel

A's 11 horas e meia, presentes os srs. deputados Gabriel, Arthur, padre Barreto, Castro e Costa; o sr. presidente interino declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Eu padre Manoel Ferreira Barreto, o subscrevi.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, V. P.—José Arthur Pinto Ribeiro, 1.º S.—Padre Manoel Ferreira Barreto, 2.º S.

Sessão do dia 25 de Maio de 1870

Presidência do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas da manhã, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Leonardo, Irenio, Gabriel, Maximiano, Barreto e Castro e Costa; não havendo numero o sr. presidente declarou que não po-

dia haver sessão, e que ficavam encerrados os trabalhos d'assembléa por se findar hoje os dois mezes marcados no regimento respectivo.

Eu José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º secretario o escrevi.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.



ANNAES

DA

Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas

DO

ANNO DE 1871.



Sessão Preparatoria do dia 24 de Março de 1871.

Presidencia do Sr. Dr. Ramos Ferreira

A's 11 horas, presentes os srs. deputados Ramos Ferreira, Tapajós, Arthur, Clementino, Sympson, Miranda Leão, Irenio, Amorim, Castro e Costa, Sá, Damazo e Gabriel. O sr. presidente declarou aberta a sessão preparatoria, e que se ia proceder a eleição da meza.

Foi apresentado um diploma de deputado, do sr. dr. Alfredo Sergio Ferreira, que ficou sobre a meza.

Procedeo-se a eleição da meza, que deo o seguinte resultado:

Para presidente:—dr. Gustavo, 11 votos; Maximiano, 1; Pereira de Sá, 1.

Para vice-presidente:—Clementino, 5 votos; Gabriel, 6; Damazo, 1; Tapajós, 1.

O sr. deputado Miranda Leão pediu a palavra e fez uma reflexão a respeito da votação do vice-presidente, pelo que se procedeo a nova votação, tendo sido este o resultado d'ella.

Gabriel, 9 votos; Clementino, 3; Tapajós, 1.

Para 1.º e 2.º secretarios:—Tapajós, 9 votos; Arthur, 4; Amorim, 3; Irenio, 2; Damazo, 2; Pereira de Sá, 2; Sympson, 1; Miranda Leão, 1; Castro e Costa, 1.

Finda a eleição, o sr. presidente declarou terem sido eleitos para presidente, dr. Gustavo; para vice-presidente, major Gabriel; 1.º secretario, major Tapajós; 2.º secretario, Arthur.

Foi entregue a comissão de poderes o diploma do dr. Alfredo Sergio Ferreira, que depois de examinal-o deo o parecer que se segue:

A comissão de poderes a quem foi

submettido o diploma do sr. deputado dr. Alfredo Sergio Ferreira, tendo examinado o referido diploma, é de parecer que seja o mesmo sr. reconhecido deputado por esta assembléa, visto que o seu diploma não tem motivo de nullidade para sua eleição. Sala das commissões, 24 de Março de 1871.—Thomaz Luiz Sympson—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.

Foi approved o parecer e nomeada uma comissão para introduzir o sr. deputado Sergio, que logo prestou juramento e tomou assento. A comissão de apresentação foi composta dos srs. deputados Gabriel, Sá e Sympson.

O sr. presidente convidou aos demais srs. deputados para amanhã assistirem a missa do Espirito Santo, que ás 7 horas da manhã tem de ser celebrada na igreja de N. S. dos Remedios.

A' 1 hora da tarde levantou-se a sessão, declarando que se ia communicar ao sr. secretario do governo, achar-se a assembléa com numero sufficiente de srs. deputados, para ter lugar a sua abertura. De que para constar lavrei a presente acta.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, P.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós, 1.º S.—José Arthur Pinto Ribeiro, 2.º S.

Sessão d'installação do dia 25 de Março de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 10 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Clementino, Gabriel, Damazo, Sympson, Castro e Costa, Miranda Leão, Sá, Amorim e Sergio.

Abre-se a sessão.

Um requerimento de José Antonio Barroso, pedindo seja modificado o contracto na parte que diz respeito aos alugueis da casa em que funciona a assembléa, elevando-se, os mesmos a 100\$000.—A comissão de fazenda.

Outro de Manoel José Zuany d'Azevedo, pedindo ser provido no lugar vago de porteiro da secretaria desta assembléa.—Deferido.

O SR. PRESIDENTE declara que estando impedido por molestia o official-maior da secretaria desta assembléa, a mesa propõe para o substituir interinamente a Carlos Ferreira Fleury.—E' approved.

O SR. GABRIEL indaga porque verba vai ser pago o cidadão que substitue o official-maior.

O sr. presidente satisfaz ao nobre deputado, e declara que tendo-se apresentado o tachygrapho Francisco Barroso, offerecendo-se para fazer os apanhamentos dos debates desta assembléa na sessão presente pela quantia de 2:600\$000 apesar de estar consignada por lei somente a quantia de 2:200\$000 para tal fim, propõe, que a casa decida de que modo deve ser contratado o tachygrapho; isto é, se deve ser aceito pela quantia pedida, ou pela quantia que a lei marca.

A casa decidio que se fizesse o contracto pela quantia autorisada por lei.

ORDEM DO DIA

Segunda parte

2.^a Discussão do projecto n° 13 do anno passado que isempta por 5 annos de qualquer imposto provincial os carros de luxo que forem introduzidos na provincia.

Approved.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia, e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 29 de Março de 1871

Presidência do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Gabriel, Clementino, Simpson, Miranda Leão, Castro e Costa, Damazo, Irenio Sá e Barreto.

Abre-se a sessão.

Leram-se as actas das sessões passadas, as quaes são approvadas com a alteração lembrada pelo sr. Irenio.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo communicando que á thesouraria provincial foi remetida a folha da ajuda de custo dos srs. deputados residentes fóra desta capital.—A archivar.

Um requerimento de Bonifacio José Pereira Campos pedindo lhe seja contado para a sua aposentadoria, o tempo que servio no exercito nesta provincia.—A comissão de fazenda.

Outro de Manoel Urbano da Encarnação offerecendo-se á abrir uma estrada no rio Ituxy que vá dar no Beni, e outra estrada do rio Mucum que vá dar no rio Madeira abaixo de Santo Antonio mediante uma subvenção em remuneração de tão importante serviço.—A comissão de agricultura commercio e artes.

Outro de José Antonio de Andrada Barra, official-maior da secretaria desta assembléa pedindo dous annos de licença sem prejuizo de seus vencimentos.—A comissão de fazenda.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O SR. MIRANDA LEÃO:—Sr. presidente, na lei do orçamento de 1869 a 1870 foi consignada por esta assembléa em um dos seus paragraphos de despesas, a quantia de dez contos de reis para a emancipação do elemento servil. Esta benefica medida por motivos alheios a nossa vontade, não foi realisada; o que consta do relatorio do sr. commendador Wilkens de Mattos.

Tambem no presente exercicio foi consignada a verba de dôze contos de reis para o mesmo fim. Estamos, porém, a terminar esse exercicio, e nada se tem conseguido: as causas disto acham-se exaradas no relatorio do exm.^o sr. Miranda Reis. Entendo, sr. presidente, que devemos empregar todos os nossos esforços, todos os meios para extinguir a escravidão do seio de nossa sociedade, e acceitando a idéa apresentada pelo exm.^o sr. presidente da provincia, apressei-me em offerecer a consideração da casa o projecto que vou lêr, pedindo aos collegas que lhe prestem o merecido apoio: (lê)

A assembléa legislativa provincial do Amazonas resolve:

Art. Unico. A verba do § 11 art. 11 da lei n.º 200 de 5 de Maio do anno passado, que rege o vigente exercicio de 1870 á 1871, destinada para a emancipação do elemento servil é autorisado o presidente da provincia a despendel-a, no 4.º trimestre do referido exercicio com a liberdade do ventre materno d'aquellas mãis, que por seu estado de saude, e idade estiverem nas condições de procrearem, e revogadas as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial em 29 de Março de 1871.—O deputado, *Miranda Leão*.

Vai a meza, é lido e apoiado, o seguinte requerimento:

Requeiro que se nomeie uma commissão para manifestar ao exm.º sr. presidente da provincia a satisfação de que se acha possuida esta assembléa não só pela administração honesta, intelligente, recta e justiceira que tem o mesmo exm.º sr. desenvolvido como tambem pelos serviços moraes e materiaes prestados a esta provincia, e pelas judiciosas reflexões apresentadas em seu relatório.

Paço d'assembléa provincial, 29 de Março de 1871.—O deputado, *Gastro e Costa*.

Posto a votos foi approvedo.

O SR. GABRIEL:—Sr. presidente, ouvi ha pouco lér-se um requerimento de Manoel Urbano da Encarnação, offerecendo-se para abrir uma estrada, que dê comunicação para o rio Madeira, ou o rio Ituxy ou Mucum que são afluentes do Purús.

Antes de ter conhecimento deste requerimento, eu tinha já confeccionado um projecto neste sentido: (*lé*)

A assembléa legislativa provincial do Amazonas resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a mandar desde já explorar os rios Ituxy e Mary, confluentes do rio Purús.

Art. 2.º A exploração terá por objecto:

§ 1.º Reconhecer o ponto mais vantajoso, para abrir-se comunicação para os rios Abuná ou Beni da Bolivia.

§ 2.º Se a comunicação pode ser feita por canal que se deva abrir, ou estrada de rodagem.

§ 3.º Se existem campos proprios para a fundação de fazendas de criar gados, atravessados pelos rios Ituxy ou Mary.

Art. 3.º Os trabalhos que o explorador organizar como relatorios, mappas, orçamentos e projectos de obras necessarias para o effeito, que deverão ser apresentados ao presidente, serão enviados a esta assembléa, para resolver convenientemente.

Art. 4.º O presidente da provincia poderá mandar pagar a gratificação, que arbitrar ao encarregado da exploração, que deverá ser pessoa competente; e as mais despesas que se houverem de fazer com a exploração.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa legislativa provincial do Amazonas, 29 de Março de 1871.—O deputado, *Ribeiro*.

Quando organizei este projecto, sr. presidente, não tive em vista somente abrir uma comunicação directa entre esta provincia, a Bolivia e Matto Grosso, mas tambem que se verifique a existencia de campos.

Eu sei que já foi concedida a uma companhia estrangeira a faculdade de lançar um caminho de ferro desde a cachoeira de S. Antonio até a do Guajará-miry, que terá uma extensão de 50 leguas para salvar todas as cachoeiras do rio Madeira, que embarçam á navegação d'aquelle rio no espaço de 70 leguas, ficando com tudo tres ou quatro saltos que obriguem a passar por terra cargas e embarcações, como até agora fazem os que por ali tranzitam, embora algumas das cachoeiras sejam destruidas, e de mais facil navegação.

Entretanto que explorados os rios Ituxy e Mary, se reconhecerá se ha ou não facilidade de abrir por qualquer delles comunicação desembaraçada para o rio Abuná ou Beni.

Sr. presidente, o conseguimento de semelhante comunicação, é da maior vantagem, como bem se póde comprehender.

Já em outro tempo mandou-se um homem, que tinha alguma pratica d'aquelles lugares reconhecer o alto Purús; sem maior valor foram suas informações. Este mesmo Urbano tambem já ali foi mandado, e entrando pelo rio Mucum, confluyente do rio

Manoel Urbano

Estrada de ferro

Purús pela margem direita sahio no Madeira entre as cachoeiras.

O sr. Clementino:—Abaixo da primeira cachoeira.

O sr. Gabriel:—Sim, sr., isto é o que nós não necessitamos porque até ali temos a navegação desembaraçada, em todo o anno; o de que carecemos é abrir transito acima das cachoeiras. Conseguindo-se a abertura do caminho de que trata o projecto não restará mais a vencer, a do Guajará-assú, e Guajará-mirý.

Sr. presidente, o projecto que tenho a honra de offerecer a consideração da casa é de summa vantagem.

Faça-se um relatorio circumstanciado, apresentem-se projectos das obras necessarias, prepare-se o orçamento d'ellas, para sobre esses trabalhos a assembléa deliberar se ha conveniencia de mandar fazer as obras; e se assim entender autorisal-as havendo meios de leval-as á effeito ao contrario recorrer á assembléa geral, para que sejam decretados os fundos necessarios.

E' do maior interesse que sejam reconhecidos esses rios, que cortam grandes campos, segundo consta, onde se poderão estabelecer fazendas de criação de gado vacum e outros.

O futuro desta capital, de que tanto se necessita curar, depende destes estabelecimentos, desde já; é preciso espancar a fome, que qual aguia destruidora paira sobre esta cidade; convem advertir na falta que ha constantemente do genero de primeira necessidade, qual a carne verde.

Portanto o projecto offerece a dupla vantagem de autorisar o reconhecimento de um ponto transitavel para o Beni, e a de descobrir campos proprios para a criação de gado; pelo que julgo que será bem acceito, considerando-se ainda que os campos do rio Branco, que nos fornece algum gado em pé além de se acharem mui distantes, estão acima das cachoeiras d'aquelle rio as quaes são um verdadeiro obice á livre navegação, se não um gravissimo perigo; pelo que em quanto o abastecimento desta capital depender do pouco gado, que d'ali nos vem, e, do ainda menos que recebemos da provincia do Pará, ha de continuar a sentir-se a falta que ora se experimenta de alimentos de primeira qualidade.

ORDEM DO DIA

Segunda parte

2.^a Leitura do projecto n.º 15 do anno passado.

E' julgado objecto de deliberação e vai á imprimir.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 30 de Março de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Barreto, Irenio, Miranda Leão, Gabriel, Maximiano, Damazo e Castro e Costa; faltando os srs. Clementino, Sá, Sergio, Amorim e Sympson. Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 31 de Março de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Irenio, Barreto, Damazo, Miranda Leão e Castro e Costa; faltando os srs. Gabriel, Maximiano, Clementino, Sá, Sergio, Arthur, Amorim e Sympson. Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 1.º de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Sympson, Damazo, Sergio, Irenio, Amorim, Gabriel, Maximiano, Castro e Costa e Miranda Leão; faltando os srs. Arthur, Clementino, Sá e Barreto.

Abre-se a sessão.

O sr. presidente declara que deixam de ser lidas as actas, por não ter comparecido o sr. 2.º secretario.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, declarando que ficava sciente de ter a assem-

bléa nomeado um official-maior interino e porteiro, empregados de sua secretaria e que se tinham feito as communicações precisas.—Inteirado.

Idem do mesmo, enviando os balanços de receita e despesa das camaras da capital, Serpa, Teffé e villa da Conceição.—Inteirado.

Idem do mesmo, remettendo a casa, para ser distribuido pelos srs. deputados a collecção de leis do anno passado, os regulamentos n.^{os} 20, 21 e 22, e o regimento interno da repartição de obras publicas.—Inteirado.

Verificando-se não haver numero legal o sr. presidente designa para ordem dia a já anteriormente annunciada e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 3 de Abril de 1871

Vice-Presidencia do Sr. Gabriel

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gabriel, Tapajós, Clementino, Barreto, Maximiano, Amorim, Sergio, Irenio, Arthur e Damazo; faltando os srs. Gustavo, Sympson, Castro e Costa e Miranda Leão.

Não havendo numero sufficiente o sr. vice-presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 4 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Miranda Leão, Castro e Costa, Gabriel, Maximiano, Barreto, Irenio e Amorim; faltando os srs. Sympson, Sá, Damazo, Clementino e Sergio.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Irenio, Clementino, Miranda Leão, Amorim, Castro e Costa, Arthur e Barreto; fal-

tando os srs. Sergio, Maximiano, Damazo, Sá, Gabriel e Sympson.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 10 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Irenio, Barreto, Sympson, Gabriel, Sergio, Castro e Costa e Maximiano; faltando os srs. Amorim e Miranda Leão.

Abre-se a sessão.

Deixam de ser submettidas á votação as actas das sessões anteriores por não se acharem promptas.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, participando a morte da princeza a Senhora D. Leopoldina, Augusta Filha de S. M. o Imperador.—Inteirado.

Idem do mesmo, convidando aos srs. deputados para assistirem as exequias, que pelo eterno descanso d'alma da Serenissima Princeza D. Leopoldina, se hão de celebrar ás 7 e meia horas do dia 11 deste mez.—Inteirado.

O SR. PRESIDENTE:—Em vista das communicações que acabam de ser-nos transmittidas, e em prova de que esta assembléa acompanha á S. M. o Imperador em seu justo sentimento de dór pela morte de sua Augusta Filha, ficam suspensos os nossos trabalhos por dois dias.

Tendo de nomear uma commissão para assistir as exequias que terão lugar amanhã, pelo eterno descanso d'alma de S. Alteza a Serenissima Princeza Senhora D. Leopoldina, designo, para representar a assembléa nesse acto, aos srs.: Clementino, Castro e Costa, Maximiano e Sergio.

Quanto a commissão que se ha de nomear no Rio de Janeiro para dar os peza-mes a S. M. o Imperador por parte desta assembléa, será negocio resolvido, pela meza, visto ser de sua attribuição.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 12 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Br. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Barreto, Gabriel, Maximiano, Sympton, Irenio, Amorim, Castro e Costa, Miranda Leão e Sergio.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um requerimento de Thury & Irmão pedindo indemnisação dos prejuizos que tiveram com a iluminação desta cidade.—A comissão de fazenda.

Officio do secretario do governo, communicando que se expedio ordem a thesouraria provincial para pagamento do subsidio dos srs. deputados.—A archivar.

Idem do mesmo, communicando que foi remetida a thesouraria provincial a conta das despesas do expediente desta assembléa nos mezes de Fevereiro e Março.—A archivar.

Idem do mesmo, remettendo o contracto feito pela mesa da assembléa com Manoel José Zuany de Azvedo, para occupar o lugar de servente, com a quantia de sessenta mil reis mensaes.—A archivar.

Um officio do inspector da thesouraria provincial, remettendo vinte exemplares do Almanack Commercial e Administrativo desta provincia.—A archivar.

Um requerimento de Antonio Elias Rodrigues dos Santos e Silva, offerecendo-se para fazer o fornecimento de carnes verdes nesta cidade, sob condições exaradas em uma proposta.—A comissão de commercio.

Um requerimento de José Antonio Barroso, sollicitando a retirada de um outro requerimento em que pedia a elevação do preço porque está alugada a casa em que funcção esta assembléa.—Deferido.

O sr. PRESIDENTE diz que não havendo mais expediente vai ser lido o contracto que se celebrou com o tachygrapho Francisco Barroso, para a assembléa deliberar como entender.—E' approvado.

O sr. presidente declara que nomeia para a

comissão que tem de dirigir-se a s. exc.^a o sr. presidente da provincia para felicitá-lo pela administração honesta e justiceira que tem feito, os srs.: Clementino, Barreto, Gabriel, Miranda Leão e Castro e Costa.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. GABRIEL:—(pela ordem) Como relator da comissão de camaras peço a v. exc.^a, sr. presidente, que se digne marcar dia e hora para que a mesma comissão apresente seu parecer sobre o codigo de posturas da camara municipal de Serpa.

Segunda parte

O sr. 1.^o SECRETARIO faz a 2.^a leitura do projecto n.^o 1 deste anno, que autorisa ao presidente da provincia a despender a quantia consignada no orçamento vigente com a alforria do ventre escravo.

E' julgado objecto de deliberação e vai á imprimir.

Lê-se o projecto n.^o 2 deste anno que autorisa ao presidente da provincia a mandar explorar os rios Ituxy e Mary.

3.^a Discussão do projecto n.^o 13 do anno passado que isenta de imposto os carros de luxo que forem introduzidos nesta cidade.

O sr. SERGIO:—Pedi a palavra, sr. presidente, para apresentar a emenda que vou lêr: (lê)

«Accrescente-se no final do art. unico do projecto n.^o 13 as seguintes palavras: Dependendo os preços de condução de tabellas approvadas pela chefatura de policia, sobre proposta do empresario.

Sala das sessões d'assembléa provincial, em 12 de Abril de 1871.—O deputado, Alfredo Sergio Ferreira.

V. exc., bem como a casa, comprehendem que ha todo interesse em animar e proteger todas e quaesquer empresas que como esta tem por fim introduzir carros de luxo nesta cidade, os quaes todos nós sabemos quanto são difficeis.

Tambem julgamos que ha necessidade disto, mas não convém que se deixe á vontade e liberdade dos empresarios a taxa que devem cobrar pelos seus serviços.

Naturalmente esta liberdade ampla, e a dispensa de impostos darão lugar á abusos que se devem evitar, e é aqui o tempo conveniente para procurar prevenil-os, tanto

iluminação

mais quanto esta casa acaba de fazer esta concessão. Pois bem; para prevenir esses abusos, para que se possa regular bem esse serviço, é preciso que o povo, que o homem particular, que o estrangeiro esteja a par dos preços dessa empresa.

Julguei, portanto, conveniente como um meio regular, e necessario apresentar a emenda que acabo de lêr para que esse serviço seja feito em boa ordem, e para que não haja para o futuro queixas e mesmo censuras.

Assim se pratica no Rio de Janeiro, Pernambuco e em outros lugares, para regular as conduções á mais longe, a mais próxima distancia.

Limito-me a essas considerações, para que seja abraçada aquella emenda.

Posto á votos foi approvedo com a emenda.

Nada mais havendo á tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 14 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Barreto, Gabriel, Maximiano, Irenio, Sympson, Castro e Costa, Amorim e Sergio; faltando o sr. Miranda Leão.

Abre-se a sessão.

O SR. PRESIDENTE diz que o sr. 2.º secretario não preparou as actas das sessões passadas, e por isso deixam de ser submettidas á approvação.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, remettendo o balancete da receita e despesa da camara municipal da Villa Bella da Imperatriz.—A commissão de camaras.

Outro da camara municipal de Villa Bella, remettendo seu orçamento de receita e despesa para o exercicio de 1871 a 1872.—A commissão de camaras.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O SR. SERGIO:—Sr. presidente, tenho a honra de apresentar a consideração da casa o seguinte projecto: (lê)

A assembléa legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º Fica o governo da provincia autorisado a promover a installação d'uma associação que se denominará—Caixa Provincial—por intermedio de uma commissão, composta de cinco membros da sua escolha, cuja associação durará 15 annos da data de sua installação, sobre immediata protecção da assembléa legislativa da provincia, enquanto assim fôr entendido pela assembléa geral de seus accionistas, podendo aquelle praso ser extensivo a mais cinco annos, quando a referida associação não depender dessa protecção, o que se verificará logo que tiver quitação do thesouro provincial.

Art. 2.º As operações da associação serão as seguintes:

§ 1.º Emprestar sobre penhores de brilhantes, ouro e prata sem dependencia de firma abonadora até 2 terços de seu valor intrinseco, quantias não excedentes á cinco contos de reis (5:000\$000).

§ 2.º Emprestar sobre fazendas ou mercadorias depositadas nesta alfandega, e não sujeitas á deterioração, no praso do emprestimo, até metade de seu valor, com uma firma abonadora de negociante ou accionista, quantias não excedendo á oito contos de reis (8:000\$000).

§ 3.º Emprestar sobre generos do paiz com direcção á praça do Pará com uma firma abonadora na fórmula do § antecedente, até 2 terços de seu valor nesta praça, quantia não excedente á dez contos de reis (10:000\$000).

Nestes dous ultimos casos o emprestimo não será maior de tres mezes.

§ 4.º Emprestar sobre titulos de divida publica ou provincial até 3 quintos de seu valor.

§ 5.º Emprestar sobre hypotheca de predios nesta capital, em seguro, sem dependencia de outra qualquer quantia, até quatro quintos de seu valor não excedendo o emprestimo á vinte contos de reis (20:000\$000), quando não se verificar o seguro será o emprestimo por dous terços com duas firmas abonadoras.

§ 6.º Emprestar sob hypotheca de predios fóra da capital até metade de seu valor, com duas firmas abonadoras residentes

nesta capital não excedendo o empréstimo a oito contos de reis, (8:000\$000).

§ 7.º Empréstimo sob firma commercial de reconhecido credito, e que aceitar e abonar os saques, e letras até a quantia de tres contos de reis (3:000\$000); sob firmas de empregados publicos nas mesmas condições acima declaradas até dous terços de seu ordenado e sob firma particular, até quinhentos mil reis (500\$000), sendo indossada por um accionista, sem que possa este repetir o indosso em quanto não estiver satisfeita a primeira transacção.

§ 8.º Descontar letras e mais titulos de creditos á prazos fixos.

§ 9.º Receber dinheiro a juros de 6 por cento ao anno.

§ 10. Receber em deposito dinheiro, joias, prata, e mais ordens e creditos de seus donos, como simples guarda, recebendo pela commissão 4 por cento ao anno.

Art. 3.º A associação fará todos as suas transacções dentro do prazo de 12 mezes e á juro de 9 por cento ao anno quando emprestar e 6 quando receber, não podendo haver reforma de empréstimo mais que 3 vezes, nunca porem accumulando juros, e sem satisfazer-se um terço pelo menos do capital emprestado.

Art. 4.º O fundo capital da associação será de (150:000\$000) cento e cinquenta contos; em acções de cinquenta mil réis, (50\$) cada uma ou de (3:000,) trez mil acções, não podendo ser emitidas por ora mais (1:500,) mil e quinhentas acções ficando em reserva as demais, para serem vendidas quando resolver á assembléa geral dos accionistas.

Art. 5.º A associação fará emittir notas pagaveis ao portador, e bilhetes em letras á ordem, e as notas serão recebidas, em todas as repartições da provincia pelo seu valor e nas geraes logo que o governo geral o permittir, pedindo-se para isso authorisação.

Art. 6.º As importancias das entradas, épocas de sua realisação, cominações de penas, prazo em que tiver de effectuar suas tranzacções e a firma, garantia, numero de quantidade, e qualidade de fiadores serão marcados pelos estatutos.

Art. 7.º O governo da provincia pelo thesouro provincial fará comprar (800) oito-

centas acções afim de realizar o capital necessario, para começo de suas operações a juro de 6 por cento ao anno cujas acções serão vendidas á mesma associação pelo seu valor, ainda que maior tenha, logo que a assembléa geral dos accionistas isso deliberar, ficando tambem a mesma associação encarregada de as vender a particular, volvendo os lucros excedentes ao seu valor a serem considerados pertencentes, e vendidas as seus lucros.

Art. 8.º A associação — Caixa Provincial — ficará installada logo que estejam subscriptas (1.000,) mil acções, e logo que esteja em caixa (40.000\$000) quarenta contos de réis e fará seus devidos na forma estabelecida pelos estatutos.

Art. 9.º As acções poderão ser vendidas, cedidas e hypothecadas, e o devedendo será feito, e pago ao ultimo possuidor.

Art. 10. A associação — Caixa Provincial — procederá a leilão por conta e sem dependencia do devedor, que não tiver satisfeito seu compromisso os effectos de suas tranzacções procedendo annuncios pela imprensa no prazo de 30 dias pelo menos.

Art. 11. A associação só poderá possuir bens de raiz quanto baste para seu expediente, devendo todos os mais que adquirir serem vendidos em hasta publica procedendo deliberação d'assembléa geral dos accionista.

Art. 12 Fica izempta a mesma associação de todo e qualquer tributo imposto ou contribuição provincial.

Art. 13. Os estatutos serão organizados pela commissão installadora ou organisadora tendo em vista a presente lei e as geraes que dominam a materia, os quaes approvados na fórma da legislação em vigor promoverão a subscrição das acções.

Art. 14. Subscriptas as acções de que trata o art. 8.º a commissão installadora convocará os accionistas em assembléa geral, e dirigirá os trabalhos até a eleição na fórma dos estatutos.

Art. 15. A assembléa geral dos accionistas, é soberana em suas decisões isso em relação aos interesses da associação.

Art. 16. Os accionistas terão preferencia nas transacções em concurrencia.

Art. 17. Não correspondendo á associação ao fim de sua criação será ella dissol-

vida por deliberação dos accionistas em sessão para isso previamente marcada, e entrará logo em liquidação por editaes e pela imprensa publicados.

Art. 18. Ficam revogadas todas as disposições em contrario.—S. R.

Sala das sessões d'assembléa legislativa do Amazonas, 14 de Abril de 1871.—O deputado, *Alfredo Sergio Ferreira*.

(*Signaes de attenção.*)

A apresentação de um projecto, srs., é sempre materia para discussão; quando elle é novo, encerra em si materia nova, ou *sui generis* é quasi sempre objecto de admiração; se porém elle envolve difficuldades que parecem insuperaveis, é as mais das vezes recebido com indifferentismo.

Nestas condições, eu não sei, sr. presidente, a qual destas classes poderei incorporar o projecto que prende a attenção e é objecto de deliberação desta casa.

Como quer que seja, quero tomar o reverso da medalha pelo lado peor, e para que elle não possa ser recebido com indifferentismo, passo a fundamental-o, procurarei justificar-o e finalmente chegarei e além provarei toda sua utilidade, toda a sua importancia.

Ardua e difficil é sem duvida a tarefa de que me encarreguei, a qual de bom grado busquei, sò tendo em mira o bem publico, e portanto, srs., mais meritorio e mais satisfactorio será o seu desempenho.

Aqui onde sobram elementos de opulencia e grandeza, aqui onde tudo ha a crear para chegar a seus grandes destinos é tempo de erguermo-nos dessa lethargia em que temos cahido, desse indifferetismo a que temos chegado. Eu peço aos meus nobres collegas que me acompanhem nesta empresa em que prevejo tantos beneficios, que não deixem morrer em embrião uma ideia, que póde dar os melhores resultados.

Senhores, é materia inconcusa; é caso passado em julgado que projectos da ordem dos que acabo de apresentar precisam do auxilio do governo para sua realisação, tanto mais quanto se tem querido convencer que é infallivel a mão do governo e que a iniciativa de tudo deve delle partir.

Influencia notavel da opinião do governo no paiz! Infelizmente é esta a idéa que domina em toda a parte, e que no nosso paiz

se faz muito mais sensivel, por esse contacto constante em que com elle estamos, por esta communhão, por esta dependencia em que nos achamos collocados.

Eu peço aos nobres collegas a maior attenção, peço-lhes mesmo um pouco de calma, e reflexão para ser decidida uma materia de grave conveniencia publica.

E' um vicio que tem a mocidade tomar o patriocinio das grandes causas, e defender as ideias generosas. Pedir eu de vós calma e reflexão é exigir uma virtude civica, o que deveis desculpar tanto mais quando, srs., fallando em nome da mocidade fallo em nome do futuro, e fallo em nome do progresso da provincia do Amazonas.

Não me passa pela ideia um só momento comparar-me ao grande vulto da revolução franceza que além vai, Barnave, que na tribuna franceza fallava em nome da mocidade; não quero tomar a posição de José Estevão, desse Deus da tribuna portugueza, que fazia-se ouvir no congresso constituinte do seu paiz, ainda em nome da mocidade; não, é o mais humilde d'entre vós que pede a palavra para invocar em nome do futuro, em nome do grandeezo progresso que a provincia deve desenvolver,

Tenho necessidade de fazer apparecer a utilidade do projecto por mim apresentado e como esta acarreta a sua justificação, serei muito succinto, o mais resumido que for possivel.

Senhores, dois poderosos elementos procurarão supplantar a seiva desta importante provincia; uma força de pressão executada por duas formas tende á matar a sua vitalidade, que convem quanto antes remover; esses dois elementos, essa força representada por essas duas formas, uma, a emigração, não está tanto ao nosso alcance remover, como a segunda, isto é, a independencia d'esta praça da do Pará. O nosso principal empenho e o que mais precisamos é a independencia do nosso commercio, é libertarmos a provincia da do Pará, que tem completamente escravizado o nosso commercio.

Posso assegurar a v. exc. sr. presidente, que muitos negociantes e homens dedicados á causa do progresso da provincia, são desta minha opinião; posso asseverar á casa que esta ideia encontra echo em muitos co-

rações, nos quaes tem faltado chefe, uma cabeça para erguer essa voz de liberdade commercial, que na phase de Blackston é na vida das tranzacções dos povos igual a liberdade individual.

Certamente, senhores, não se deve supôr que em uma provincia, uma assembléa, se deixe dominar, convencer e direi mesmo temer, por meia duzia de especuladores felizes, que por circumstancias tem dominado dois terços da nossa população; certamente que se não deve por momentos admittir que homens que formam uma communhão da qual depende a prosperidade da provincia, sejam os primeiros que se prestem á concorrer para a continuação desta pressão que nos mata.

Faço justiça aos meus nobres collegas: conto que me acompanhem, e que não poupem occasião para demonstrar os bons desejos que nutrem a respeito do progresso desta provincia, abraçando essa grande iniciativa com a apresentação do projecto que li.

Não é só este, senhores, o mal que cauza a praça do Pará com a pressão systematica sobre o commercio d'aqui. O maior mal é a absorpção dos nossos capitaes, tirando-nos vantagens extraordinarias; a deslocação de fortuna na mesma praça em nada influe, tudo é jogo, mas em praça diversa, traz-nos a paralisação ou pelo menos as difficuldades de transacções.

Faltando-nos capitaes, falta-nos tudo.

Felizmente temos aqui um commerciante o sr. deputado Sympson que se não vier em nosso apoio terei occasião de ouvil-o e que pode prestar os maiores serviços a respeito, tirando-me do erro em que permaneço.

O sr. Sympson:—Obrigado.

O sr. Sergio:—Certamente que desejo ouvil-o a respeito e convencer-me da verdade.

O sr. Sympson:—E' bondade.

O sr. Sergio:—(continuando) Não é só senhores a pressão do commercio do Pará que tem dominado o desta provincia que temos a lamentar; não é só esta pressão que nos tem embaraçado completamente, que se fosse uma influencia commercial bem entendida seria para nós momentos de resignação antes que d'indignação.

O sr. Barreto dá signal d'assentimento.

O sr. Sergio:—Viso outros muitos males e ultimamente ficaremos sem recurso algum, o negociante entre nós lucta com mil difficuldades.

A praça do Pará geralmente vende os seus generos pelo preço que lhes apraz e compra e paga os nossos productos pelos preços que lhe convém e com muitas imposições, creando até commissões *ad hoc* para certas transacções, com o unico fim de equiparar a receita com a despesa e jamais poderá a nossa praça resistir a esses abusos e pelo contrario vê-se obrigada a tudo receber *quêda e muda*.

O sr. Barreto:—Apoiado.

O sr. Sergio:—N'estas dolorosas difficuldades não ha outro recurso senão effectuar alli todas as transacções, somente tendo em vista os lucros fabulosos que resultam d'alternativa d'alta ou baixa dos generos, o que é portanto sempre fallivel.

Na minha profissão d'advogado, tenho tido occasião de lamentar muitas vezes essa terrivel pressão, da parte dos negociantes do Pará com o commercio desta provincia, e é para admirar, que com o maior indifferentismo se arrisque capitaes a não se esperar esses lucros *felizes*.

Eu poderia citar muitos exemplos, mas contentar-me-hei em referir um facto, bem recente para demonstrar as difficuldades, que embaraçam nosso commercio.

Consultado eu sobre uma transacção criminosa do Pará, e vendo a maneira lesiva porque ella se havia effectuado, procurei provar a todo transe, pelo temor com que se me fallava, a injustiça e lezão que soffria esse negociante desta provincia, e necessidade d'uma demanda caso no fóro conciliatorio nada obtivesse elle; tudo perfeitamente comprehendendo e conheceo, e que era victima d'uma enorme lezão, mas respondeu-me que as suas condições eram de grande numero de nossos negociantes e que lhe era impossivel esses recursos, porque, a braços com essa demanda, com essa forte casa elle não encontraria outra no Pará, que o abonasse, senão n'aquellas ou em peores condições.

Referido isso a um outro homem que não entendesse de sua profissão e que não estivesse apto ou vezado ao negocio do Ama-

zonas, era para ser recebido com indignação, mas eu, senhores, accitei essa ingenua confissão com compaixão dessa victima que vinha confirmar as minhas opiniões sobre o lamentavel estado do commercio do Amazonas.

Infelizmente isso se deo.

Eu sinto-me, senhores, pequeno e fraco para desenvolver todas as razões que existe em favor do projecto, e lamento sinceramente não poder arcar contra essa pressão que todos deploram.

E' preciso unirmos todos em um só pensamento para trabalharmos com afan n'esta empresa que mais tarde trará um feliz *desideratum*.

Sei que o capital empregado não é ainda sufficiente para a liberdade que almeja, ella porém é já um poderoso auxiliar para unida á vontade e capricho de grande numero de negociantes desta praça obter-se salutaes resultados.

Se, senhores, lançarmos um olhar sobre este projecto nós vemos suas vantagens do modo mais claro; seus resultados não se farão somente sentir, a ser elle abraçado, nas classes dos negociantes, chegarão a todos e com especialidade á classe de empregados publicos e que por sua vez sugeita ao commercio local está escravizada á meia duzia de *agiotas* deshumanos e desapiedados.

A classe dos empregados publicos, a mais pobre d'entre todas, precisa da maior protecção, e de soccorro, ella soffre os maiores vexames e privações.

Mal pagos esses empregados, obrigados a contrahirem debitos com estes deshumanos *agiotas*, a classe começa a ser desconsiderada. Isto está na opinião de todos os homens e não faço injuria referindo estas verdades.

Sei que no começo dos mezes, esses *agiotas* vão ás repartições e até ás suas portas, procuram extorquir os ordenados dos empregados dos quaes muitas vezes levam dois terços em usuras.

Este estado de cousas deve muito vexar e principalmente n'estas occasiões, onde maior apparece o vexame, pela falta de recursos, e só, senhores, com uma medida desta ordem poderemos obter um meio efficaç a tanto abuso, a tanta necessidade.

Esta empresa tem por fim libertar-nos

creando um capital onde se pode, com garantia e com socego de espirito ir remediando as necessidades.

Lucrando o commercio, lucrando os empregados publicos e mesmo os particulares com diminuição de juro e condições onerosas e até mesmo injuriosas, lucra a sociedade porque assim vai apparecendo o espirito de associação e vai se formando entre nós capital.

Eu me aguardarei para nas discussões provar a plena garantia do projecto e as suas immensas vantagens, no caso que não encontre nos collegas, todo o desejo de auxiliarem esta importante aquisição para a qual me esforçarei, como um penhor á futura liberdade e progresso da provincia na parte relativa as minhas observações.

O SR. CLEMENTINO apresenta o seguinte projecto: (*le*)

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a mandar fazer o serviço de tálho da carne verde nesta capital por conta da fazenda provincial.

Art. 2.º Para este fim promoverão os agentes da mesma fazenda a aquisição de gado preciso ao abastecimento da população, estabelecendo depositos sufficientes nas immediações da cidade, onde o gado se conserve sempre nas condições de offerecer um saudavel alimento.

Art. 3.º Fica tambem o presidente da provincia autorisado além das despesas necessarias para tal serviço á despendar mais a quantia que fôr necessaria com a aquisição de um rebocador á vapor para ser empregado na condução do gado que se houver de importar de fóra da cidade, para outros serviços de que necessitar a provincia.

Art. 4.º A carne verde será vendida pelo preço que ficar o gado á fazenda, porém nunca a mais de 200 reis a libra.

Art. 5.º Não se talhará menos de duas rezes diariamente.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 14 de Abril de 1871.— O deputado, *Pereira Guimarães*.

O SR. BARRETO apresenta este projecto

que a commissão de instrucção publica o confeccionou: (lê)

A assembléa legislativa da provincia do Amazonas resolve:

Art. 1.º A provincia prestará a subvenção mensal de 100\$000 durante seis annos á dous alumnos do lyceo, que houverem frequentado as aulas, e ahi completado o curso para o estudo de sciencias ou artes, dentro ou fóra do imperio, sendo preferidos aquelles que reunirem além de approvação plena, comportamento moralisado e gosto pela instrucção,

Art. 2.º A subvenção será paga á vista de attestados dos lentes das academias ou professores dos alumnos.

Art. 3.º Os alumnos que tiverem sido approvados plenamente nas materias que constituem o curso do lyceo serão nomeados para empregos provinciaes independentes de exame.

§ 1.º Havendo, porém, mais de um candidato far-se-ha concurso e será preferido aquelle do lyceo que melhor aptidão mostrar.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Assembléa provincial, 14 de Abril de 1871.—Os membros da commissão de instrucção, padre *Manoel Ferreira Barreto*—*Thomaz Luiz Simpson*—*Henrique Barboza de Amorim*.

ORDEM DO DIA

Segunda parte

O sr. 1.º SECRETARIO faz a 3.ª leitura dos projectos n.ºs 1 e 2 deste anno e de n.º 15 do anno passado.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 15 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Clementino, Barreto, Sergio, Castro e Costa e Maximiano; faltando os srs. Amorim, Gabriel, Simpson e Miranda Leão.

Não havendo numero sufficiente, o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 17 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajoz, Arthur, Clementino, Irenio, Barreto, Simpson, Castro e Costa, Sergio, Gabriel, e Maximiano; faltando os srs. Amorim e Miranda Leão.

Abre-se a sessão.

O sr. 2.º secretario lê duas actas das sessões anteriores, as quaes são approvadas.

O sr. CASTRO E COSTA, lembra que as actas não mencionam os nomes dos srs. deputados, que deixam de comparecer sem causa justificada e entende que assim não deve ser.

O sr. PRESIDENTE declara que não pode tomar em consideração a reclamação do nobre deputado porque nas actas, se mencionam tam somente os nomes dos srs. deputados, que tomarão assento.

O sr. MAXIMIANO, diz, que segundo as sessões publicadas no *Catechista* elle tem deixado de comparecer quatro dias, no que ha certamente engano, porque respondeo a chamada nessas sessões, e só se retirou quando terminarão os trabalhos.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, remettendo um requerimento da irmandade de S. Sebastião pedindo a quantia de 5:000\$ rs., para occorrer as despesas com o concerto da respectiva capella—A commissão de fazenda.

Outro do mesmo, remettendo o plano, planta e discripção dos trabalhos de desapropriação das casas, e terrenos na praça da Imperatriz.—A commissão de obras publicas.

Um requerimento de Antonio José Serudo Martins, pedindo maior prazo para effectuar o pagamento de 10:000\$000 em que ficou alcançado o collector de Serpa, em razão do roubo que se deu ultimamente. A commissão de poderes.

E' lido e approvado o contracto feito com a typographia do *Catechista*, para a publicação dos trabalhos da assembléa.

O sr. PRESIDENTE diz que tendo o sr. deputado Clementino solicitado dispensa da commissão nomeada para exprimir a s. exc.

o sr. presidente da provincia os votos de sympathia e adhesão d'esta assembléa para com s. exc.—designa para substituí-lo o sr. Sympson, e do mesmo modo ao sr. Maximiano, em lugar do sr. Miranda Leão que também pediu despesa.

S. exc. pede para que a comissão dê conta amanhã do resultado da sua missão.

Levanta-se a sessão, declarando o sr. presidente que a ordem do dia da sessão seguinte será a que já foi anteriormente designada.

Sessão ordinaria em 18 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Irenio, Barreto, Sympson, Castro e Costa, Sergio, Maximiano, Amorim, Miranda Leão; faltando o sr. Gabriel.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, remettendo um outro do inspector da thesouraria provincial acompanhado de uma demonstração de 5:333\$620 rs., precisos para occorrer as despesas do § 2.º do art. 3.º da lei n. 200 de 5 de maio do anno passado.—A comissão de fazenda.

Idem do mesmo, communicando que a thesouraria se deu ordem para pagamento do tachygrapho Francisco Barroso.—Inteirado.

Idem do mesmo, communicando que expedio-se ordem a thesouraria provincial para pagamento da ajuda de custo do sr. deputado Barreto.—A archivar.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. CASTRO E COSTA, como membro relator da comissão de felicitação ao exm. presidente da provincia, diz que passa a apresentar a felicitação que a mesma dirige ao exm. sr. Miranda Reis; assim como a resposta de s. exc., pedindo que sejam lidas pela sr. 1.º secretario por se achar bastante incommodado.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

Illm. e Exm. Sr. Presidente da Provincia.—A assembléa legislativa provincial commissionou-nos para manifestar a v. exc. a satisfação de que se acha possuida pela administração honesta, intelligente, recta, e justiceira, que tem v. exc.ª desenvolvido, quer se attenda aos serviços Moraes e materiaes prestados a esta provincia, quer as medidas judiciosas apresentadas por v. exc. no seu relatorio.

A assembléa legislativa provincial eleita pelo povo para represental-o, não se devia tornar indifferente ao reconhecimento desses serviços, e faltaria mesmo á um rigoroso dever, se não viesse tributar a v. exc. um voto de gratidão, affiançando sua fiel adhesão ao throno imperial e a administração de v. exc.

Cumprindo pois este honroso mandato, bemdizemos ainda uma vez o governo de Sua Magestade o Imperador, pela escolha que fez de v. exc. para presidir os destinos desta provincia, que precisa homens taes para chegar a prosperidade que á espera.

E nós exm. sr., membros da comissão, respeitosamente pedimos permissão para apresentar a v. exc. as seguranças de nossa subida estima alta consideração, e apreço a pessoa de v. exc.—Manãos 17 de abril de 1871.—*Nicoláo José de Castro e Costa, Maximiano de Paula Ribeiro, padre Manoel Ferreira Barreto, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Thomaz Luiz Sympson.*

Senhores Membros da Comissão.—Escolhido pelo sabio governo de Sua Magestade o Imperador para o honroso cargo de presidente desta importante provincia, para nella distribuir justiça á todos e promover quanto possivel o progresso moral e material desta tão esperançosa parte do imperio, assumi tão difficil tarefa com o mais vivo interesse, porque desde logo esperei que pelo restricto cumprimento das instrucções que recebi d'aquelle illustrado e patriotico governo, teria em meu auxilio a inestimavel adhesão dos bons amazonenses.

Pouco ou nada tenho até hoje feito que valha ao muito que sinceramente desejo fazer no intuito de dar melhoramento moral e material deste fertilissimo e esperançoso torão o benefico impulso, de que tanto neces-

sita, para conquistar um lugar mais proeminente ainda entre as demais províncias do império.

A minha administração seria sem duvida, pouco proficua, e mesmo esteril, se a assembléa legislativa da provincia, levada pelo mais decidido patriotismo e pela mais viva dedicação e amor ao povo que acertadamente a escolheu e a quem tão dignamente representa, não me houvesse por meio de suas sabias leis aplanado o caminho.

O voto de fiel adhesão manifestado pela assembléa legislativa provincial ao throno revela o respeito, o amor e a dedicação do povo amazonense as sabias instituições que felizmente nos regem.

Os sentimentos de que se acha possuida a mesma assembléa para com a minha pessoa, e em relação a minha administração, penhorão sobre modo a minha mais intima gratidão e animão-me efficazmente á proseguir no arduo desempenho de meus deveres, contando que assim continuarei a ter a honra de merecer a valioza, e intelligente coadjuvção da respeitavel assembléa legislativa provincial e o inestimavel apoio da opinião publica da provincia de que é ella legitima representante.

A vós, senhores membros da commissão á quem a assembléa legislativa provincial incumbio de apresentar-me o seu voto de adhesão á minha administração, eu cheio de reconhecimento, peço que dando conta de vosso mandato, lhe testemunheis minha dedicação e os meus cordiaes sentimentos de gratidão, respeito e reconhecimento de que fico possuido para com a mesma assembléa, e bem assim que por vossa parte especialmente acceiteis, á par de meu agradecimento pela delicadesa com que desempenhaes a vossa missão, os meus protestos da mais elevada estima, e distincta consideração.—Manáos, em 17 de abril de 1871. O bacharel, *José de Miranda da Silva Reis*.

O sr. presidente declara que é recebida com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Segunda parte

São lidos, julgados objecto de deliberação, e vão a imprimir os projectos n.ºs 3, 4 e 5.

O sr. SYMPSON diz que lhe parece que o sr. presidente tinha declarado que manda-

va a uma commissão especial o projecto n.º 5, bem como o outro que existe na casa, para fundil-os em um só, porque versam sobre o mesmo objecto.

O regimento diz que se uma commissão apresentar um projecto deve ser logo considerado materia de deliberação. Ora sendo o projecto apresentado pela commissão de instrucção publica, não precisa ser consultada á casa.

Um sr. deputado:—Não foi apresentado pela commissão.

O sr. *Sympson* interpella ao sr. padre Barreto.

O sr. *Barreto*:—O projecto de que se trata foi apresentado pela commissão de instrucção publica.

O sr. *presidente*:—Se é da commissão de instrucção publica será mandado a uma commissão especial com outro que existe na casa, para fundil-os.

O sr. *Sympson* entende que conforme as disposições do regimento é deste modo que se deve proceder. Entretanto o sr. presidente decidirá como melhor entender.

O sr. *presidente* diz que avista do que acaba de reflexionar o sr. deputado *Sympson*, vai proceder-se a eleição para a commissão especial, que tem de fundir os dous projectos, que versam sobre o mesmo objecto.

São eleitos para esta commissão os srs. Barreto, Irenio e Amorim.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 19 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Irenio, Barreto, Maximiano, Miranda Leão e Castro e Costa; faltando os srs. Arthur, Clementino, Sympson, Amorim, Sergio e Gabriel.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada achando-se presentes os srs. Gustavo, Ta-

pajós, Arthur, Amorim, Barreto, Clementino, Gabriel, Irenio, Sergio, Sympson, Maximiano, Miranda Leão e Castro e Costa.

Abre-se a sessão.

O sr. presidente declara que deixam de ser submittidas as actas á approvação por não estarem preparadas.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo comunicando que expedio-se ordem a thesouraria provincial para pagar-se a João Antonio Pará a 1.ª prestação de seu salario pela impressão dos trabalhos d'assembléa. —Inteirado.

Idem do mesmo, acompanhando o plano de melhoramentos que tem de se fazer no estabelecimento dos educandos.—A comissão de fazenda.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. GABRIEL apresenta um projecto que tomou o n.º 7 para servir de regimento interno desta assembléa.

O sr. presidente lembra que este projecto foi confeccionado por uma comissão nomeada o anno passado.

O sr. Gabriel diz que essa comissão é especial; que tendo sido nomeada o anno passado, finda a sessão terminaram seus poderes.

Estes trabalhos foram confeccionados por elle, e por seu nobre amigo o sr. padre Barreto, que lhe prestou o mais valioso auxilio, e a quem sem duvida se deve a sua correcção.

Desejou que o projecto fosse assignado pelo sr. padre Barreto, mas elle negou-se á isto, allegando que a comissão tinha cessado seus poderes.

O sr. BARRETO agradece e explicando a razão porque deixou de assignar o projecto, diz que concorda com o nobre deputado, isto é, que tendo expirado o prazo da comissão não lhe cabia mais o direito de assignar.

Quanto ao auxilio de que fallou o nobre deputado, entende que pouco ou nada fez.

O sr. CLEMENTINO diz que a comissão de fazenda tendo já alguns trabalhos preparados pede ao sr. presidente, que na fórma do regimento se digne marcar o dia e hora para serem apresentados.

O sr. presidente declara que o nobre deputado pode fazer immediatamente.

O sr. Clementino lê um parecer sobre a petição do official-maior desta secretaria José Antonio de Andrada Barra, o qual conclue pugnando que se conceda a licença pedida.

Lê um outro parecer da mesma comissão a respeito da pretensão de Bonifacio José Pereira Campos, e conclue pedindo que seja indeferida a petição do supplicante.

Lê finalmente outro parecer a respeito dos officios de s. exc.ª o sr. presidente da provincia e do inspector da thesouraria provincial, demonstrando a insufficiencia do credito para o expediente e impressão dos trabalhos d'assembléa, e conclue apresentando um projecto, que augmenta a verba do § 2.º da lei n.º 200.

O sr. SERGIO pede ao sr. presidente que marque dia e hora para a comissão de redacção apresentar os trabalhos que tem.

O sr. presidente diz que pode fazel-o.

O sr. Sergio apresenta um parecer sobre o projecto n.º 13 do anno passado.

O sr. AMORIM diz que tendo a comissão especial alguns trabalhos prompts, o sr. presidente se dignará marcar dia e hora para apresental-os.

O sr. presidente diz que pode ser já.

O sr. Amorim lê um parecer da comissão especial nomeada para fundir os dous projectos que dizem respeito a instrucção publica.

ORDEM DO DIA

Segunda parte

O sr. 1.º secretario faz a 3.ª leitura dos projectos n.ºs 3 e 4.

1.ª Discussão do projecto n.º 1.—Aprovado.

1.ª Discussão do projecto n.º 2.—Aprovado.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 21 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapa-

jós. Arthur, Sympson, Irenio, Sergio, Amorim, Castro e Costa, Barreto, Maximiano e Miranda Leão; faltando o sr. Clementino.

Abre-se a sessão.

O sr. presidente diz que deixam de ser lidas as actas das sessões anteriores por não estarem ainda preparadas.

O sr. 1.^o secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. SYMPSON pede ao sr. presidente que marque dia e hora para a commissão de poderes apresentar parecer sobre a petição de Antonio José Serudo Martins, fiador do collecter de Serpa, sollicitando uma moratoria para poder effectuar o pagamento da quantia subtrahida do cofre d'aquella collectoria—concluindo que seja concedido o que pede o supplicante e apresentando um projecto n'este sentido.

O sr. SERGIO lê um projecto que concede á Antonio Francisco d'Araujo Bacellar, um empréstimo de 10:000\$000 e adianta dinheiro para passagens d'elle, de sua familia e escravos, do Maranhão para esta provincia, e mais um conto de reis para o primeiro estabelecimento que montar.

O sr. Sergio diz, como membro da commissão de commercio e artes, que tendo se ausentado dous membros da mesma commissão pede ao sr. presidente que se faça eleição para completal-a e poder assim apresentar os trabalhos que tem promptos.

O sr. PRESIDENTE consulta a casa se devem ser nomeados outros membros para a commissão de que fallou o nobre deputado, e foi decidido que não.

Segunda parte

O sr. 1.^o secretario faz a segunda leitura dos projectos n.ºs 6, 7, 8 e 9, que são julgados objecto de deliberação e vão á imprimir.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 22 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapa-

jós. Arthur, Sympson, Irenio, Amorim, Gabriel, Sergio, Castro e Costa, Clementino, Miranda Leão e Maximiano; faltando o sr. Barreto,

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores, com uma alteração lembrada pelo sr. Clementino.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo communicando que o sr. presidente da provincia sancionou o projecto n.º 1 que ficou sob n.º 207.—Inteirado.

Idem do mesmo, remettendo a representação do collecter de Villa Bella da Imperatriz com informação e documentos annexos.—A commissão de fazenda.

Um requerimento dos empregados da thesouraria provincial, que tomaram as contas do thesoureiro dos exercicios de 65, 66, 67 e 68, achando que a gratificação de 60\$000 é insufficiente para pagamento deste serviço, e pedindo que se abra uma excepção na lei, quanto as contas do thesoureiro.—A commissão de fazenda.

Idem do tachygrapho Francisco Barroso, pedindo uma alteração em seu contracto, quanto aos dias que estão marcados para receber a sua gratificação.—A commissão de fazenda.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. GABRIEL.—Rogo a v. exc.^a, sr. presidente, que se digne marcar dia e hora para a commissão de camaras apresentar seu parecer sob o codigo de posturas da camara municipal da villa da Conceição.

O sr. PRESIDENTE:—Fica marcado o dia de segunda-feira.

Segunda parte

Segunda leitura do projecto n. 11.

O sr. MIRANDA LEÃO sr. presidente para poder apoiar o projecto apresentado a casa, preciso que me informe se a quantia estipulada nelle foi requerida pelo agraciado.

Como sabe á assembléa, deixei de vir alguns dias de sessões.

Não sei se em minha auzencia foi apresentada alguma petição sollicitando o favor que o projecto quer conceder.

O sr. 1.^o SECRETARIO:—Não veio á casa requerimento de pessoa alguma.

O Bacellar pousoubeiro!

O SR. PRESIDENTE põe a votos o projecto para saber se é objecto de deliberação.

Não é julgado objecto de deliberação.

Segunda leitura do projecto n. 10, julgado de deliberação vai a imprimir.

São lidos pela terceira vez os projectos n. 6, 7, 8, e 9.

Segunda discussão do projecto n. 1.

O SR. SERGIO:—E' estylo, é costume n'estas casas ou pelo menos é o que eu sempre tenho visto praticar-se, que todos os projecto passão em 1.^a discussão com espirito animador, sem espirito d'oposição.

E' isto uma especie de delicadeza, para com o autor do projecto, para não fazer baquear uma idéa nonascedouro; parece tambem que isto vai de accordo com os principios de civilidade, e as praticas de boa educação; creio mesmo que é isto uma especie de deferencia, que não prejudica a ninguém.

Tambem o bom senso aconselha que não se tome a palavra na primeira discussão para dar tempo de conhecer se da utilidade da medida e dar-se assim um voto consciencioso.

Sr. presidente, não tenho os foros de corteção, mas nesta casa não se tem tido para commigo a deferencia que era d'esperar, principalmente sobre um projecto de grande utilidade publica, e quando a assembléa tem sido prodiga em taes concessões.

O sr. presidente:—Lembro ao nobre deputado que o regimento prohibe falar sobre materia discutida e vencida.

O sr. Sergio:—Não falo em objecto vencido.

Um sr. deputado:—O regimento tambem prohibe censurar á assembléa.

O sr. Sergio:—Posso, fazel-o creio que estou no meu direito e . . .

O sr. Miranda Leão:—Não tem esse direito.

O sr. presidente:—Atenção; o nobre deputado não pode falar assim.

O sr. Sergio:—Eu vou continuando, sr. presidente. Dizia eu que a assembléa não tinha tido consideração para commigo, faltava até as regras de civilidade . . .

O sr. presidente:—Chamo ao sr. deputado Sergio a ordem.

O sr. Sergio:—Eu continuo, sr. presidente. Sempre me tenho collocado n'esta ca-

sa, como guardador desses principios a que a assembléa faltou para commigo os quaes sem duvida fundão-se nos principios da moral e . . .

O sr. Amorim:—Está fóra do assumpto.

Um sr deputado:—Não é isto que está em discussão.

O sr. Sergio:—Eu chegarei ao assumpto.

Creio que me é preciso preparar o espirito dos ouvintes, (os nobres deputados são agora tambem ouvintes) com algumas considerações para tratar da materia que se acha em discussão.

Não é isto, sr., uma especie de *permissão* que quero para falar, porque a minha posição nesta casa é muito neutra e tem sido muito independente, o meo dever é estar contra o projecto pelas convicções que a respeito professo.

Porem com referencia ao projecto que se acha em discussão não quero que setomem minhas palavras como uma opposição formal á elle porque é minha intenção somente expor minhas opiniões a respeito, visto como penso muito diversamente do que pensou o seu auctor.

Sr. presidente, voto contra o projecto pela sua inexequibilidade, voto contra elle porque entendo que elle vai matar esta nobre animação que se nota em todos os espiritos philanthropicos do imperio em favor da emancipação do elemento servil.

Desejo ouvir o seu actor para que possa dar-me as razões que teve, os fundamentos que encontrou para exigir um tão grande *sacrificio* desta casa; digo que é um sacrificio porque não se pode chamar de outro modo projectos apresentados como mero luxo.

O sr. Amorim:—Não apoiado.

O sr. Sergio:—Sr. presidente, é tempo de prepararmos o que ha de util; é tempo de olharmos os trabalhos mais de perto, e não consumir o tempo em vão, e com projectos inexequiveis, somente para amontoar leis na collecção. E' tempo de tratarmos de perto as questões de interesse publico, e não delegarmos todos os nossos poderes, não collocarmos tudo nas mãos dos presidentes de provincia.

Tem-se tido a complacencia de deixar medidas de mais importancia ao poder executivo, e entretanto nós sabemos que os

presidentes atarefados com as difficuldades da execução não podem bem desempenhar medidas que ao poder legislativo pertencem. Até o anno passado promulgaram-se duzentas e seis leis, e d'estas um terço talvez não está em execução.

Temos o habito de guardar tudo para a lei do orçamento. . .

O sr. Miranda Leão:—Não se trata da lei do orçamento.

O sr. Sergio: . . . temos o vicio de addiar os trabalhos para a lei do orçamento e ahi delegamos ao poder executivo o que só a nós compete: damos-lhe faculdades para tudo fazer, sem attendermos a graves inconvenientes que nos tem resultado, que sempre tem merecido censuras e que nós mesmos temos arrependido-nos de sermos tão obedientes e . . .

(Trocamos-se diversos apartes.)

O sr. Sergio:—Temos visto, srs., esta grande revolução em favor da emancipação do elemento servil, em todas as partes do Brazil, já por associações que tem dado os mais beneficos resultados, já pela protecção que tem dispensado as assembléas provinciaes e não posso suffocar esses sentimentos.

Infelizmente, sr. presidente, a provincia do Amazonas nada tem feito; não se tem podido obter o menor resultado.

Em 1869 o presidente da provincia iniciou a idéa em seu relatorio, e comtudo não foi confeccionada uma lei especial; não foram estabelecidas as condições em que deviam ser tomadas as pessoas a quem devia esse favor aproveitar: todo o defeito veio da lei.

Estes defeitos não se tem procurado fazer desaparecer, pelo contrario, no anno passado concederam-se novas attribuições ao poder executivo e elle não se moveo.

O projecto em discussão continua com o mesmo vicio, elle tem maiores imperfeições restitue uma probabilidade, por uma improbabilidade. Até agora ainda havia possibilidade de pôr em execução a emancipação, d'agora á elle passar, nada teremos.

A verba que se consignou no orçamento de 1869 cahio em exercicios findos e da lei do orçamento do anno passado não foi despendida, porque ellas eram uma cousa incompleta.

O sr. Miranda Leão:—O sr. presidente

está consentindo que o nobre deputado divague.

O sr. presidente:—Consinto para não ter occasião de chamal-o á ordem.

O sr. Sergio:—Sempre estou prompto para obedecer a v. exc.

(Trocamos-se apartes.)

E' occasião de o nobre deputado mostrar a utilidade de seu projecto, se é seo, para assim esclarecer a todos que poderão dar um voto com conhecimento da materia se não resolverem que seja pela mimica.

(Trocamos-se muitos apartes.)

O sr. Sergio:—Se não querem que eu continue, declarem com franqueza que eu sento-me. . .

Um sr. deputado:—Pode continuar.

O sr. Sergio:—Venha o auctor do projecto a tribuna esplicar as razões em que se fundou para confeccional-o e não me esteja a interromper e a encommodar.

O sr. Miranda Leão:—Não espere isto.

O sr. Sergio:—Oh! sim, estou convencido d'isso: sei que infelizmente não pode vir e que é incapaz de discutir.

O sr. Miranda Leão:—Não quero falar, e depois fazer discursos em casa.

O sr. Sergio:—Não faço mais que corrigil-os. O que posso assegurar ao sr. deputado é que, o que apresento, o que digo aqui é meu. . .

O sr. Miranda Leão:—Dá um aparte.

O sr. Sergio:—Não voto por ver outros votarem. . .

O sr. presidente:—A ordem.

O sr. Sergio:— . . . não sou deputado de cabresto: *(Apartes e reclamações.)*

O sr. presidente:—*(agitando a campainha com força.)* A ordem sr. deputado, sente-se, sente-se..

O sr. Sergio:—Sento-me mas hei de fazer um protesto pela imprensa. E' o systema da rolha.

O SR. PRESIDENTE:—Tendo o sr. deputado Sergio usado de phrases inconvenientes, como: deputado de *cabresto* etc., chamei-o a ordem por diversas vezes, o que não querendo attender, declarei que não estava no estado de deliberar. Assim consulto a casa, se o sr. deputado Sergio pode ficar nesta sessão ou deve retirar-se.

Consultada a casa decidio-se que podia ficar.

Posto á votos é o projecto approvedo.
2.^a discussão do projecto n. 2.—Approvedo.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia, e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 24 de Abril de 1874

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Sergio, Sympson, Miranda Leão, Amorim, Castro e Costa, Clementino, Ireño, Maximiano e Barreto; faltando o sr. Gabriel.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um officio da camara municipal de Silves, sollicitando isenção dos direitos de 3 % addicionaes, para os seus muncipes, visto que nenhum interesse tem com a navegação, que não está estabelecida por aquella villa.—A commissão de commercio e artes.

O sr. PRESIDENTE diz que achando-se sobre a meza o diploma do sr. deputado Torquato Antonio de Souza, convida a commissão de verificação de poderes para examinal-o e dar seu parecer.

Sahe a commissão e depois de examinar o diploma, volta ao recinto da assembléa.

O sr. SYMPSON lê o parecer da commissão de verificação de poderes, o qual conclue reconhecendo deputado o sr. Torquato Antonio de Souza, que introduzido na sala com as formalidades do estylo prestou juramento e tomou assento.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

Nada occorreo.

Segunda parte

3.^a Leitura do projecto n.º 10.

1.^a Discussão do projecto n.º 3.—Regeitado.

1.^a Discussão do projecto n.º 4.—Approvedo.

3.^a Discussão do projecto n.º 1.

O sr. SERGIO:—Pedi a palavra para apre-

sentar uma pequena alteração ao projecto que está em discussão.

Sinto, sr. presidente, que o meu estado de saúde não me permitta fazer uma apreciação tão ampla como desejava que fosse, e como devera se fazer em outra occasião. Entretanto como o projecto recente-se de defeitos, entendi que devia apresentar o artigo substitutivo que vou lêr, e que depois passarei a justificar-o.

(O nobre deputado lê um artigo substitutivo que manda que a verba do § 11 art. 11 da lei n.º 200 destinada a emancipação do elemento servil, seja entregue a uma commissão de cinco membros nomeada pela assembléa para promover a libertação de escravos.)

Como já disse a casa, sinto que o meu estado de saúde não me permitta provar a utilidade de ser regeitado o projecto, e substituido pelo artigo que já li.

Sr. presidente, o defeito está só na lei. As duas ultimas quantias destinadas para a emancipação do elemento servil não tem tido resultado algum. Esse favor ainda não foi aproveitado porque se tem dado aos presidentes da provincia attribuições e poderes, que pertencem a esta assembléa.

Ha um regulamento organizado pelo sr. Wilkens de Mattos que não comprehendeu o espirito desta assembléa, de sorte que nunca o poudo pôr em execução.

A primeira verba cahio em exercicios finidos, segunda a vai seguindo o mesmo caminho.

O actual sr. presidente da provincia disse em seu relatorio que até agora não lhe appareceu uma só pessoa que quizesse a liberdade de seus escravos.

A ideia de dar-se aos presidentes attribuições desta natureza é má: elles não podem atarefados com as difficuldades da execução, seu principal mandato, fazer cousa alguma; necessitam da discussão para os instruir da conveniência de outras medidas que só nós, senhores, podemos fazer.

Além disto apresenta-se ao presidente um individuo pedindo para libertar o seu escravo com o auxilio do cofre da provincia, este já suppondo que o presidente pôde fazer-lhe favor maior do que aquelle, colloca-o em difficuldades, das quaes não podera sahir com facilidade.

Esta ideia parte do corpo legislativo é

deve este escolher entre seus membros uma comissão para promover a emancipação d'aquelles escravos, que estiverem nas condições de receberem o favor, sem exclusão alguma, e com preferencia das condições estabelecidas pela lei.

A questão de liberdade do ventre só podia ser tratada assim por quem a não comprehende.

Pelo menos até hoje todos os estadistas, todos os economistas sociaes tem reconhecido as grandes difficuldades que embarçam a questão de liberdade do ventre. Não é isto idéa minha, é materia estudada e aprendida. Quero concorrer para que tenha execução, e resultado um projecto que julgo da maior importancia; quero que a lei não seja improficua e que não tenha difficuldades invenciveis. Tenho em meu favor opiniões de pessoas competentes que pensando sobre a emancipação do elemento servil, quanto a liberdade do ventre mostraram exuberantemente os seus inconvenientes e que ella traz as maiores difficuldades, e dá lugar a factos lamentaveis. Permitta a casa que leia o que a este respeito escreveu a comissão especial nomeada pela camara dos srs. deputados, para dar um parecer sobre a emancipação do elemento servil.

Essa comissão que resolveu o que encontrou de melhor, quando, apreciando os projectos apresentados a respeito da emancipação do ventre, (*lé*):

«A comissão opina pela liberdade do ventre, em absoluto, e sem indemnisação do onus da criação, porque teme que esta medida possa dar lugar a factos lamentaveis por parte dos srs. que não prestarem as suas escravas durante o periodo delicado da gravidez, os cuidados necessarios, o que se tornará mais triste ainda, descurando dos recém-nascidos, de sorte que haja uma hecatombe de innocentes.

Questões desta ordem não podem ser resolvidas pelas idéas que a imaginação poetica de alguns philantropos tem procurado espalhar.

Mas além, diz a comissão: «Assim por exemplo será necessario providenciar-se sobre a criação de estabelecimentos e asylos apropriados a educação dos menores, quando abandonados pelos patronos que não comprehendem seu proprio interesse em

educar mediante uma indemnisação, homens livres, que no futuro serão os melhores auxiliares que poderão encontrar.»

Quem essim falla, senhores, é uma comissão, é uma reunião de homens mais habilitados que nós e com os mais vastos conhecimentos.

Pronunciando-se a respeito da emancipação, diz que tem que augmentar muitas despesas para providenciar a respeito dos demais favores que depende d'elle.

Quem creará os fructos sobre que recahir o favor que quer o projecto?

E haverá nisto humanidade? Devemos antes de tudo entender a questão.

E podemos com aquella quantia votada cumprir esse dever?

Sr. presidente, a questão de liberdade do ventre não é nova: ella data de muitos annos.

Na velha Europa foi ella debatida por grandes vultos, que nella encontravam uma grande barreira.

Na Inglaterra desde 1833, em França em 1848, e assim em quantos paizes esse partido da liberdade encontrou opposição.

Já me tenho muito adiantado, não posso continuar, porque como já disse a casa, me acho doente e seria imprudencia o fazer. O que disse é sufficiente para que a casa resolva como lhe parecer. Quero que todos saibam qual o meu voto. Pouco importa que se tome a *capricho* questões que affectam interesses publicos uma vez que para elles eu concorra.

O sr. CLEMENTINO:—Pedi a palavra para apresentar uma emenda ao art. unico do projecto que se discute. Compartilhando das idéas do seu nobre autor prestei-lhe o meu voto nas duas primeiras discussões, e continuarei a votar por elle na terceira.

Entendo porém que o projecto precisa de um pequeno retoque, e peço licença ao nobre collega para apresentar a casa: (*lé*)

«Emenda ao projecto n.º 1.

Depois da palavra—despendel-a—diga-se—não só no restante do corrente exercicio como no futuro.

Supprima-se as palavras—no 4.º trimestre do referido exercicio.

O mais como está.»

Penso que a verba de 10:000\$000 marcada no art. 11 da lei n.º 200 deve ser ap-

plicada no restante do exercicio, como tam-
bem no exercicio futuro.

V. exc.^a sabe, sr. presidente, que o exer-
cicio está a findar e primeiro que o projec-
to passe, e suba a sancção terá findado o
tempo. O projecto abrangendo o exercicio
futuro poderá tornar-se uma medida profi-
cua.

O sr. Sergio faz ainda algumas ligeiras
reflexões em sustentação do seo artigo e so-
bre a emenda em discussão.

Posto a votos foi aprovado o projecto
com a emenda e regeitado o artigo additivo.

Terceira discussão do projecto n.º 2.—
Aprovado.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. pre-
sidente designa a ordem do dia e levanta a
sessão.

Sessão ordinaria em 25 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada
acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapa-
jós, Arthur, Barreto, Irenio, Simpson, Amo-
rim, Maximiano, Castro e Costa e Torqua-
to; faltando os srs. Gabriel, Miranda Leão,
Sergio e Clementino.

Não havendo numero sufficiente o sr.
presidente levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 26 de Abril de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada
acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapa-
jós, Arthur, Castro e Costa, Maximiano, Ser-
gio, Simpson, Irenio, Gabriel, Barreto, e
Amorim, faltando os srs. Miranda Leão, Cle-
mentino e Torquato.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das ses-
sões anteriores.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguin-
te.

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo com-
unicando que ao thesouro provincial se deu
ordem para pagamento da ajuda de custo
do sr. deputado Torquato Antonio de Souza.
—Inteirado.

Um requerimento do vigario de Cudajás,
representando sobre as necessidades da ma-
triz d'aquella povoação e solicitando que se
consigne uma verba na lei do orçamento
para occorrer as despesas mais precisas.
—A commissão de obras publicas.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O SR. GABRIEL lê os pareceres da com-
missão de camaras, sobre o codigo de pos-
turas municipaes da Villa da Conceição, e
sobre as faltas de diversas camaras, que
deixaram de remetter os papeis precisos, e
apresentou o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º As camaras municipaes desta provincia fi-
cam autorisadas a despende no anno financeiro de
1871—1872 as quantias que lhe são votadas pela pre-
sente lei; a saber:

CAPITULO I

DESPEZAS MUNICIPAES

§ 1.º CAMARA DA CAPITAL

Ao secretario, ordenado	1:200\$000	
Gratificação	150\$000	1:350\$000
Um amanuense, ordenado	800\$000	
Gratificação	100\$000	900\$000
Porteiro, ordenado	600\$000	
Gratificação	100\$000	700\$000
Fiscal, ordenado		1:000\$000
Engenheiro, ordenado		600\$000
Medico, gratificação		400\$000
Administrador do cemiterio, ordenado	500\$000	
Gratificação	100\$000	600\$000
Capellão do dito, gratificação		400\$000
Procurador, porcentagem 10 %		\$
Fiscaes do interior, porcentagem 10 %		\$
Expediente		800\$000
Custas judiciaes, jury e eleições		2:000\$000
Luz, sustento, vestuario e curativo de presos pobres		2:800\$000
Festas do culto divino e de regosijo pu- blico		1:000\$000
Festas do cemiterio		200\$000
Guisamento para a capella do mesmo		50\$000
Compra de paramentos para a mesma		500\$000
Limpezas de ruas e praças por trato ou de administração		3:500\$000
Obras do caes de Tamandaré 5.ª e 6.ª prestação		16:000\$000
Desapropriação de terrenos e casas na rua das Flores		6:350\$000
Vencimentos dos coveiros		1:440\$000
Aluguel da casa onde funciona a camara Eventuaes		1:200\$000
Pagamento de custas vencidas no exerci- cio de 1869—1870 por diversos func- cionarios da justiça		55\$975
		42:845\$975

CAMARA DE TEFFÉ

§ 2.º Ordenado aos funcionarios e outras despesas

Secretario, ordenado	600\$000	
Gratificação	100\$000	700\$000
Fiscal aferidor, ordenado		250\$000
Porteiro e continuo		200\$000
Dous coveiros do cemiterio, ordenado		480\$000
Procurador, porcentagem 12 %		\$
Fiscaes de fora, porcentagem 10 %		\$
Administrador do cemiterio, ordenado		250\$000
Festas do culto divino e de regosijo pu-		

blico	200\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres	1:600\$000
Limpeza das ruas e praças da cidade e freguezias do municipio.	300\$000
Aluguel da casa em que funciona a camara	400\$000
Custas judiciaes, jury e eleições	1:000\$000
Expediente	250\$000
Com a compra de uma casa para as suas sessões	4:000\$000
Para mobilia da casa das sessões da camara	200\$000
Para conclusão do cemiterio da freguezia de Alvellos	400\$000
Alfaias e outros objectos para a capella do cemiterio da cidade	400\$000
Para um caes defronte da capella do Bom Jesus	1:000\$000
Para reparos das sepulturas do cemiterio	100\$000
Para condução de tijollos para ladrilho do mesmo	150\$000
Para compra de grades para a cadeia	200\$000
Eventuaes	400\$000
	12:680\$000

CAMARA DA CONCEIÇÃO:

§ 3.º Ordenados aos funcionarios e outras despesas	
Secretario, ordenado	500\$000
Fiscal e administrador do cemiterio, ordenado	300\$000
Porteiro, continuo e aferidor	250\$000
Ao procurador e fiscaes de fora da villa, percentagem 12 %	3
Custas judiciaes, jury e eleições	200\$000
Expediente	100\$000
Festas do culto divino e de regosijo publico	100\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario dos presos pobres	100\$000
Limpeza de ruas e praças	150\$000
Eventuaes	100\$000
Concerto da casa da camara e cadeia	1:000\$000
	3:450\$000

CAMARA DE SERPA

§ 4.º Ordenados aos funcionarios e outras despesas	
Secretario, ordenado	500\$000
Fiscal aferidor, ordenado	300\$000
Porteiro, continuo e administrador do cemiterio	320\$000
Ao procurador e fiscaes de fora, percentagem 10 %	3
Custas judiciaes, jury e eleições	600\$000
Festas do culto divino, e regosijo publico	150\$000
Luzes, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres	750\$000
Limpeza de ruas e praças e do cemiterio	800\$000
Expediente	100\$000
Abertura de duas ruas e uma estrada	1:000\$000
Para uma arca de ferro	300\$000
Eventuaes	100\$000
	4:750\$000

CAMARA DE SILVES:

§ 5.º Ordenado aos empregados e outras despesas	
Secretario, ordenado	300\$000
Fiscal, ordenado	200\$000
Porteiro aferidor, ordenado	130\$000
Administrador do cemiterio, ordenado	90\$000
Ao procurador e fiscaes de fora da villa, percentagem 12 %	3
Custas judiciaes, jury e eleições	100\$000
Festas do culto divino, e regosijo publico	180\$000
Luzes, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres	100\$000
Limpeza de ruas e praças	150\$000

Expediente	100\$000
Eventuaes	100\$000
	1:450\$000

CAMARA DE VILLA BELLA:

§ 6.º Ordenado aos empregados e outras despesas	
Secretario, ordenado	600\$000
Fiscal, ordenado	240\$000
Capellão do cemiterio, ordenado	300\$000
Administrador do mesmo, ordenado	200\$000
Porteiro e aferidor, ordenado	150\$000
Procurador e fiscaes de fora da villa, percentagem 12 %	3
Festas do culto divino e de regosijo publico	200\$000
Custas judiciaes, jury e eleições	600\$000
Expediente	400\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres	300\$000
Limpeza da villa e estrada do cemiterio	400\$000
Idem da freguezia do Anderá	100\$000
Construção de uma rampa no porto da villa	2:000\$000
Concerto da capella do cemiterio	200\$000
Eventuaes	200\$000
	5:890\$000

CAMARA DE BARCELLOS:

§ 7.º Ordenado aos funcionarios e outras despesas	
Secretario, ordenado	300\$000
Fiscal, ordenado	150\$000
Porteiro e administrador do cemiterio	130\$000
Ao procurador e fiscaes de fora da villa, percentagem 12 %	3
Limpeza das ruas da villa e freguezia de Moura, Thomar e S. Gabriel	250\$000
Festas do culto divino e de regosijo publico	100\$000
Custas judiciaes e eleições	100\$000
Expediente	50\$000
Luzes para a cadeia, sustento, vestuario e curativo aos presos pobres	100\$000
Com a construção de uma ponte na villa	800\$000
Reparos da casa da camara e cadeia	400\$000
Eventuaes	50\$000
	2:430\$000

CAPITULO II

RENDAS MUNICIPAES

Art. 2.º As camaras municipaes da provincia farão arrecadar no exercicio de 1871 á 1872 as rendas seguintes:

§ 1.º Aferição de pesos, medidas e balanças na forma da tabella annexa a lei n.º 204 de 13 de Maio de 1870.

§ 2.º 2 % do valor de todos os generos que sahirem do municipio deduzidos dos preços consignados nas pautas provinciaes, e somente d'aquelles generos pertencentes aos mesmos municipios.

§ 3.º Multas por infracção de leis e regulamentos que seja de sua competencia cobrar.

§ 4.º Saldos de exercicios anteriores.

§ 5.º Prestações e donativos.

§ 6.º Rendimentos do cemiterio.

§ 7.º Divida activa.

§ 8.º Licença para armazens de seccos e molhados, ou de ambos os generos . . . 30\$000

§ 9.º Idem para casas commerciaes fora dos povoados, canoas de regatões . . . 20\$000

§ 10. Licença para canoas empregadas na condução de pedras, arca ou lenha . . . 20\$000

§ 11. Idem para açougues, boticas ou drogarias . . . 10\$000

§ 12. Idem para quitandas . . . 10\$000

§ 13. Idem para casa de bilhar ou outro qualquer jogo licito, e foguetaria . . . 20\$000

§ 14. Idem para theatro, ou outra casa de espectaculo não gratuito . . . 20\$000

§ 15. Idem para lojas ambulantes de fazendas ou miudezas.	10\$000
§ 16. Por cada pessoa que vender joias de ouro, prata, ou pedras preciosas, pelas ruas.	40\$000
§ 17. Idem para carros de condução de generos, ou de vender agua.	30\$000
§ 18. Licença para casa de officinas, feitorias de fabricar seringa e salga de peixe.	2\$000
§ 19. Idem para tirar esmolos, excepto as irmandades que tiverem compromissos approvados.	20\$000
§ 20. Idem para escriptorios de agentes de leilão ou de commissões.	18\$000
§ 21. Idem para casas commerciaes em que se venderem seccos e molhados, ou ambos os generos a retalho a saber: a casa, cujo fundo fór até 1:000\$000.	10\$000
De mais de 1:000\$000 até 2:000\$000.	15\$000
De mais de 2:000\$000.	20\$000
§ 22. Por cada pessoa empregada na extracção dos ovos de tartaruga nas praias do municipio.	5\$000

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 3.º Ficam approvados os creditos supplementares, autorisados pelo presidente da provincia no exercicio de 1869 a 1870.

Art. 4.º Ficam igualmente approvadas as contas do procurador da camara da villa da Conceição, concernentes ao exercicio de 1869 a 1870.

Art. 5.º As verbas designadas no § 1.º art. 4.º da lei n.º 204 de 13 de Maio do anno passado, para arborisação das ruas e praças desta cidade, e compra de um retrato do Imperador para o paço da camara, que não foram despendidas no exercicio daquella lei, ficam em vigor para o deste.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assemblea legislativa do Amazonas, 26 de Abril de 1871.—*Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.*—*Nicolão José de Castro e Costa.*—*Irenio Porfirio da Costa.*

Tomou o n.º 13 e teve a 1.ª leitura.

O SR. AMORIM:—Apresenta os pareceres da commissão de redacção sobre os projectos n.ºs 1 e 2.

O SR. SYMPSON:—Manda a meza o seguinte requerimento: Requeremos que entre logo em discussão o parecer da commissão de redacção sobre os projectos que acabão de ser lidos.—*Sympton, Barreto.*

Approvado o requerimento, é em seguida approvada a redacção dos projectos n.ºs 1 e 2.

O SR. SERGIO:—Apresenta o seguinte projecto:

«Art. unico. O favor concedido a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, no art. 4.º da lei n. 158 de 7 de outubro de 1866, fica desde já substituido pela subvenção de cinquenta contos (50:000\$000) annuaes pago na rasão das viagens que fizer, procedendo accordo do quanto e como por cada viagem, revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões d'assemblea do Amazonas 26 de abril de 1871.—O deputado, *Sergio Ferreira.*

ORDEM DO DIA

Segunda parte

1.ª Discussão do projecto n. 6.

O SR. SERGIO:—Tendo de votar contra o projecto que está em discussão, pedi a palavra para apresentar as razões que tenho para oppor-me a elle.

Sei que as minhas considerações não poderão ser tomadas sempre como eu desejava, pela posição melindrosa que occupo nesta casa, mas não importa.

Tenho de cumprir um mandato muito nobre, é meu dever não deixar passar projectos que affectam interesses do povo, onerando-o sobremaneira com medidas desta ordem; além de que é meu dever ser contra projectos que offendem disposições geraes, que ferem de frente o acto addicional, e que vão sobrecarregar a provincia com um onus pesado, autorisando o nosso thesouro. As pessoas, a quem parece-me, tem de aproveitar o favor, era mais curial, deviam ter vindo a casa requerel-o, justificando o seo estado para obter um acto de generosidade desta casa.

O projecto não estabelece condições de conveniencia publica, nem individualisa ninguém, no caso de merecer aquelle favor que se pretende.

As assembleas concedem esses favores, é verdade, mas quando são requeridos e neste caso ellás julgam da capacidade e condições do favorecido. Pelo menos, me parece que é esta a marcha mais seguida nas mais provincias do imperio, e que devemos immitar.

Mesmo tomando como modelo a assemblea geral, nós temos visto que ali não se legisla sobre esses favores, no sentido generico do projecto, e sem essa base de justificação e conveniencia.

A constituição e o acto addicional, que é sem duvida uma interpretação d'aquella, declaram que as assembleas provinciaes devem tratar do desenvolvimento da instrucção em toda a sua plenitude, mas não lhes deo poderes para onerar os cofres com *premios* onerosos da fórma do projecto.

A assemblea poderá fazer é crear menções honrosas, e tudo quanto fór preciso para despertar e animar o estimulo a mocidade estudiosa; mas fazer concessões destas, é um absurdo, é uma inconveniencia.

Aqui existem dous deputados que já tiveram subvenção para estudar; eu não sei porque não se aproveitaram desse favor, o certo é porém que apresentaram, segundo me consta, documentos de habilitação, e creio que assim devem fazer todos os mais. Outros muitos tem tido esses favores e improficuos, porque, nenhum resultado tem colhido a provincia com essas generosidades; muitos são até ingratos.

Ultimamente dous rapazes estudavam na Europa, e nem um delles tem vindo derramar essas luzes esperadas, com taes concessões; e não bastarão esses exemplos?

Ainda o anno passado houve destas pretenções particulares e eu estou propenso a crer que com razão foram indeferidas.

Eu não quero entrar nas razões porque essa assembléa não quiz conceder as subvenções sollicitadas, o que quero é provar que, essas concessões são *privilegios* que não offendendo á sociedade, todavia aproveitam a certa e determinada pessoa, portanto que é questão individual e não objecto para legislar-se genericamente. Felizmente eu não fazia parte dessa casa, por não ter ainda prestado juramento porque então mais pesadamente exporia a questão.

Tudo quanto se ha feito nesse sentido não tem dado o menor resultado para a provincia, que é a victima da nossa incuria a respeito. Depois, srs., esse projecto é uma especie de evaziva para se fazer concessões perdidas, privilegios indirectos. Pelo menos eu não deixarei passar com o meu voto projectos, como este, que são concebidos em termos tão geraes e inconvenientes que pode dar lugar a muitos abusos.

Como já disse, á v. exc., entendo que a provincia deve promover e ampliar a instrucção como lhe convier, e na forma do acto addicional, uma vez que obtenha o fim a que nos destinamos.

Entendo que esse favor não pode ser concedido principalmente por dous motivos: o primeiro por que não é uma animação á mocidade a integra do projecto, que aproveita sómente á 2 ou 3, o segundo porque é crear d'ante mão um onus para a provincia e cujo favor pode recahir em pessoas sem merecimento algum.

Infelizmente, srs., eu tenho sempre a lamentar a decadencia da instrucção entre nós.

O sr. Amorim.—Não apoiado.

O sr. Sergio: (para o sr. Amorim) O nobre deputado é suspeito por ser um dos professores. Mesmo no lycéo ella está desprestigiada. O anno atrasado ainda apparecerão alguns estudantes preparados, que fizeram bons exames por terem-se preparado particularmente e dar-se a circumstancia de crear-se o lycéo no fim do anno e n'elle matricularem-se. Tivemos, nesta sala, premios e apreço aos seus merecimentos e de nossa parte até mesmo houve manifestação de adhesão a mocidade fazendo até eu um pequeno discurso em felicitação. O que resultou d'ahi? O anno passado nenhum alumno appareceo preparado, havia um desanimo até no solemne acto desses premios, tal era a força de *convicção* d'aproveitamento.

A instrucção publica, pois desmereceu admiravelmente.

O sr. Castro e Costa:—Empregão-se todos os meios, para fazel-a progredir.

O sr. Sergio:—Mas que meios? E' sómente augmentar os ordenados dos professores e nem um aproveitamento á mocidade estudiosa!!

Vai a instrucção em decadencia em toda a provincia; no interior, pode-se dizer que ha um só professor, o reverendo padre Daniel, de Silves, cuja educação dada alli a mocidade é desejavel e animadora, isto está no espirito publico, e é o que todos dizem. Vai pelo lycéo, essa primeira instituição, uma desorganisação extraordinaria e com geral reprovação.

(Risos).

Se isso é para trazer o rediculo, (*dirigindo-se ao sr. presidente*) não é com risadas, nem com mofa que se respondem a argumentos sérios.

Felizmente não é esta casa que faz opinião publica da provincia, a qual é mais soberana que nós.

Eu irei sempre profligando os abusos onde quer que appareção, excepto se usarem do systema da *rollha* como em outro dia fizeram.

Um sr. deputado:—Retire a expressão.

O sr. Sergio:—Por consequencia entendendo que não póde ser aceito o projecto n. 6. Ainda mais, sr. presidente, concedo que se queira mandar alguns moços ás nossas

faculdades. Parece que n'este caso deviam apresentar documentos, que provassem a sua conducta, que provassem as vantagens que poderiam provir d'esse favor em relação não a si, mas a provincia e com o projecto nada vejo, salvo se não o comprehendo.

Voto ainda contra o projecto, srs. a vista da excessiva subvenção que ahi se consigna.

Se a vida aqui no Amazonas é caríssima, não succede o mesmo onde estão as nossas faculdades.

A quantia de 100\$000 é excessiva, é prodiga por demais.

Eu fui estudante e mais alguém que aqui se acha; posso adiantar esta proposição, e se bem que pobre percorri a classe dos ricos.

Nós sabemos, pelo menos que na faculdade de direito do Recife um moço que tem 80\$000 de mesada é tido como homem rico, direi mesmo filho de proprietario e de rico. Hoje brilham talentos que não tiveram uma mesada superior a 50\$000 e tudo agora melhora.

Aqui porém, quer desenvolver-se a instrução dando-se subvenções avultadas que são um verdadeiro luxo e quer-se activar não o aproveitamento d'um moço pobre que recorre á protecção desta casa para ser útil a seu paiz, mas um novo esbanjamento de dinheiros que podem entre nós ser melhor applicados.

Todos sabem qual a grande desvantagem dos estudantes ostentarem luxo, e a grande somma os anima a desperdícios distrahindo-os da applicação dos seus estudos.

Entendo, pois, que o projecto não pode passar, não só pelas razões que tenho exposto, mas tambem por isso que vai necessariamente estabelecer abuzos dando lugar á que aproveitem do favor os protegidos e não os que tem verdadeiro merecimento, o que é certamente um escandalo.

Nos collegios, nas academias mesmo, não são mais elogiados os que cumprem melhor os seus deveres, desde ahi começa a apparecer a injustiça, que não póde escapar a nossa censura.

Este escandalo vê-se constantemente. No collegio ha protegidos como ha nas sociedades, como ha em toda parte; essa balança

das iniquidades, cuja concha sempre se faz sentir.

Voto contra o projecto pelas considerações que acabo de fazer, e porque vai estabelecer, despertar rivalidades e direi mesmo corromper corações tão generosos e jovens, de mancebos, fazendo apparecer desde já, interesses que deviam estar suffocados e substituidos por estímulos d'outra ordem.

O sr. BARRETO:—O projecto, sr. presidente tem por fim promover o interesse dos estudantes, que o sr. deputado Sergio acaba de condemnar; dos estudantes que se prepararam conforme a lettra do projecto, para seguir estudos superiores ou artes.

Não ha ahi desinteresse, antes todo proveito e gloria a provincia que abre seus cofres em favor da educação. Entendo que é uma animação, é até estímulo nobre e de muito alcance.

O sr. Sergio:—Podia ser um estímulo...

O sr. Barreto:—Um estímulo da ordem do que quer o nobre deputado, não pode convidar os estudantes a proseguir nos estudos.

Se no anno passado não deu o lycéo estudante algum preparado e o nobre deputado por isso quiz censurar aos lentes, inda não é motivo plausivel, quando fosse verdade, para impugnar o projecto, nem para criminalar esses professores do lycéo que, sem excepção, se esmerão no desempenho da sua alta missão, e do que tem vindo resultado benefico a sociedade, como a approvação de alumnos, mesmo no anno que negou o sr. Sergio. (*Muito bem.*)

Sr. presidente, não encherço, portanto, rasão na argumentação do sr. deputado Sergio, pelos lados que atacou o projecto, especialmente pelo da inconstitucionalidade, visto que tem as assembléas provinciaes direito de intervir em materia de educação, como é a do projecto em questão.

Estas são as razões que apresento em favor do projecto, que nada mereceu no conceito do sr. Sergio. Creio haver dito o que basta, sinão para refutar o discurso do sr. Sergio, ao menos para justificar a utilidade do projecto, e por isto me assento.

Posto a votos é approvado.

1.^a discussão do projecto n. 8.—Approvado.

1.^a discussão do projecto n. 9.—Aprovado.

1.^a discussão do projecto n. 10.—Aprovado.

O sr. AMORIM.—Apresenta o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja dispensado dos interstícios o projecto que se acha em discussão»

O sr. TAPAJÓS:—Pedí a palavra para fazer um additamento ao requerimento do nobre deputado e é o seguinte:

«Requeiro que sejam dispensados dos interstícios os projectos n.^{os} 9 e 10.»

Posto a votos são approvados o requerimento e o additamento.

Nada mais havendo a tractar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinária em 27 de Abril de 1874

Presidencia do Sr. Gabriel

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Tapajós, Arthur, Barreto, Gabriel, Irenio, Simpson, Maximiano, Amorim, e Castro e Costa; faltando os srs. Gustavo, Clementino, Sergio, Torquato e Miranda Leão.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente levanta a sessão.

Sessão ordinária em 28 de Abril de 1874

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Amorim, Maximiano, Irenio, Simpson, Clementino, Barreto, Miranda Leão, Gabriel, Castro e Costa e Torquato; faltando o sr. Sergio.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores com uma alteração lembrada pelo sr. Simpson.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um requerimento dos ferreiros Serafim & Almeida, pedindo o pagamento de diversas obras que fizeram para a Matriz desta capital, na importância de 2:172\$400 réis.—A comissão de obras publicas.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

Nada occorreo.

Segunda parte

O sr. 1.^o secretario faz a segunda leitura dos projectos n.^{os} 12, 13 e 14, que são julgados objectos de deliberação e vão a imprimir.

E' lido e approvedo o parecer da commissão de camaras, extranhando que algumas camaras municipaes tenham deixado de mandar documentos e papeis a que erão obrigadas.

2.^a Discussão do projecto n. 9.—Aprovado.

2.^a Discussão do projecto n. 10.—Aprovado.

O sr. MIRANDA LEÃO:—Sr. presidente sinto não estar na casa o sr. deputado Sergio para responder a reclamação que vou fazer.

Esse deputado costumado desde muito a adulterar os seus discursos, no ultimo que pronunciou contra o projecto n. 1 diz em um de seus periodos: (*lé*)

«E' occasião de o nobre deputado mostrar a utilidade de seu projecto, se é seu.»

O sr. Sergio não avançou esta proposição.

O sr. Tapajós:—Eu ouvi.

O sr. Miranda Leão:—Bem; passarei esta, visto que o sr. 1.^o secretario diz que ouviu mas creio que esta outra o sr. deputado Sergio não dice: (*lé*)

«Oh! sim estou convencido disso, sei que infelizmente não pode vir e que é incapaz de discutir.»

A ultima destas proposições, posso affiançar que o sr. Sergio não avançou.

O sr. Tapajós:—Dá um aparte.

O sr. Miranda Leão:—O sr. tachygrapho me dice que não tinha ouvido nem escripto aquella proposição.

O que o sr. Sergio dice foi que estava convencido disso, mas não que eu era incapaz de discutir.

O sr. deputado Simpson declara que elle não dice semelhante cousa.

Eu peço ao sr. presidente que officie ao sr. tachygrapho para que responda se o sr. Sergio pronunciou aquellas palavras que eu contesto.

O discurso publicado está consideravelmente adulterado.

O sr. Tapajós:—Dá um aparte.

O sr. Miranda Leão:—Eu apello para o sr. Simpson.

O sr. Simpson:—Respondendo ao apello do nobre deputado o sr. Miranda Leão vou dizer apenas algumas poucas palavras.

Ao ler o discurso do sr. deputado Sergio publicado no *Catechista*, eu não pôde deixar de entristecer-me por ver que ali se menos-presava a assembléa; por vêr que neste discurso se á tratava de uma maneira inconveniente.

O sr. Sergio trata a assembléa nada menos do que de *incivil*, de *falta de educação*, e de outros pontos, que eu não poderia deixar de responder, se assim tivesse acontecido.

E' verdade que o sr. deputado Sergio usou de expressões inconvenientes, porém o que foi publicado no jornal está um discurso perfeitamente arranjado, connexo, com todas as regras da oratoria.

Parece-me pois que elle alterou um tanto o seu discurso, visto como o sr. Sergio aqui o que pronunciou foi uma balburdia que não merecia resposta.

Repito, elle uzou de expressões inconvenientes pelo que foi chamado a ordem, sem que nenhum protesto partisse destas cadeiras.

O sr. Tapajós:—Inclusive o sr. deputado que não deu resposta.

O sr. Simpson:—Não ouvi quasi o seu discurso; não quiz responder.

Já de outra vez sahio um discursos onde vinhão estas palavras: «O sr. Simpson:—E' bondade» tal aparte eu nunca dei. Entretanto não quiz reclamar.

O sr. Tapajós:—A este respeito tratei com o sr. tachygrapho.

O sr. Simpson:—Bem; tomando a palavra para responder ao apello do sr. deputado Miranda Leão, eu tive dous fins: 1.º declarar que é minha opinião que o discurso publicado está alterado; 2.º fazer um protesto contra as expressões de que se servio o sr. Sergio, e dizer que o discurso publicado está bem arranjado e feito com proposito de desconsiderar a assembléa.

Quando o sr. Sergio leu um parecer da commissão de poderes da camara dos deputados sobre o elemento cervil, o seu discurso foi contradictorio e quasi incomprehen-sivel.

No discurso publicado lê-se o seguinte: (*Lendo.*) «Temos visto srs. esta grande revolução em favor da emancipação do elemento cervil, em todas as partes do Brazil, já por associações que tem dado os mais benéficos resultados, já pela protecção que tem dispencado as assembléas provinciaes, e não posso soffocar esses sentimentos.»

Esta ultima parte o sr. Sergio não disse. (*Ha um aparte.*)

O sr. Simpson:—Affianço que sou capaz de o fazer.

Parece por este discurso que a provincia não tem concorrido de modo algum para associar-se a esse movimento da libertação de escravos. E' principalmente contra isto que eu protesto. A provincia tem procurado fazer alguma cousa.

Quanto a questão de que tratavamos declarar que não ouvi o sr. Sergio dizer que o nobre deputado o sr. Miranda Leão *era incapaz de discutir*, assim como me parece que o discurso publicado não é o que elle aqui proferio: falta muita cousa que elle disse, assim como tem muita cousa que elle não disse.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 29 de Abril de 1874

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Simpson, Irenio, Miranda Leão, Barreto, Torquato, Amorim, Maximiano e Aprigiô; faltando os srs. Sergio, Gabriel e Castro e Costa.

Abre-se a sessão.

Deixa de ser lida a acta da sessão anterior por não estar preparada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, remettendo o codigo de posturas da camara municipal de Silves.—A commissão de camaras.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. CLEMENTINO:—Sr. presidente, a com-

missão de fazenda, assim como a de obras publicas tem já confeccionado alguns trabalhos que lhe foram submettidos.

Peço portanto a v. exc. que se digne marcar dia e hora para apresental-os.

O SR. PRESIDENTE:—Para os de obras publicas segunda-feira. quanto ao de fazenda póde ser já.

O sr. Clementino lê o parecer da comissão de fazenda sobre a petição de Thury & Irmão em que pediram indemnisação dos prejuizos soffridos com o serviço da iluminação, bem como melhoramento de condições estipuladas no contracto, e conclue sendo de parecer que o assumpto merece attenção da casa para o que apresenta um projecto que augmenta a verba do § 1.º do art. 11 da lei n.º 200.

Segunda parte

3.ª Leitura dos projectos n.ºs 12, 13 e 14.

E' lido o parecer da comissão de camaras que estranha a falta que commetteram algumas camaras, deixando de remetter os papeis precisos, e a que são obrigadas por lei.

Vai a meza, é lido e approvedo o seguinte requerimento:

«Requeiro o addiamento do parecer que acabou de ser lido para a sessão de segunda-feira.—*Irenio.*»

Segunda discussão do projecto n.º 4.

O SR. IRENIO apresenta os seguintes artigos additivos ao art. 1.º: (*le*)

Artigos additivos para precederem aos do projecto n.º 4.

Art. 1.º Além da subvenção autorisada pela lei n.º 206 de Maio de 1870 cuja subvenção será dada na razão de 5:000\$000 por anno, é mais concedido ao empresario ou companhia que se encarregar do abastecimento da carne verde nesta capital, na fórmula da dita lei, o emprestimo pelos cofres provinciaes da quantia de 25:000\$ sem juros, e mediante as garantias legais.

Art. 2.º Este emprestimo será feito no acto da assignatura do contracto, e principiará a ser indemnizado do 2.º anno da duração da empresa em diante, entrando o empresario annualmente para os cofres provinciaes com a quantia de 3:125\$000 a qual será descontada desde logo da subvenção que o empresario tiver de receber desse 2.º anno em diante.

Art. 3.º O empresario poderá vender a carne até o preço de 500 reis o kilo.

Emenda a disposição do art. 1.º do mesmo projecto.

Se no praso de doze mezes a contar da publicação desta lei, chamados concorrentes á empresa, pelos meios do costume, se não se apresentar proponente algum, fica autorizado o presidente da provincia etc. O mais como está. Paço da assembléa, 29 de Abril de 1874.—O deputado, *Irenio da Costa*.

O SR. BARRETO apresenta a seguinte emenda ao art. 3.º:—Em vez de um rebocador diga-se dous.

O SR. TORQUATO:—Peço ao nobre deputado que prove a utilidade da emenda, para lhe dar um voto consciencioso.

O sr. Barreto faz ligeiras considerações em favor da emenda.

O SR. MIRANDA LEÃO apresenta a seguinte emenda ao art. 4.º:—Depois da palavra mais diga-se a 500 reis o kilo, eliminando o resto.

O sr. *Irenio* apresenta a seguinte emenda ao art. 5.º:—Em lugar de duas, diga-se tres rezes.

O SR. CLEMENTINO diz que não attendeu bem para a disposição da lei n.º 306, aliás teria omitido a materia contida no art. 5.º, visto como tratando-se do numero de rezes que convém matar diariamente, já isto está marcado na citada lei.

E' portanto uma providencia desnecessaria.

Posto a votos é approvedo o projecto com as emendas e os artigos additivos sendo regeitada a emenda ao art. 5.º

Segunda discussão do projecto n.º 6.

O SR. CLEMENTINO:—Sr. presidente, desejo apresentar a consideração da casa um artigo additivo, para a comissão de redacção collocar no lugar mais competente.

O projecto tem por fim proporcionar aos estudantes meios para receberem a instrucção.

Assim parece que é de justiça dar-se um auxilio para as passagens e para compra de livros.

Esta necessidade a nobre comissão que formulou o projecto não attendeu.

Desejando que no futuro estes jovens não encontrem mais embaraços na carreira de seus estudos e não querendo crear difficul-

dades para a administração da provincia, apresento o seguinte: «Aos estudantes se abonará a importancia precisa para passagens e compra de livros.»

Approvado o projecto com o artigo additivo.

Segunda discussão do projecto n.º 8.—Approvado.

Terceira discussão do projecto n.º 9.—Approvado.

Terceira discussão do projecto n.º 10.—Approvado.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 1.º de Maio de 1871

Vice-Presidencia do Sr. Gabriel

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gabriel, Tapajós, Arthur, Simpson, Maximiano, Amorim, Clementino, Miranda Leão, Barreto, Castro e Costa e Irenio, faltando os srs. Sergio e Aprigio.

Abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. CLEMENTINO apresenta o parecer da comissão de obras publicas concluindo que se adopte o projecto que autorisa a desapropriação das casas e terrenos da praça da Imperatriz.—Comparecem os srs. Gustavo e Torquato.

O sr. AMORIM lê um parecer da comissão de redacção sobre o projecto n.º 9 e outro sobre o projecto n.º 10, apresentando em seguida, como membro da comissão de instrucção publica, um parecer da mesma comissão sobre as materias que são leccionadas no lyceo, e offerecendo um projecto que crea as cadeiras de inglez, historia universal, pedagogia e escripturação mercantil.

O sr. MIRANDA LEÃO requer dispensa dos intersticios para os pareceres da comissão de redacção que acabam de ser lidos.

Approvado:

São lidas e approvadas as redacções dos projectos n.ºs 9 e 10.

Segunda parte

O sr. 1.º secretario faz a 3.ª leitura do projecto n.º 15.

3.ª Discussão do projecto n.º 4.

O sr. SYMPSON:—Sr. presidente, pedi a palavra para offerecer a consideração da casa dous artigos additivos, reservando-me para justificar-os se forem impugnados: (lé)

Substitutivo ao art. 2.º dos additivos:

Este emprestimo será feito no acto da assignatura do contracto e principiará a ser indemnizado do 5.º anno da duração da empreza em diante, entrando o empresario annualmente para os cofres da provincia com a quantia de 5:000\$000, e na falta pagará o juro da demora sem prejuizo da cobrança immediata a que a fazenda deverá proceder.

—Padre Barreto—Thomaz Simpson.

Additivo para onde convier:

Se ainda depois de decorridos seis mezes além do prazo marcado no art. 4.º da lei n.º 192 de 26 de Maio de 1869 não der o empresario principio ao talho da carne, será rescindido o contracto que tiver feito com a provincia para este fim e obrigado a entrar immediatamente com o emprestimo e subvenção recebida, e mais o juro da mora, contado da data em que taes quantias houverem sahido dos cofres publicos.—Padre Barreto—Thomaz Simpson.

3.ª Discussão do projecto n.º 6.—Approvado.

3.ª Discussão do projecto n.º 8.—Approvado.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 2 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Gabriel, Barreto, Maximiano, Simpson, Amorim, Castro e Costa e Clementino; faltando os srs. Aprigio, Sergio e Miranda Leão.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores, com a alteração lembrada pelo sr. Clementino.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte.

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, communicando que á thesouraria provincial se deu ordem para pagamento do subsidio aos srs. deputados vencido no mez de Abril.—Inteirado.

Idem do mesmo, communicando que acaba de ser sancionada e publicada como lei, sob o n.º 210 a proposição remettida por essa assembléa em 1.º de Maio.—A archivar.

Outro do mesmo, communicando que em data de 29 de Abril foi sancionada e publicada como lei sob n.º 209, a proposição remettida em officio de 26 do corrente.—A archivar.

Outro do mesmo, fazendo identica communicação sob um projecto que tomou o n.º 208.—A archivar.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. CLEMENTINO diz que a commissão de fazenda tendo tomado em consideração alguns trabalhos que lhe foram presentes, pede que lhe marque dia e hora para apresental-os.

O sr. PRESIDENTE diz que pode fazer.

O sr. Clementino lê um parecer da commissão de fazenda a respeito de um augmento de credito, e conclue apresentando um projecto neste sentido: lê outro sobre a petição do tachygrapho Francisco Barroso, em que pede uma alteração em seu contracto, e conclue opinando que seja deferida; lê finalmente outro sobre a petição dos ferreiros Seraphim & Almeida, em que representam contra o director das obras publicas e pedem para se lhes mandar pagar uma certa quantia, sendo de parecer que o assumpto não está nas attribuições desta assembléa, devendo os peticionarios decidir a questão nos tribunaes competentes.

O sr. AMORIM diz que a commissão de redacção tem já alguns trabalhos preparados, e pede ao sr. presidente que marque dia e hora para apresental-os.

O sr. presidente declara que o pode fazer.

O sr. Amorim lê dous pareceres da commissão de redacção sobre os projectos n.ºs 6 e 8.

Segunda parte

E' lido e approved o parecer da commissão de camaras que extranha á algumas municipalidades terem deixado de remetter os papeis precisos, e a que são obrigadas.

Segunda leitura dos projectos n.ºs 16 e 17 que são julgados objectos de deliberação e vão a imprimir.

Fez-se a 3.ª leitura do projecto n.º 15.

Primeira discussão do projecto n.º 7.—Approved.

Primeira discussão do projecto n.º 14.—Regeitado.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 3 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Castro e Costa, Amorim, Irenio, Clementino, Sympson, Gabriel, Maximiano e Barreto; faltando os srs. Arthur, Miranda Leão, Torquato, Aprigio e Sergio.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 4 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Sympson, Barreto, Amorim, Irenio; faltando os srs. Gabriel, Castro e Costa, Miranda Leão, Sergio, Torquato, Aprigio e Clementino.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Amorim, Clementino, Gabriel, Maximiano, Irenio, Barreto, Sympson e Miranda Leão; faltando os srs. Castro e Costa, Aprigio, Sergio e Torquato.

Abre-se a sessão.

ferreiros - Almeida

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo communicando que se mandou ao thesouro provincial pagar a conta remettida em officio de 2 do corrente.—A archivar.

Outro do mesmo, communicando que á thesouraria de fazenda foi remettida a conta da despeza feita no mez ultimo pelo porteiro desta assembléa.—A archivar.

Outro do mesmo, communicando que ao thesouro provincial se expedio ordem para pagar a ajuda de custo de vinda e volta do sr. deputado Aprigio.—A archivar.

Outro do mesmo, remettendo tabellas para augmento dos empregados da secretaria do governo, e educandos.—A commissão de fazenda.

Outro do mesmo, remettendo o contracto celebrado com a directoria da companhia fluvial do alto Amazonas.—A commissão de fazenda.

Outro do mesmo, accusando o recebimento do officio de 3 do corrente que acompanhou por copia o parecer da commissão de camaras.—A archivar.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. AMORIM pedindo permissão apresenta o parecer da commissão de redacção sobre o projecto n.º 4.

Segunda parte

O sr. 1.º secretario faz a segunda leitura do projecto n.º 18 e 3.ª dos de n.ºs 16 e 17.

São lidos e approvados um parecer da commissão de fazenda sobre o requerimento do tachygrapho Francisco Barroso, e outro sobre o requerimento de Seraphim & Almeida.

Lê-se e approva-se os pareceres da commissão de redacção sobre os projectos n.ºs 6 e 8.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 6 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada

acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Simpson, Gabriel, Barreto, Castro e Costa e Maximiano; faltando os srs. Clementino, Miranda Leão, Amorim, Aprigio, Sergio e Torquato.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente levanta a sessão.

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

Sessão ordinaria em 8 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Castro e Costa, Simpson, Gabriel, Clementino, Sergio, Amorim, Miranda Leão, Barreto, Aprigio e Maximiano; faltando o sr. Torquato.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, communicando que foi sancionada a proposição desta assembléa remettida em 1.º deste mez a qual tomou o n.º 211.—Inteirado.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. MIRANDA LEÃO pedindo permissão ao sr. presidente, e como membro da commissão de fazenda, apresenta o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas

Decreta:

Artigo 1.º—A receita provincial para o anno financeiro de 1871 a 1872, é orçada em-reis.

Artigo 2.º—O presidente da provincia é authorisado a despendar a referida quantia pelo modo seguinte:

TITULO I

DA DESPEZA

Representação provincial:

Art. 3.º	
§ 1.º Subsidio aos membros da assembléa legislativa provincial e ajuda decusto.	10:600\$000
§ 2.º Expediente e publicação dos trabalhos.	2:500\$000
§ 3.º Vencimentos aos empregados da secretaria.	2:900\$000
§ 4.º Compra de mobilia, para a casa da assembléa.	3:500\$000
§ 5.º Gratificação ao tachygrapho, pelos trabalhos de um anno.	2:200\$000
	21:700\$000

Secretaria da Presidencia:

Art. 4.º	
1.º Vencimentos aos empregados inclusive a gratificação ao secretario, conforma tabella que fica approvada.	15:600\$000
2.º Expediente, impressão de leis, regulamentos e re-latorios.	5:900\$000
3.º Subsídio á folha para publicação do expediente.	1:500\$000
	<u>23:000\$000</u>

Instrucção Publica:

Artigo 5.º	
1.º Vencimentos aos empregados da directoria.	3:800\$000
2.º Idem a 6 professores do liceo	7:200\$000
3.º Compra, reparos e encadernação de livros utencilios para a Bibliotheca.	1:000\$000
4.º Gratificação ao empregado do liceo, que servir de bibliothecario	600\$000
5.º Idem, idem, idem, que servir de porteiro da mesma.	300\$000
6.º Aluguel da casa do liceo.	1:200\$000
7.º Prestação ao seminário episcopal, para sustento de doze meninos pobres, filhos da provincia.	4:320\$000
8.º Gratificação ao reitor do seminário	600\$000
9.º Vencimentos aos professores e professoras do insino primario.	28:400\$000
10 Expediente da directoria, premios aos alumnos do ensino primario e secundario, que mais se distinguirem, compra de utencilios e livros.	5:000\$000
11. Subsídio ao estudante Manoel Coelho de Leão, que lha será abonada directamente, para continuar a estudar na Europa, onde se acha, sciencias ecclesiasticas.	800\$000
	<u>53:020\$000</u>

Estabelecimento de Educandos:

Artigo 6.º	
1.º Vencimentos aos empregados conforme a tabella que fica approvada.	6:000\$000
2.º Jornaes a mestres das officinas, operarios e serventes.	6:000\$000
3.º Alimentação de cento e vinte educandos, a cujo numero fica elevado.	24:000\$000
4.º Materiaes para as officinas.	6:000\$000
5.º Utencilios.	2:000\$000
6.º Fardamento.	10:000\$000
7.º Expediente e despesas miudas.	300\$000
	<u>54:500\$000</u>

Culto Publico:

Artigo 7.º	
1.º Gratificação ao vigario geral.	800\$000
2.º Congrua ao conductor da freguezia da capital, a vista de attestado do	

vigario geral, ou da camara municipal. 400\$000

3.º Gratificação ao sacristão da matriz da capital, á vista de attestado do respectivo vigario. 400\$000

4.º Para a festa da Semana Santa na capital. 600\$000

Esta importancia será entregue ao procurador da irmandade do SS. Sacramento, ou ao vigario, quando se encarregar da festividade.

5.º Guizamento e alfaia, as matrizes do interior da provincia que mais necessitam. 4:000\$000

6.º Acquisição dos sete passos da Paixão de Christo e alfaia para a matriz da capital. 2:500\$000

8:700\$000

Saude e Caridade Publica:

Artigo 8.º	
1.º Tratamento aos presos pobres colonos e indigentes que forem tractados e recolhidos a enfermaria, por ordem da presidencia.	1:500\$000
2.º Tratamento e sustento aos infelizes atacados de elephantiazes.	1:200\$000
	<u>2:700\$000</u>

Obras Publicas:

Artigo 9.º	
1.º Vencimento aos empregados, conforme a tabella de 15 de Julho de 1869.	4:300\$000
2.º Expediente da repartição.	400\$000
3.º Construcção de uma, Igreja Matriz, na Freguesia que mais necessitar, de tres cazas para as aulas do ensino primario do sexo femenino da capital, e de um hospital de caridade, na forma da lei n.º 202 de 12 de Maio de 1870	92:000\$000
4.º Continuação da Igreja Matriz da Capital, do Palacete Provincial, do calçamento de ruas da capital, das obras do estabelecimento dos educandos e do Caes de Tamandaré, na rua da Boa Vista	100:000\$000
5.º Conclusão da Igreja Matriz de S. Paulo de Olivença e a da Villa da Conceição e reparos em outras do interior da Provincia	5:500\$000
6.º Reparos em proprios provinciaes, desobstrucção das vertentes da Capital, e construcção de uma escada de madeira na Freguezia de Manicoré.	7:500\$000
	<u>209:700\$000</u>

Repartição de Fazenda:

Artigo 10.	
1.º Vencimentos aos empregados da Fazenda, conforme a tabella de 30 de Agosto de 1869, inclusive a gratificação de 400\$000 ao Thesourciro, para quebras.	17:100\$000

2.º Vencimentos aos Empregados da Recebedoria, na forma da tabella annexa ao regulamento n. 22 de 30 de Agosto de 1869.	4:400\$000
3.º Expediente da mesma	4:000\$000
4.º Vencimentos dos Empregados aposentados	6:895\$746
5.º Procentagem aos Collectores e Agentes, a saber: até 10:000\$000, 20 % sendo 12 aos Collectores e 8 para os Escrivães: de 10:000\$ a 20:000\$, 15 % 9 á aquelles e 6 para estes, de mais de 20:000\$000 a 30:000\$000 8%, sendo 5 á aquelles e 3 para estes: de mais de 30:000\$000 até 50:000\$000 5%, sendo 3 á aquelles e 2 para estes, e de mais de 50:000\$000 em diante 4 e meio %, sendo 1 á aquelles e meio para estes.	3
Os Empregados da Recebedoria da Capital, alem de seus vencimentos, perceberão mais 5% até 50:000\$ e dali para cima somente 2 %	3
	32:395\$746

Diversas Despesas:

Artigo 11.	
1.º Illuminação da Capital, elevando-se o numero dos lampaes.	20:000\$000
2.º Prestação ao Azylo de N. S. da Conceição, na forma do contracto celebrado pela Presidencia	4:000\$000
3.º Policia, segurança publica e condução de presos de justiça.	2:000\$000
4.º Exercícios findos	3
5.º Reposições e restituição	3
6.º Gratificação ao carcereiro da cadeia da Capital.	240\$000
7.º Eventuaes	4:000\$000
8.º Gratificação ao official de justiça do termo da Capital, que servir perante o Juiz dos Feitos da Fazenda, á vista do attestado mensal do respectivo juiz.	240\$000
9.º Subvenção á Companhia Fluvial do Alto Amazonas, na forma dos contractos celebrados em 2 de Dezembro de 1869, e 6 de Julho de 1870, que ficam approvados.	37:000\$000
10. Auxilio a catecheze e civilisação dos indios	5:000\$000
11. Para a emancipação do elemento servil, na forma da lei n.º	12:500\$000
12. Com a emigração nacional ou estrangeira	10:000\$000
13. Para impressão do almanak administrativo da Provincia.	300\$000
	114:780\$000
	520:495\$000

TITULO II

DA RECEITA

Art. 12.—A receita provincial da presente lei, será effectuada com o producto dos impostos especificados nos §§ seguintes, e com os saldos que houverem dos exercicios anteriores.

EXPORTAÇÃO

1.º 10 % deduzidos dos valores dos generos que se exportarem da provincia, excepto o peixe de qualquer forma fabricado, que pagará 5 %.

INTERIOR

2.º Decima dos predios urbanos, somente na Capital.	
3.º 25 % sobre o consumo de aguardente, ou outra qualquer bebida alcoolica fabricada no Imperio, a que for fabricada na provincia, pagará somente 5 %.	
4.º Imposto sobre armazem, lojas, escriptorios, agencias commerciaes, tabernas, botiquins, quitandas, cazas de pasto, boticas e drogarias; a saber:	
Até 1:000\$000	10\$000
De mais de 1:000\$000	21\$000
De 2:000\$000 para cima	30\$000
5.º Armazens de grosso tracto	40\$000
6.º Cazas de bilhares e outros jogos licitos	20\$000
7.º Lojas ambulantes, excepto as em que se venderem viveres	20\$000
8.º Idem idem com joias	100\$000
9.º Lojas de qualquer natureza fora dos povoados	50\$000
10. Canoas de regatões	80\$000
11. 10% de heranças e legados, excepto os que addirem ascendentes ou descendentes	3
12. Açougues e padarias	20\$000
13. 4% de insinuação de doação, quando o valor da couza exceder a 366\$000	3
14. 10 % na compra e venda de escravos.	3
15. 4 % de fianças criminaes	3
16. Folha corrida, não sendo para impetrar graça ou mercê	2\$000
17. 5 % no provimento de empregos provinciaes, comprehendendo os collectores e escrivães, e outros funcionarios que perceberem quaesquer vencimentos	3
18. Licenças para tirar esmollas, nas cidades, villas e freguezias, excepto as irmandades que tiverem comprissos	40\$000
19. Canoas empregadas na condução de madeiras de construção, pedras e lenha	12\$000
20. Cobrança da dívida activa	3
21. Multas por infrações de leis e regulamentos	3
22. Rendimento do estabelecimento dos Educandos	3
23. Productos da venda de leis e regulamentos	3
24. Emolumentos de titulos e outros papeis expedidos pelas repartições provinciaes.	3
EXTRAORDINARIA	
25. Premios e donativos	3
26. Renda não classificada	3
27. Rendimento de evento	3
28. Reposições, restituições e alcançes	3

TITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

Art.º 13.—O Presidente da provincia, fica autorizado:

1.º A mandar continuar as obras projectadas no Estabelecimento dos Educandos, conforme o plano levantado pela directoria das Obras Publicas, em 12 de Abril do corrente anno.

2.º A mandar pagar as machinas encomendadas para o Estabelecimento de olaria do cidadão Francisco Antonio Monteiro Tapajós, no caso de não poder este de prompto fazel-o, exigindo para a Fazenda Provincial as cautellas necessarias, regulando o modo mais conveniente para que a fazenda seja indemnizada, o que neste sentido se despende.

3.º A comprar ou mandar construir, em lugar ap-

proprioado uma caza, que sirva para habitação dos infelizes atacados de elephantiazes.

§ 4.º A despende até a quantia de 1:000\$000 com a aquisição de alfaias e ornamentos para a Capella de S. Sebastião.

§ 5.º A mandar fazer na rua de Manãos, sobre o igarapé dos Remedios um aterrado guarnecido de muralhas e atravessado por um boeiro com a precisa capacidade para o livre curso das aguas do mesmo igarapé.

Art.º 14.—Ficção approvados:

§ 1.º A deliberação tomada pela presidencia de mandar contractar na Europa 10 operarios para servirem de mestres e contra-mestres das officinas do Estabelecimento dos Educandos Artifices.

§ 2.º A mandar comprar os instrumentos precisos para uma secção de muzica de orchestra para o referido Estabelecimento.

§ 3.º Os augmentos de creditos no corrente exercicio das rubricas dos §§ 2.º 4.º 6.º e 7.º do art.º 6.º: § 1.º do art.º 8.º: § 3.º do art.º 9.º: § 30 do art.º 10: §§ 7.º e 13 do art.º 11 da lei n.º 200 de 5 de Maio de 1870.

Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em Manãos 8 de Maio de 1871.

Os membros da commissão,

CLEMENTINO JOZÉ PEREIRA GUIMARÃES.

JOZÉ COELHO DE MIRANDA LEÃO.

MAXIMIANO DE PAULA RIBEIRO.

Segunda parte

3.ª Leitura do projecto n.º 18.

1.ª Discussão do projecto n.º 13.—Aprovado.

2.ª Discussão do projecto n.º 18.—Aprovado.

2.ª Discussão do projecto n.º 7.

Verifica-se não haver numero legal.

O sr. SERGIO (*pela ordem*) diz que pedio a palavra para fazer pequenas observações a respeito de um discurso do sr. Sympson, em que lhes foram feitas injustas arguições, principalmente porque para isso houve combinação, e aproveitando-se a sua ausencia, se disse que o seu discurso estava alterado; que não era o que aqui se tinha pronunciado.

Appello para a honestidade do sr. tachygrapho; como todos fazem, como se faz em toda parte, apenas procurei fazer uma melhor redacção, em um ou outro periodo, trocar uma expressão, enfim uma destas ligeiras mudanças, que são necessarias, porque v. exc. sabe que uma cousa é escrever em casa, e outra é fallar. Tudo quanto está no discurso, eu disse, é uma realidade.

Não gosta de dizer fóra o que não pôde sustentar aqui.

Não admira quo o sr. Sympson diga que tenha chamado a casa de incivil, de falta de educação.

Em primeiro lugar, fallava em these, dizia que não era costume derribar um pro-

jecto em primeira discussão, em segundo lugar isto não admira porque o sr. Sympson tem dado aqui apartes, e negado no dia seguinte.

Estas observações tem por fim salvar a sua reputação, declarando que tudo quanto está publicado foi dito, e apanhado pelo sr. tachygrapho.

O discurso está verdadeiro, e se alguma cousa parece accrescentada é porque não sendo possivel apanhar-se tudo absolutamente o que se diz aqui, julguei do meu dever collocar o que faltava.

O sr. SYMPSON respondendo a reclamação feita pelo sr. deputado Sergio, diz quo não se aproveitou de sua ausencia para fazer-lhe increpações.

Tomando a palavra nesta occasião foi somente para accudir ao appello do sr. deputado Miranda Leão.

O sr. Sergio:—De combinação com elle.

O sr. Sympson diz que não teme a discussão com o sr. deputado Sergio. Se não estava presente quando fallou sobre o seu discurso não é culpa sua, podia estar que lhe era indifferente.

Invocaram seu testemunho, por sentar-se junto ao sr. Sergio, era natural por tanto que respondesse ao appello declarando sua opinião.

O sr. Sergio:—V. exc. não respondeu.... accusou.

O sr. Sympson:—Declara para que ninguém se persuada que não o faria em presença do sr. Sergio, que não o ouviu elle dizer que o sr. Miranda Leão era incapaz de discutir, está convencido que o seu discurso foi alterado.

Isto está provado pelas primeiras palavras do nobre deputado, quando diz que incluiu no seu discurso o que faltava.

O facto de ter vindo em seu discurso um aparte que nunca deo, prova o que disse e o que sustenta hoje.

Tomando a palavra para protestar contra as expressões de que uzou o nobre deputado, elle confessa que disse a verdade.

Como já disse, o proprio sr. deputado Sergio declara que substituiu e acrescentou expressões.

O deputado pode corrigir a formula, mas não alterar a essencia do discurso.

Concluindo declara que a sua opinião é que o discurso publicado foi muito de proposito arranjado em casa para desconsiderar á assembléa.

Foi esta a opinião que emittiu e repete em presença do sr. Sergio, para provar que não receia discutir, tanto assim que o provoca para outra discussão.

Nada mais havendo a tractar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 9 de Maio de 1871

Vice-Presidencia do Sr. Gabriel.

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Tapajós, Arthur, Castro e Costa, Gabriel, Miranda Leão, Amorim, Sympson, Irenio, Barreto e Maximiano; faltando os srs. Gustavo, Sergio, Clementino, Aprigio e Torquato.

Não havendo numero o sr. presidente levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 10 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada achando-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Maximiano, Irenio, Castro e Costa, Sergio, Barreto e Sympson, faltando os srs. Gabriel, Aprigio, Clementino, Miranda Leão, Torquato e Amorim.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 11 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Sympson, Amorim, Barreto, Clementino, Irenio, Maximiano Castro e Costa, Sergio, Aprigio, Miranda Leão e Gabriel; faltando o sr. Torquato.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo remettendo diversas copias concernentes a quantia de 400\$000 de uma letra sacada por Frederico José Nery que na Europa se achava estudando.—A commissão de fazenda.

Outro do mesmo communicando que foram sancionadas como lei as proposições que lhe foram enviadas em 5 do corrente, pe'a meza desta assembléa.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

Nada occorre.

Segunda parte

Faz-se a segunda leitura do projecto n. 19.

Lê-se o parecer da commissão de redacção, sobre o projecto n. 4.

O sr. SYMPSON:—Pede uma explicação sobre a differença, que nota no projecto, com relação ao praso estabelecido para começar a funcionar a empresa.

O projecto diz que será no praso de dous mezes e eu vejo no jornal que o praso será de doze mezes. Deseja saber o que passou na caza.

O sr. SERGIO:—Sr. presidente, na qualidade de membro da commissão de redacção, acabo de ouvir lêr o projecto e nada posso dizer á este respeito, visto que os meus collegas de redacção não me apresentarão o projecto para assignar; o que é sem duvida uma falta de consideração para comigo, sendo para notar que apenas se acha assignado um membro da commissão, o sr. Amorim e estranhavel que o sr. 1.º secretario apresentasse-o a caza, para ser discutida a sua redacção sem cumprir o seo dever de inspecção.

O sr. TAPAJÓS:—Dá um aparte.

O sr. SERGIO:—Porem o certo é, que estando eu agora presente e sendo hoje a votação da redacção, era curial que se me procurasse para assignal-a, tanto mais quando se sabe que sempre faço questão, pelos meos direitos e que não recebo insinuações.

O sr. AMORIM:—O nobre deputado estava em Serpa.

(Ha um aparte.)

O sr. Sergio:—E porque tambem não está a assignatura do outro membro da commissão? Julgo pois conveniente que ha-

vendo esta grave falta se designe o dia de amanhã, para ser votada a redacção de pois que eu tiver lido e assignado o projecto, pois que supponho ter voto na materia.

(O sr. presidente convida o sr. vice-presidente para tomar a cadeira e retira-se por encommoado.)

O sr. Amorim:—Qual foi a reclamação que fez o nobre deputado? (para o sr. Sym-
pson)

O sr. Sympon:—Desejo saber se o prazo do projecto é de dous ou de doze mezes.

O sr. Amorim:—Qual é o artigo á que se refere?

O sr. Sympon:—O 4.º ou 5.º

O sr. Amorim:—Qual é a differença?

O sr. Sympon:—Dous mezes ou doze?

O sr. Amorim:—A commissão de redacção não achou motivo para alterar o que havia passado na caza. O prazo que a emenda estabeleceu foi o de dous mezes, e a commissão não tem culpa que esteja publicado doze mezes em lugar de dous; é sem duvida um erro typographico.

Quanto ao nobre deputado que não assignou o parecer, não o podia fazer, porque estava fóra da capital.

O sr. Sergio:—E o sr. Castro e Costa porque não assignou?

O sr. Amorim:—Por esquecimento; mas vai assignar.

O sr. Castro e Costa:—Sim, por esquecimento.

O sr. Sergio:—Peço a palavra.

O sr. vice-presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sergio:—Uma vez que outro collega da commissão acaba de assignar-se, eu acho-me portanto vencido, vou fazer algumas considerações, por que, não estava na caza quando o projecto foi discutido: se estivesse aqui, tomaria a palavra para mostrar a sua.....

O sr. vice-presidente:—Observe ao nobre deputado que trata-se somente da redacção do projecto.

O sr. Sergio:—Sim, mas eu tenho de fazer algumas considerações, que me conduzem a esse fim, e ainda v. exc. me não ouviu.

Perdão, v. exc. sabe que é na redacção que se deve tornar a lei intelligivel para não dar lugar a más interpretações e para tornal-a inexequivel.

Eu o que quero é mostrar e provar a inexecuibilidade do projecto, pelo modo por que está redigido.

Quero mostrar quenada se alcançará com elle, que acontecerá o que tem acontecido com muitos outros que dormem...

Um sr. deputado:—Isso era na discussão.

O sr. Sergio:—Muitas vezes na redacção se deixão pensamentos occultos e crião-se assim muitas difficuldades. Por exemplo, o projecto diz no artigo 4.º que na falta de concorrentes o presidente da provincia fará tallhar a carne verde.

Naturalmente esta disposição collocará o presidente em difficuldades. A quem deve dar elle essas attribuições? O fará por si, pelo inspector da thesouraria ou pelo porteiro?

O sr. Sympon:—A quem quizer.

O sr. Sergio:—Além disso é um emprego que não está criado e que delle agora se lembra esta caza.

Eu quizera que os nobres collegas me auxiliassem para tornarmos a lei capaz de execução.

O sr. Amorim:—Fazendo uma lei nova.

O sr. Sergio:—Não senhor; é justamente tornar mais facil, mais explicativa, já que os srs. assim entenderão. Não se cria materia nova; estabelece-se a formula para que o administrador não encontre embarços, que como agora, são criados por seus proprios amigos, por aquelles que o dizem serem taes.

E' verdade que este projecto vai de encontro ás leis geraes, vai ferir a lei de 1.º de outubro de 1828 que deu as camaras municipaes as attribuições que invoca a si, agora, essa caza *adlibitum*.

(Ha um aparte.)

O sr. Sergio:—O erro foi meo, involuntamente, e supponha estar presente na 2.ª e 3.ª discussão, porque, eu devia provar na 1.ª, que o projecto era inconstitucional.

(Trocão-se apartes.)

O sr. Sergio:—A lei como já disse vai ser inutil e é preciso que nós não sejamos meros automatos de quem aqui quer ditar leis por confiar...

(Trocão-se apartes.)

O sr. Sergio:—Devemos tratar de contestar esses abuzos em quanto é tempo e não sanccional-os.

Um sr. deputado:—O nobre deputado pode emendar a redacção.

O sr. Sergio:—Sou incapaz de emendar o que fazem os nobres deputados, quero que os srs. emendem segundo as considerações que tenho feito.

Entendo que se deve poupar ao presidente maiores dificuldades, que lhe trarão censuras acres e ás quaes não respondem os assignatarios do projecto, a presidencia está muito sobrecarregada de attribuições inconstitucionaes e o projecto vai estabelecer mais um pezado encargo. Sou mais generoso que os nobres deputados; quero salvar a presidencia de maiores desgostos.

O sr. vice-presidente:—O regimento diz no art. 154 (lé). Portanto o que quer o nobre deputado está previsto neste art. mas depende de um requerimento.

O sr. Sergio:—E' justamente isto que quero. Vou fazer o requerimento.

O sr. Castro e Costa:—Como membro da commissão de redacção, entendo que devo dar algumas explicações.

Deixei de assignar o parecer no dia em que me foi apresentado por estar muito occupado e no dia seguinte por me ter esquecido.

Afianço porem que o projecto em nada foi alterado.

O sr. Sergio:—Sr. presidente, se v. exc. permite, vou ler o seguinte requerimento: Requeiro que em observancia ao artigo 154 do regimento seja o presente projecto submettido a uma quarta discussão para amanhã ou para dia mais conveniente.—Sala das sessões da assembléa em Manáos 12 de maio de 1871. *Srgio Ferreira.*

O sr. vice-presidente:—Lembro que n'esta votação se deve vencer por 2 terços de votos de membros presentes.

O sr. Sergio:—Perdão, sr. presidente, devo ainda fazer algumas ligeiras considerações em favor do meo requerimento, para provar que o projecto está incluído em um dos trez cazos do regimento; não quero que elle caia sem justifical-o. Ha absurdo manifesto que é o peor. Esse absurdo consiste em ir o projecto contra lei geral.

E' um novo absurdo legislarmos sobre o que não podemos; as nossas attribuições se achão circumscriptas e limitadas pelo acto adicional e este veda-nos ir de encontro

áquellas leis. Devemos singir-nos ás nossas faculdades de legislador; a nossa liberdade é limitada.

Voltando o projecto a uma 4.^a discussão pensaremos melhor e podemos remover esse mal.

O sr. Amorim:—Isso é crear nova lei.

O sr. Sergio:—Oh! srs., como quero criar nova lei? o que quero é remover um absurdo, isso devem entender os srs. deputados.

Eu, pois, sr. presidente, insisto pela necessidade da 4.^a discussão, senão passar o meo requerimento, tenho feito meo dever, e então os srs. deputados vencerão e terão direito de terem mais razão. O que quero porém é que o publico não me tenha como cumplice neste negocio.

Posto a votos é aprovado o parecer da commissão e regeitado o requerimento.

O sr. Sergio:—Está claro, faço aqui o papel de *solus, totus et unus*; nisso ha tambem sua gloria. Quero declaração do meo voto contra, na acta.

O sr. presidente:—Ha de se fazer.

1.^a Discussão do projecto n.º 17.

O sr. Sergio:—Sr. presidente, apresento a consideração da casa o presente requerimento: (lé)

O sr. Symphon:—Pedi a palavra para fazer algumas ligeiras considerações impugnando o requerimento do nobre deputado o sr. Sergio, pedindo informações que existem na casa.

Se o nobre deputado precisa dessas informações deve encontral-as no relatorio do exm.º sr. presidente.

O sr. Sergio:—Ainda não tive o gosto de :el-o.

O sr. Amorim:—Na casa tem relatorio da instrucção publica.

O sr. Symphon:—E não deve occupar tempo a casa com essas exigencias inuteis, sem resultado, e só para demorar os trabalhos da assembléa.

O sr. Sergio:—Decidam como quizerem.

Posto a votos o requerimento é regeitado.

O sr. Sergio:—Sr. presidente, tenho de apresentar ligeiras mas poderosas rasões contra o projecto, embora tenha certeza de que essas não serão ouvidas porque a casa é composta de interessados nesta materia.

São professores e parentes de professo-

res que infelizmente legislam para si, sem nenhum receio da opinião publica, sem nenhum acanhamento de sua propria dignidade.

Esta casa não prestará a attenção ás verdades que eu posso dizer; mas não importa, eu irei meo caminho e logo, mais tarde a opinião publica me julgará e me fará justiça. Não é a força de uma maioria compacta que dará razão aos escandalos.

O sr. Tapajós—Só falla porque não pode arranjar nada.

O sr. Sergio—(Com força) Sou muito moço para me deixar dominar por mesquinhos interesses, sobre mim não pesa a dôr de sancionar immoralidades, em mim não recae nenhum acto de indignidade, disse-se que eu era um pensionista pesado da provincia, que sugara os dinheiros della e que como amigo era uma cruz.

E são homens destes que vem partilhar os cofres da provincia entre si e são professores e parentes destes que vem fazer leis em favor de seos proprios interesses.

Quando houver administrações desapaihionadas que não se deixem dominar por certa gente, quando os responsaveis devedores remissos forem executados e punidos tudo isto tomará geito e então será lembrado, cada qual que se arranje como puder, locupletem-se que é tempo.

O sr. Tapajós—Tudo isto é porque não poudeser professor do lycêo.

O sr. Sergio—Está enganado; quando apresentei-me a concurso para ser lente de geographia o fiz por mero capricho, para provar ao sr. director da instrução publica que isto não era seo, porque, sr. presidente, eu vi o requerimento do sr. Wilkens de Mattos, despachado mesmo por aquelles que o haviam adorado, porque com um titulo que me habilita para tudo eu podia ensinar porque sempre tive dedicação para essa sciencia.

Alguns dos meus amigos me censuraram pela inscripção do meu nome pela excessão que fazia o regulamento a respeito dos bachareis formados.

Abandonei essa pretensão pelas immoralidades que a respeito corria do que tenho documento e que deixo agora de apresentar por inexperadamente entrar nesta discussão, e como a instrução publica da provincia é

uma burla não fiz disto questão e sempre estarei prompto para auxiliar um presidente amigo quando quizer utilizar-se de meos serviços.

Posso asseverar que como homem independente destinando-me ao professorato cumpriria esse encargo como um sacerdocio e não como uma pensão recebida.

Além disso os nobres deputados sabem que não preciso do governo, tenho a minha banca de advocacia que é rendosa, e se tentei isso, repito, foi por não querer viver nas trevas e nem ser impossível subjugar a gente desfavorecida de instrução, como se faz por aqui.

O sr. Tapajós dá um aparte.

O sr. Sergio—E' um dos maiores criminosos á respeito, que além de ser um pensionista da provincia, tem homens livres sujeitos com condições inferiores á dos escravos no que consente o governo da provincia (trocam-se apartes) e que com essa immoralidade, devendo fornecer a provincia por um contracto benigno: telhas á 80\$000 o milheiro, ella os compra a 240\$000 a particulares.

E' verdade, e conteste se puder, porque isto está na opinião desta capital, sendo o escandalo a ponto de não se confiarem do sr. 1.º secretario, que escoltado com os indios, vão estes receber na thesouraria a importancia dos seus salarios, constituindo-se assim o governo da provincia curador do sr. 1.º secretario.

Já vêem os srs. deputados, que além de pensionista da provincia não pode o sr. 1.º secretario transigir com esta.

O sr. Symphon—O nobre deputado tem carta branca para descompor.

Um sr. deputado—Mas nega no outro dia o que diz.

Outro sr. deputado—Não sustenta aqui o que diz por fóra.

O sr. Sergio—Como, srs. deputados, que mais liberdade querem do que a de que uso aqui, haverá lugar mais publico e onde se diga mais verdade do que aqui e como digo? Não sou calumniador e nem amigo falso, não digo nos corredores o que nego em outras occasiões, a minha linguagem não é do dependente, do indigente e nem do homem inhabilitado, tenho em mim recursos do homem livre.

res que infelizmente legislam para si, sem nenhum receio da opinião publica, sem nenhum acanhamento de sua propria dignidade.

Esta casa não prestará a attenção ás verdades que eu posso dizer; mas não importa, eu irei meo caminho e logo, mais tarde a opinião publica me julgará e me fará justiça. Não é a força de uma maioria compacta que dará razão aos escandalos.

O sr. Tapajós—Só falla porque não pode arranjar nada.

O sr. Sergio—(Com força) Sou muito moço para me deixar dominar por mesquinhos interesses, sobre mim não pesa a dór de sancionar immoralidades, em mim não recae nenhum acto de indignidade, disse-se que eu era um pensionista pesado da provincia, que sugara os dinheiros della e que como amigo era uma cruz.

E são homens destes que vem partilhar os cofres da provincia entre si e são professores e parentes destes que vem fazer leis em favor de seos proprios interesses.

Quando houver administrações desapaixoadas que não se deixem dominar por certa gente, quando os responsaveis devedores remissos forem executados e punidos tudo isto tomará geito e então será lembrado, cada qual que se arranje como puder, locupletem-se que é tempo.

O sr. Tapajós—Tudo isto é porque não poudes ser professor do lyceio.

O sr. Sergio—Está enganado; quando apresentei-me a concurso para ser lente de geographia o fiz por mero capricho, para provar ao sr. director da instrução publica que isto não era seo, porque, sr. presidente, eu vi o requerimento do sr. Wilkens de Mattos, despachado mesmo por aquelles que o haviam adorado, porque com um titulo que me habilita para tudo eu podia ensinar porque sempre tive dedicação para essa sciencia.

Alguns dos meus amigos me censuraram pela inscripção do meu nome pela excessão que fazia o regulamento a respeito dos bacheleis formados.

Abandonei essa pretensão pelas immoralidades que a respeito corria do que tenho documento e que deixo agora de apresentar por inexperadamente entrar nesta discussão, e como a instrução publica da provincia é

uma burla não fiz disto questão e sempre estarei prompto para auxiliar um presidente amigo quando quizer utilizar-se de meos serviços.

Posso asseverar que como homem independente destinando-me ao professorato cumpriria esse encargo como um sacerdocio e não como uma pensão recebida.

Além disso os nobres deputados sabem que não preciso do governo, tenho a minha banca de advocacia que é rendosa, e se tentei isso, repito, foi por não querer viver nas trevas e nem ser impossível subjugar a gente desfavorecida de instrucção, como se faz por aqui.

O sr. Tapajós dá um aparte.

O sr. Sergio—E' um dos maiores criminosos á respeito, que além de ser um pensionista da provincia, tem homens livres sujeitos com condições inferiores á dos escravos no que consente o governo da provincia (trocam-se apartes) e que com essa immoralidade, devendo fornecer a provincia por um contracto benigno: telhas á 80\$000 o milheiro, ella os compra a 240\$000 a particulares.

E' verdade, e conteste se puder, porque isto está na opinião desta capital, sendo o escandalo a ponto de não se confiarem do sr. 1.^o secretario, que escoltado com os indios, vão estes receber na thesouraria a importancia dos seus salarios, constituindo-se assim o governo da provincia curador do sr. 1.^o secretario.

Já vêem os srs. deputados, que além de pensionista da provincia não pode o sr. 1.^o secretario transigir com esta.

O sr. Simpson—O nobre deputado tem carta branca para descompor.

Um sr. deputado—Mas nega no outro dia o que diz.

Outro sr. deputado—Não sustenta aqui o que diz por fóra.

O sr. Sergio—Como, srs. deputados, que mais liberdade querem do que a de que uso aqui, haverá lugar mais publico e onde se diga mais verdade do que aqui e como digo? Não sou calumniador e nem amigo falso, não digo nos corredores o que nego em outras occasiões, a minha linguagem não é do dependente, do indigente e nem do homem inhabilitado, tenho em mim recursos do homem livre.

A prova é que na provincia tenho lutado sempre contra a ignorancia e audacia e hei de vencel-os.

As armas escolhidas contra mim são mesquinhas, eu as detesto: hei de dominal-as.

O sr. vice-presidente:—Cinja-se a materia em discussão.

O sr. Sergio:—Entrarei n'ella, sr. presidente, v. exc. ha de desculpar-me, ter-me della desviado, por apartes inconvenientes, respeito a idade de v. exc. e sinto, ter momento de pedir-lhe desculpa por esta falta.

Sr. presidente, nenhuma consideração merece o projecto, elle desprestigia-se pela bôa fé com que se querem acobertar-se os seus assignatarios.

Seria melhor, era mais leal lançar-se mãos dos cofres da provincia.

Ipsa facto o projecto já o considero caso julgado, vejamos se assim é pelos seus assignatarios.

O sr. Sympson, moço novo, e á quem não nego certos sentimentos, é infelizmente um de seus assignatarios e parente dos interessados professores e até cunhado do 2.º assignatario o sr. Amorim; este se faz mais censuravel, porque é lente do lycêo e vai perceber maior ordenado, isto é, legisla para si e com mais outro escandalo, porque como professor de francez vai ensinar uma materia que não sabe, o inglez, tal é a pureza com que legisla e procura habilitações.

O sr. Aprigio:—Ensinar pedagogia!!

O sr. Sergio:—Sim, quem vai ensinar pedagogia, o que é pedagogia?

O sr. Sympson:—E não é isso necessario.

O sr. Sergio:—Se o nobre deputado me explicar o que seja pedagogia...

(*Cruzam-se apartes*)

O sr. Sergio:—Pedagogos somos todos nós.

Sr. presidente, a questão aqui é só de augmento de vencimentos, trata-se somente de dar *pensões* e para isso acobertam-se com absurdos e immoralidades julgando assim illudir a opinião publica.

Disse, sr. presidente, que o projecto era caso julgado.

E' fóra de duvida que tudo n'esta casa é discutido, digo mal, é *concertado* nos corredores e em reuniões, e que aqui só ha votação nua e crua. E quem á respeito, po-

dia melhor legislar em beneficio de interesses proprios?

Além do sr. Amorim assignatario do projecto ser lente do lycêo e o sr. Sympson cunhado deste e parente de outros professores, conta mais o projecto com os seguintes votos a favor: o do sr. presidente desta casa, que lamento estar ausente, que é o director da instrucção publica, o do sr. Irenio, lente do lycêo, o do sr. Tapajós que tem duas filhas professoras; o do sr. Castro e Costa que tem mulher professora.

O sr. Amorim dá um aparte.

O sr. Sergio:—E assim nenhuma partilha dos cofres publicos é mais amigavel e a maioria desta casa é o que se chama...

(*Trocam-se apartes.*)

O sr. Sergio:—Existe, srs., uma unica escola, fallo fóra da capital, e nos lugares por onde tenho andado, que de tal tem o nome, como já em outra occasião o disse, que é a de Silves do sr. padre Daniel, cuja dedicação para o magisterio tem sido tal, que o regulamento interno das escolas foi por elle feito e apenas *subscriptado* pelo actual inspector da instrucção publica, todos os mais, segundo me dizem, e algumas posso asseverar são em *pensão*.

Não fallo apaixonadamente e sou incapaz de fazer injustiças a quem quer que seja, por exemplo, á respeito da instrucção publica primaria da capital, temos bons professores e para que se não diga que occulto bondades, citarei o nome da senhora do sr. Castro e Costa, que faz honra a classe.

O sr. Castro e Costa:—Agradeço.

O sr. Sergio:—Uma outra filha do sr. Tapajós dizem-me ser habilitada.

O sr. Tapajós:—Não precisa dos seus elogios.

O sr. Sergio:—Alguns lentes do lycêo são homens que tem habilitações, outros porém nada sabem e outros occupados, accumulando dois e tres empregos são homens que vão receber os ordenados como *pensionistas*.

O sr. Tapajós dá um aparte.

O sr. Sergio:—Sr. presidente, ouvi v. exc. dizer ao sr. 1.º secretario que sabia cumprir os seus deveres, e isso naturalmente porque o sr. 1.º secretario procurou invadir as attribuições de v. exc., talvez suppondo encontrar o seu antecessor.

Folgo muito encontrar na presidencia

desta casa, quem não se deixa dominar e estou convencido, que nesta cadeira terei a garantia e liberdade de fallar para cumprir o honroso mandato e que não estou sujeito ás más intenções. Desculpe ainda v. exc. este desvio e entrarei de novo na discussão do projecto.

E como, srs., se vai criar novas cadeiras só com o fim de augmentar a pensão de que já gozam? Necessariamente vamos ter *deficit* extraordinario com esse augmento de despesas, improficuo e sem resultado para a provincia.

Os vencimentos do director e do secretario são a meu vêr excessivos e esses lugares são inuteis. Qual o resultado deste projecto, o que com elle se procura?

O sr. *Simpson*: — A independencia do magisterio.

O sr. *Sergio*: — Augmentar as difficuldades da provincia, sobrecarregar o povo com direitos e contribuições, cujo suor será aproveitado por meia dúzia de parentes combinados que fazem parte desta casa.

O sr. *Simpson*: — dá um aparte.

O sr. *Sergio*: — Já disse, que o *deficit* apparecerá e é isto uma verdade. A borracha unica industria da provincia vai-se depreciando no preço consideravelmente.

E' nestas condições que a assembléa augmenta ordenados, isto é, prodigalisa pensões inclusive a do director e secretario da instrucção.

(Ha um aparte).

O sr. *Sergio*: — E porque só fazem isso com a classe dos professores e não toca a *vacca gorda* a classe de empregados publicos da provincia em geral?

Na faculdade de direito do Recife foi o lugar de secretario por muito tempo exercido por um de seus lentes, na de S. Paulo da mesma maneira, sendo aliás homens eminentes e altamente collocados, que recebiam uma pequena gratificação por accumular esse cargo.

Em outras provincias, como aconteceu no Maranhão o lugar de director da instrucção publica esteve por algum tempo annexo ao lugar de lente, e é aqui, srs., que esses lugares, que não tem que fazer, que são considerados distinctos e bem remunerados?

Porque os srs. deputados vão sobrecarre-

gar os cofres da provincia com accrescimos desta ordem?

Porque não supprimem esses lugares e não fazem addicional-os aos lugares de professores, revertendo as importancias despendidas com seos ordenados, para serem repartidamente divididos pelos lentes do lyceio entre si?

Seria isso antes um acto de conveniencia?

O que eu quero é cortar certos abusos, despesas excessivas e impedir que se estraguem os dinheiros da provincia.

O director da instrucção publica, que é o presidente desta casa, moço formado, em quem se deve presumir habilitações, deve procurar outro meio de vida, outro emprego e não consentir que se reparta assim o orçamento da provincia, estabelecendo-se pensões, até mesmo para si.

(Ha um aparte.)

O sr. *Sergio*: — Sim senhor, supprimam-se os lugares de director e de secretario da instrucção publica.

Um sr. *deputado*: — E' porque não é o nobre deputado.

O sr. *Sergio*: — Se fosse eu, affianço, que não faria o papel, que aqui se faz, que mostraria muito zelo e dedicação pela educação da mocidade e não assignaria de cruz regulamentos feitos por professores de classe subalterna e nem subscreveria, o que queiriam os presidentes, tornando-me um ente summamente passivo.

Um sr. *deputado*: — Quer vêr se arranja alguma cousa.

O sr. *Sergio*: — Isso não é linguagem para discussão; discutam em fórma e provem, que não ha aqui immoralidades e que n'esta casa não aproveitam-se dos dinheiros publicos.

(Trocam-se apartes.).

O sr. *Sergio*: — Não posso de momento fazer uma redução do que ganham o director e o secretario da instrucção publica, para com a suppressão desses cargos provar, o que lucraria a provincia, o certo é que o director tendo 2:400\$000, ainda não se dignou fazer um regulamento da instrucção, por mais insignificante que fosse, ainda não deu copia de si.

O sr. *Simpson*: — Faça um regulamento.

O sr. *Sergio*: — Por certo, que trataria da

instrução com mais interesse, então só se aproveitariam homens a quem não se dessem *pensões* e não teriam lugar as immoralidades que fazem com que a provincia do Amazonas sirva de ridiculo, na corte e em todas as provincias quando se falla de instrução, principalmente attendendo-se a cifra que se despende com ella.

O sr. Tapajós:—E o sr. vem aqui viver miseravelmente.

O sr. Sergio:—E' justamente porque d'aqui devo tirar vantagens.

(*Trocam-se apartes.*)

O sr. Sergio:—Vejamos agora se com o augmento de ordenados ha independencia dos professores, isso com que se quer illudir a opinião publica.

Essa independencia está, *ipso facto* estabelecida, ella já existe de facto, o projecto vem porém dar mais direito a maior *pensão* e assim, longe de procurar substituir um máo pessoal por um bom, pelo contrario amercia áquelle dando-lhe maior pensão com prejuizos dos cofres publicos.

O sr. Amorim, por exemplo, lente do lyceó, é um dos mais beneficiados, porque accumulando empregos incompativeis por sua propria natureza; recebe dous ordenados, o de lente e o de procurador da camara municipal.

O sr. vice-presidente:—Observo-lhe que não se trata do sr. Amorim, trata-se da conveniencia do projecto.

O sr. Sergio:—Sim, sr., estou primeiro mostrando os escandalos, que se commettem, para augmentar ordenados, sacrificando-se as rendas da provincia.

O sr. Tapajós:—Para a qual não contribue com um vintem.

O sr. Sergio:—Sou advogado e pago direitos de escriptorio, tambem querera negar isto? Então pensam que tudo que não fór negocio d'olaria, de escravidão de indios e de *patotas* não serve?

(*Ha apartes.*)

O sr. Sergio:—*Hoc opus hic labor est*, é por isso que tenho independencia, não vivo a custa da provincia.

(*Trocam-se apartes.*)

O sr. Sergio:—(*dirigindo-se ao sr. Castro e Costa*). O sr. deputado é o menos competente para fallar sobre moralidades, é um segundo pensionista da provincia.

Lembre-se que querendo tirar da thesauraria provincial um moço habilitado e que tinha até familia, para lá encher-se, recebo do sr. inspector Braule o *estigma* de que ali não era o hospital de invalidos.

O sr. Castro e Costa:—Duvido que elle dissesse isso, e vou interpellal-o.

O sr. Sergio:—Quando quizer, estou certo que repetirá isso como repetio ao sr. Wilkens de Mattos, quando este por sua vez lamentava...

(*Trocam-se apartes.*)

O sr. presidente:—Atenção, a discussão não pode continuar assim.

O sr. Aprigio dá um aparte.

O sr. Tapajós veio ajudal-o.

O sr. Aprigio:—Não fallo com v. exc., anda queimado comigo sem razão.

O sr. Sergio:—Ainda uma vez, peço a v. exc., desculpa de ter-me desviado da discussão, a qual de novo inceto.

O sr. Irenio outro exemplo, que tambem occupa um lugar de lente no lyceó tem outros empregos e houve epocha em que accumulou os empregos mais incompativeis como, o de professor, procurador fiscal e promotor publico.

O sr. presidente:—Não se trata do sr. Irenio.

O sr. Aprigio:—Pode dizer, o sr. professor Irenio, sem gesticulação.

O sr. Sergio:—Eu creio que posso nomeal-os; supponho que com tantos empregos devem ter habilitações para se defenderem; quero fornecer-lhes occasião para me desmentirem, com que presto-lhes um favor.

Podem vir justificar-se e provarem que é falso o que digo.

Já veem pois o que todos accumulando tres e quatro empregos, existe *ipso facto* a independencia que procurão com o projecto.

Estou convencido que as minhas palavras não serão ouvidas, ainda que o Divino Espirito Santo baixase sobre minha cabeça, não fazia com que a verdade fosse ouvida, nesta caza, por estes *apostolos* contra interesses proprios.

A instrução publica aqui não merece a menor consideração, os proprios pais de familia que nesta capital rezidem, fazem o sacrificio de mandar seos filhos para o Pará, para receberem educação, porque os professores cá não inspirão confiança.

patotas

No estado lamentavel em que se acha a instrucção publica, seria mais acertado acabar com ella pela forma. . . .

Um sr. deputado:—Então não quer instrucção ?

O sr. Sergio:—Perdão, eu não quero acabar com a instrucção, cortem os abusos, não legislem para si, legislem para o povo, temão da opinião publica que ficarei contente.

Reformem a instrucção publica como devem reformar, quero que haja o ensino obrigatorio para os pais e tutores, mas que haja tambem liberdade de ensino, entendão finalmente que é esta a reforma que se precisa no seu regulamento e não intisicar-se os cofres, tanto mais quanto só é em proveito de individuos que não prestam serviço algum e que terão assim uma pensão.

A instrucção no Amazonas. . . .

O sr. Castro e Costa:—Está em quarto lugar ?

O sr. Aprigio:—Quem classificou ?

O sr. Castro e Costa:—Eu.

O sr. Aprigio:—Porque faz esta classificação ?

(Troço-se mais a partes.)

O sr. Sergio:—Naturalmente o sr. Castro e Costa está no caso de fazer classificações sobre a instrucção publica. . . .

Venha o nobre deputado, que pode discutir perfeitamente, provar-me o contrario do que digo.

Nas outras provincias onde a instrucção é um idolo dos pais de familia, a instrucção do Amazonas cae no ridiculo; aqui não ha senão *patotas*, sem nenhum homem importante á frente della, sem haver verdadeira dedicacão, tudo vai mal, apesar de gastar-se largamente os dinheiros da provincia.

Um sr. deputado:—Isto prova a instrucção.

O sr. Sergio:—Prova os assaltos aos cofres da provincia.

Sr. presidente, v. exc. que tem acompanhado os negocios desta terra, que é um antigo membro desta caza e póde julgar as cousas com imparcialidade e que conhece a provincia, deve saber que sou incapaz, pelo que acabo de expôr, de fazer injustiças.

Ha tres annos a esta parte, que se nota uma ganancia com o augmento dos ordenados dos professores e isso, pode ver-se das

leis respectivas onde só se cuida de augmentar as pensões.

Não parão aqui os escandalos, o que é doloroso, o que é sem significacão, é que sem nenhuma dedicacão ao magisterio os lentes do lycêu, com honrosas excepções, ali vão as 6 horas da manhã dar uma hora de aula, porque os pais da patria correm á novastêtas e exercer novos empregos.

As 8 horas, sr. presidente, tem-se concluido no lycêu todos os seus trabalhos.

Se ao menos fosse o professorato um sacerdocio, vá, eu annuiria á esse augmento de ordenado, porque, então lucraria a mocidade, que no futuro, olhando para o passado, não imitasse os seus mestres, nessas immoralidades, que acanha-me sobre maneira. Sou obrigado a dizer essas verdades, para cumprir o meu dever.

Se quizesse numerar os escandalos seria um nunca acabar e não quero opprimir os meus collegas *quos magna pars* devem encommodar-se com as minhas palavras.

E é assim que se quer consumir um terço das rendas da provincia com pensões, acobertando-se para isso, com o nome da instrucção publica.

O sr. Simpson:—Isso nos honra muito.

O sr. Sergio:—Mas honra-nos como ? pagando-se á professores, que não sabem ler nem escrever, que dizem *cambrá* em lugar de camara que escrevem *oje* por hoje, e outros que taes ?

São esses os homens felizmente que melhor servem no Amazonas, que são os mais ambicionados: por mim lavo as mãos.

O sr. presidente:—Convindo v. exc. á singir-se ao projecto.

O sr. Sergio:—Sim, sr., estou prompto para tratar da utilidade do projecto, e é o que tenho feito demonstrando que a sua confecção só presidio interesses e ambições de membros desta casa, se algumas vezes, tenho desviado-me é devido aos muitos a partes, que tenho de responder.

Para provar que o projecto não é em favor á instrucção publica basta ler-se elle.

Do que trata ? de dar-se habilitações á quem não tem, estabelecer-se maiores pensões, sem que se trate de melhorar a instrucção, propagar-se esta onde for mais conveniente na provincia, de forma que abranja á todos.

D'isso nada tratou-se, não se trata de melhorar o pessoal estragado, não se discute melhoramento de regulamento e finalmente não se procura remover certas dificuldades, tudo porém aqui srs., é augmento de ordenado.

Em todas as provincias a instrucção sempre se acha em movimento, todos os dias os seus directores e professores discutem pela imprensa o seu melhoramento, aqui, no Amazonas, porém tudo anda as avessas, o director e professores nada teem feito, mesmo nos clubs litterarios são nullidades e até o director da instrucção publica *subcreve* regulamentos.

(*Cruzão-se apartes.*)

É porque não havemos de adoptar o que ha de bom ?

Porque não adoptamos aqui, o que vai por Pernambuco, Maranhão e mesmo no Pará, onde apparecem reformas importantes e não se trata de ordenados; no Maranhão, essa Athenas do Brazil, digo e com orgulho, os professores tem 800\$000 de ordenado, e acham-se bem pagos e assim tem espalhado no imperio homens importantes, notaveis e ali tudo discute sobre instrucção publica.

Aqui onde os professores não trabalham é que se vai dar um ordenado de 1:600\$000, justamente o dobro do que se paga nas provincias, onde esse serviço é bem recompensado.

Vejo pois necessidade de acabar-se com esse estado de immoralidade do lyceu, das cadeiras pensionadas, promulgando-se leis que não possam ser sophismadas em proveito dos inabeis, estabelecendo-se o ensino livre e dando-se gratificações ás pessoas que apresentarem annualmente.

O sr. *Sympson* dá uma aparte.

O sr. *Sergio*:—Certamente, então seria o nobre deputado o primeiro a apresentar-se para legalmente e honradamente receber o premio de seus trabalhos e fadigas, além do reconhecimento da provincia e dos que ensinasse, eu mesmo seria o segundo pela gloria que dahi me viesse e assim por diante.

Assim cortar-se-hião abusos e teriamos uma mocidade esperancosa, e é preciso que nos convençamos, que a educação no Amazonas deve ser acondicionada aos seus ha-

bitos e a topographia da provincia, até colhermos sua perfeição, sem desperdícios e grandes despesas improficuas.

O sr. *Sympson*:—Não se deve pagar então ?

O sr. *Sergio*:—Deve-se pagar, mas não subvencionar, não se deve dividir os cofres da provincia indecorosamente.

Está portanto provado que o projecto não tem utilidade senão para aquelles que vivem a custa da provincia, para os professores e os seus parentes, que formam maioria d'esta casa.

(*Ha um parte.*)

Os srs. negão até a existencia de Deos !

Sr. presidente, não quero repetir, o que tenho dito e para responder ao aparte que ouvi, direi que nem ao menos cumprem o regulamento da instrucção publica.

O do sr. Wilkens, por exemplo, que foi acceito pelo sr. inspector da instrucção publica, hoje é por elle insultado. Como se mudão as couzas !

O sr. *vice-presidente*:—Advirto ao nobre deputado, que isto não tem nada com o projecto. Tenho-o deixado fallar, porque não quero chamal-o a ordem.

O sr. *Sergio*:—Perdão, sr. presidente desculpe-me ainda uma vez, não quero furtar-me de entrar n'essas apreciações, é bom sempre lembrar-me, vou entrar de novo na discussão.

Ja provei que os lugares de directores e secretario são inuteis.

Um sr. *deputado*:—Quem escreve o expediente ?

O sr. *Sergio*:—Um lente com a gratificação conveniente, como acumularião os lentes de que já fallei de S. Paulo e Recife; é assim que se devem velar os interesses da provincia e não fazer leis por capricho, para sustentar a quem não quer trabalhar.

Bem sei que esta assembléa bem como todas as couzas desta terra se acham desmantelladas.

O sr. *Sympson*:—O sr. deputado é quem ha de concertar tudo isto.

O sr. *Sergio*:—Não duvide, que eu o poderia fazer, já me era impossivel com o pessoal que temos, mas nutro esperanças d'um dia ser util á esta provincia. Hei de pezar um pouco na balança dos seus destinos; d'ella, o que espero na Divina Providencia,

porque tenho força de vontade e dignidade; hei de conseguir e então melhor responderei ao aparte do sr. deputado.

Sr. presidente, não posso continuar, os apartes fizeram-me ter seguimento no meu discurso, reservo-me para a segunda discussão e espero apresentar nesta casa documentos importantes, já que não sabia qual a ordem do dia de hoje e como já disse entrei de surpresa na discussão.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, pedi a palavra não para ter os foros de orador, nem tam pouco para tratar do projecto que já está julgado de utilidade por deputados competentes e por consequencia eu sou o menos proprio para tratar da questão.

Pedi simplesmente a palavra para fazer uma pequena observação, sobre as injurias que me irrogou nesta casa o deputado que me precedeo. Isto faço em attenção ao publico, e não em attenção a elle. Portanto não me vou defender.

O sr. Sergio:—Porque?

O sr. Tapajós:—Esse deputado tem carta branca para dizer tudo que quizer.

O sr. presidente:—O nobre deputado deve tratar do projecto.

O sr. Tapajós:—V. exc. consentio que eu fosse tratado de sanguexuga da provincia. . .

O sr. Sergio:—E é de facto.

O sr. Tapajós:—... que se dicesse que os interesses da provincia foram sacrificados, e que as suas rendas revertem em meu beneficio.

O sr. Sergio:—E provarei.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, tenho uma olaria montada nesta capital e v. exc. sabe que foi auxiliado pela provincia com um emprestimo de 6:000\$000.

O sr. Sergio:—Que deve ha vinte annos.

O sr. Tapajós:—Declaro que os tenho pago regularmente.

Estão ao meu serviço doze indios.

O sr. Sergio:—Escravidados completamente.

O sr. Tapajós:—Na recebedoria provincial são pagos.

O deputado que acaba de fallar, e que veio provocar-me, foi quem apresentou um projecto que dava a um individuo um emprestimo e passagens para sua familia e escravos e mais 12:000\$000 para o primeiro

estabelecimento que montasse na provincia. Isto é que é sugar os cofres publicos.

O sr. Sergio:—Ninguem trabalha para o bispo nem para o papa.

O sr. Tapajós:—Não é verdade o que avançou esse deputado. Tenho com que pagar, felizmente.

O sr. Sergio:—Quando os exactores da fazenda provincial forem receber, nada encontrarão.

O sr. Tapajós:—Poderei ser talvez censurado em algum jornal, mas felizmente por quem é muito conhecido por um folheto intitulado *Rapinocracia*.

O sr. Sergio:—Não passam de calumnias.

O sr. Tapajós:—Podia fallar muito porque tenho razões, mas as accusações que me foram feitas, ou antes quem me censura, não merece resposta.

(*Trocam-se muitos apartes, sussurro na sala.*)

O sr. presidente:—Attenção.

O sr. Tapajós:—Se a provincia está lezada, só a assembléa é competente para julgar.

O sr. SYMPSON:—Sr. presidente, vou fazer apenas algumas ligeiras considerações sobre a utilidade do projecto que foi contestado pelo sr. deputado Sergio.

Não responderei ás censuras que foram feitas aos srs. lentes; não tocarei nas expressões inconvenientes que aqui foram pronunciadas. Sr. presidente, não tenho outro interesse no projecto que está em discussão, senão o melhoramento da instrucção publica. Não sou empregado na instrucção, todos sabem.

O sr. Sergio:—Eu disse apenas que era parente.

O sr. Sympson:—O augmento de ordenado dos professores é justo, e necessario, visto que accrescenta-se o trabalho creando-se novas faculdades.

Entendo que se deve tornar o lyceo um curso completo de preparatorios. É verdade que a provincia tem feito muito em favor da instrucção publica, porém ainda é preciso fazer mais alguma cousa.

Este augmento de vencimentos como disse, é necessario, apesar de parecer que a instrucção já é bem paga. Aqui onde a carestia de generos alimenticios é tão grande;

aqui onde outras condições económicas são tão precárias, esta gratificação torna-se pequena.

(*Trocam-se apartes.*)

A comissão de instrução publica attendeu aos interesses da provincia, quando confeccionou o projecto. O que disse o nobre deputado nada prova. A inutilidade do projecto não foi provada, mesmo porque, sr. presidente, o nobre deputado occupou-se de cousas muito diversas.

Por estas ligeiras considerações, estou convencido que o projecto será acceito, attendendo-se que a comissão só teve em vista os interesses da instrução publica.

Posto a votos é approvedo o projecto e regeitado o requerimento.

4.^a Discussão do projecto n.^o 18.

Verificando-se não haver numero legal o sr. presidente designou a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 12 de Maio de 1871

Presidência do Sr. Dr. Gustavo.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Clementino, Irenio, Simpson, Miranda Leão, Gabriel, Barreto, Amorim, Maximiano e Castro e Costa; faltando os srs. Sergio, Torquato e Aprigio.

Abre-se a sessão.

Deixa de ser lida a acta da sessão anterior por não estar prompta.

O sr. 1.^o secretario lê o seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo, comunicando que ao thesouro provincial se deu aviso da alteração feita no contracto do tachygrapho.—A archivar.

Primeira parte

Nada occorreo.

Segunda parte

3.^a Leitura do projecto n.^o 19.

Vai á mesa, é lido e approvedo o seguinte requerimento: «Requeiro que o projecto seja dispensado dos interstícios.—Irenio.» —Approvedo.

2.^a Discussão do projecto n.^o 12.—Approvedo.

2.^a Discussão do projecto n.^o 13.

O SR. CLEMENTINO:—Sr. presidente, pedi a palavra para exigir da nobre comissão de camaras explicações a respeito da verba —desapropriação de casas e terrenos na rua das Flores,—para a qual marcou a quantia de 6:350\$000. Me parece que a nobre comissão abrindo este credito, attendeu a proposta feita pela camara da capital.

Persuado-me, porém, que em vista da legislação vigente, não podia ser attendida legalmente uma tal proposta. V. exc. sabe que em 1859 esta assembléa votou uma lei de desapropriações, e que segundo esta, ha um processo a seguir para as desapropriações, por utilidade ou necessidade publicas, quer provinciaes quer municipaes.

E' preciso para que uma desapropriação seja decretada, que se levante o plano da obra, assim como a planta dos terrenos ou casas que se pretendem desapropriar.

Não me consta que tivesse vindo á casa estes documentos.

Portanto, esta assembléa não pode julgar da pretendida desapropriação, votar os fundos necessarios para ella. Prescindir do necessario exame do plano da obra que se pretende fazer e decretar estes fundos, seria estabelecer a consequencia antes da causa. A assembléa é competente para decretar desapropriações, não ha duvida, mas pelos meios regulares, depois de satisfeitas as disposições que ella mesma tem promulgado, para garantir o direito dos interessados.

Eu não poria duvida em votar por este credito se a nobre comissão de camaras me provasse que o abriu em vista de documentos competentes, e segundo o processo estabelecido por lei para as desapropriações, aliás não, e me permittirá que faça estes reparos, porque entendo se vai ferir uma lei que se acha em inteiro vigor na provincia.

(O sr. presidente convida o sr. vice-presidente para occupar o seu lugar, porque deseja elle mesmo dar as explicações exigidas pelo nobre deputado.)

O SR. GUSTAVO:—Sr. presidente, deixando de parte a consideração de não ser eu membro da comissão de camaras, vou com tudo tratar de satisfazer ao pedido de explicações e aos justos reparos do nobre

deputado o sr. Clementino, porque estou perfeitamente sciente das bases que se apresentaram para a resolução que tomou a comissão, incluindo no orçamento a verba pedida. Está já no dominio do publico que o melhoramento praticado na rua das Flores foi que originou e deu motivos á opposição ao actual administrador da provincia, que eu apoio.

Em quanto puder, empregarei todos os meios, para desviar, quanto em minhas forças couber, os entraves e opposição ao melhoramento das ruas. A ninguém prejudicou elle mais do que á mim, entretanto eu não me oppuz, desde que conheci a sua necessidade, porque entendo que assim deve ser. Foram estes os motivos que fizeram com que a comissão abrisse este credito. A verba que se quer decretar, não é propriamente para desapropriação, segundo as formulas prescriptas pela lei que está em vigor, (esta é talvez a falta da comissão) mas é para compensar os prejuizos, que acaso possam soffrer as bemfeitorias dos moradores das ruas que tiverem de ser melhoradas. Posso dizer, com quanto não esteja autorizado para isto, que o illustre administrador da provincia acha esse melhoramento muito necessario e pretende levá-lo á effeito, porém vendo, que a desapropriação de uma palhoça junto á nova matriz, subiu á exorbitante cifra de 8:000\$000.

O sr. Clementino:—8:500\$000.

O sr. Gustavo:—Como já disse, estes melhoramentos terão de prejudicar á alguns moradores dessa rua. Debaixo deste ponto de vista foi que a camara pediu esta autorisação para compensar os prejuizos que por ventura hajam. Sr. presidente, reconheço a utilidade deste melhoramento, e embora eu tivesse ficado prejudicado em toda a extensão do terreno em que se acha a minha casa, não hesitei em concorrer para elle, porque a utilidade publica deve prevalecer á utilidade particular. Entendo que é offensa á lei, mudando-se as expressões, é legitima a concessão, sobre tudo porque não devem ficar parados os serviços, no pé em que estão. Acho que o reparo do nobre deputado tem cabimento, por isso que a expressão desapropriação nos sugeria ao longo processo da respectiva lei. A mudança da palavra pode conciliar tudo. Em lu-

gar de desapropriação se dirá—para indemnizar, por meio de ajuste previo, os danos causados.

São estas as explicações que tinha de dar, e creio ter satisfeito ao nobre deputado.

O sr. CLEMENTINO:—Sr. presidente, não é meu fim privar o illustre administrador da provincia, de mais uma occasião de tratar dos melhoramentos da cidade. Creio que não fui bem comprehendido nas proposições que emitti, ou não me sube convenientemente explicar.

Não ataco a utilidade da medida, ataco a sua fórma.

Fóra desta casa sempre que se tem tratado dos melhoramentos da cidade, tenho sido conforme na ideia de marcar-se um quantitativo, para pequenas indemnisações, a proprietários de predios e terrenos que soffrerem com o melhoramento das ruas e praças, meio pelo qual muito se poderia conseguir, sem o estrepito das formulas judiciais, mas a verba a que me refiro não está consignada debaixo deste ponto de vista; esta é a razão porque me opponho.

Sei que de ordinario difficilmente se pode obter terrenos ou casas para utilidade ou necessidade publicas, e que este mal se renovaria de algum modo, havendo uma quantia disponível, para entrar com os proprietarios em amigaveis composições; sei tambem que pode apparecer inconvenientes com a desapropriação judicial, é exactamente por isto, que não sou infenso á ideia a que me refiro e que me parece ser a mesma que o nobre deputado tem em vista.

O que não quero é que se decretem prematuras desapropriações.

Abra-se este credito, não pela fazenda municipal, mas pela fazenda provincial. Eu tinha ideia de lembrar isto mesmo na 2.^a discussão do orçamento provincial.

Não adopto que se abra pela fazenda municipal, porque, digo-o com franqueza,—não tenho confiança na camara municipal, que tendo completamente discurado dos seus deveres...

Um sr. deputado:—Apoiado.

O sr. Clementino:—... assim receio que a verba aberta por nós, não seja applicada conforme as vistas desta assembléa.

Este entrave desapareceria, passando

essa verba para a lei do orçamento provincial.

Na lei municipal como já disse, não, porque a camara municipal não inspira aos interesses publicos a confiança devida, e, occasiões ha em que ninguem sabe quem é esta entidade, e nem onde existe. Eu sou o primeiro, sr. presidente, a reconhecer a utilidade que ha em concertar a rua das Flores, e desapropriar os terrenos necessarios para isto. Desejava que nada podesse embarçar esse melhoramento, mas, entendendo que a desapropriação lembrada pela comissão de camaras, é prematura e não pode passar pelos motivos que já fiz vêr.

Si o beneficio se puder realizar com a consignação da verba de que já tratei no orçamento provincial, terei o prazer de concorrer para elle, compromettendo-me desde já a apresental-a na occasião competente.

Ficaremos assim com a certeza de que ella será distribuida conforme o pensamento desta casa.

O sr. *Gustavo*.—Sr. presidente, pouco me resta para dizer, visto já ter expendido as minhas idéas sobre a verba em questão. Entretanto direi que a medida suggerida pela comissão de camaras, era no intento de auxiliar a administração nos melhoramentos que tem começado; direi também, que, de certo modo, concordo com o final do discurso do nobre deputado, em que mostra a conveniencia de passar-se esta verba para a lei do orçamento.

A razão em que fundo o meo modo de pensar é esta: a presidencia tem mais esphera, tem mais meios para obter estes resultados, do que a camara, que, muitas vezes, não se pode reunir e effectivamente não se reúne, e assim bem poucas vezes se achará no caso de seguir o plano encetado destes melhoramentos.

Se passar-se para o orçamento e se elle fór approvedo, o actual presidente ainda estará em tempo de levar á effeito os melhoramentos desejados. Lembrarei também a conveniencia de mudar esta verba e de augmental-a com mais 2:000\$000.

O sr. *Clementino*.—Voto por isso.

O sr. *Gustavo*.—... para indemnisação dos prejuizos que soffrem os moradores desta e outras ruas. Neste sentido eu peço á v. exc. que me permitta apresentar uma

emenda (*lendo*.) Elimine-se a verba de... 6:350\$000 destinada a desapropriação de casas e terrenos passando esta despesa a ser feita com o nivelamento e melhoramento das ruas.

(O sr. vice-presidente convida ao sr. 1.º secretario para tomar a sua cadeira, visto elle, como membro da comissão de camaras, não poder assistir como presidente.)

O sr. *GABRIEL*.—Sr. presidente, antes que se discuta o requerimento julgo de meu dever satisfazer a exigencia do nobre deputado o sr. *Clementino*.

A comissão de camaras consignou na actual lei a verba de que se tracta, á vista de proposta da camara municipal, e esta está fundada na planta, e disposição dos terrenos que tem de ser desapropriados.

O engenheiro fez a disposição dos terrenos e avaliou as quantias que pouco mais ou menos podiam ser despendidas. São estes os esclarecimentos que julguei ter obrigação de dar.

Mas eu não concordo com o que disse o nobre deputado sobre a falta de confiança na camara. Se esta corporação exorbitar, se faltar com seus deveres, ha quem velle sobre ella, ha quem possa chamal-a a responsabilidade.

Quanto ao mais é-me indifferente que se passe esta verba para o orçamento provincial.

O sr. *MIRANDA LEÃO* apresenta a seguinte emenda ao § 2.º:—«Em vez de compra de casa para suas sessões diga-se compra de casa para sua sessão.—*Miranda Leão*.»

Posto a votos é approvedo o projecto com as emendas.

2.ª Discussão do projecto n.º 15.—Approvedo.

2.ª Discussão do projecto n.º 16.

O sr. *Clementino* apresenta um artigo substitutivo.

Posto a votos é approvedo o projecto com o substitutivo.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 14 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada achando-se presentes os srs. Gustavo, Ta-

pajós, Arthur, Castro e Costa, Maximiano, Sympson, Gabriel, Amorim, Barreto, Miranda Leão e Irenio; comparecendo depois o sr. Sergio; faltando os srs. Clementino, Aprigio e Torquato.

Abre-se a sessão.

Deixam de ser lidas as actas por não estarem preparadas.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O SR. CASTRO E COSTA:—Sr. presidente, a exiguidade dos ordenados dos empregados provinciaes, é um dos assumptos, que deve merecer a nossa attenção. V. exe. e toda casa sabe que esses funcionarios estão bastante pensionados e que recebem apenas um pequeno ordenado, que por meio de uma rigorosa economia podem sustentar a sua subsistencia, tanto mais quanto alguns tem familia. E' preciso pois melhorar a sorte destes empregados. Não podemos conceder a todos, porém iremos por partes, ao passo que as rendas da provincia permittirem. Não devemos consentir que continuem a soffrer privações tantos funcionarios. Neste sentido apresento o seguinte projecto que diz respeito á repartição das obras publicas (*lé*):

Segunda parte

2.ª Discussão do projecto n.º 17.

O SR. CASTRO E COSTA apresenta o seguinte artigo additivo: «Fica o presidente da provincia autorizado a reformar o regulamento da instrucção publica.»

Posto a votos é approvado o projecto com o additivo.

2.ª Discussão do projecto n.º 18.—Approvado. 1.ª Discussão do projecto n.º 7.

O SR. GABRIEL propõe que este projecto seja votado por capitulos.

Consultada a casa é approvado.

O SR. SYMPSON apresenta as seguintes emendas ao artigo 14: Depois da palavra sessão—diga-se immediatamente, o mais elimine-se. Emenda ao artigo 29: Elimine-se as palavras--ou officio pelo qual fôr chamado.

O sr. Gabriel faz ligeiras considerações em favor do artigo.

Verificando-se não haver numero legal, o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 15 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Amorim, Sympson, Maximiano, Miranda Leão, Gabriel, Irenio, Castro e Costa e Barreto; faltando os srs. Clementino, Aprigio, Sergio e Torquato.

Abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do secretario do governo communicando que foi sancionada uma proposição desta assembléa, a qual tomou o n.º 214.—Inteirado.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O SR. CASTRO E COSTA apresenta o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial decreta:

Art. 1.º Os vencimentos dos empregados da repartição das obras publicas serão os seguintes:

Director ordenado.	1:200\$000	
Gratificação.	400\$000	1:600\$000
Engenheiro, gratificação.	1:400\$000	
Escrivão, ordenado.	1:000\$000	
Gratificação.	200\$000	1:200\$000
Porteiro, ordenado.	600\$000	
Gratificação.	200\$000	800\$000
Desenhista, gratificação.		1:000\$000
		<u>6:000\$000</u>

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço d'assembléa, 13 de Maio de 1871.
O deputado, *Castro e Costa*.

Segunda parte

2.ª Leitura do projecto n.º 20.—E' julgado objecto de deliberação, e vai a imprimir.

2.ª Discussão do projecto n.º 12.—Approvado.

3.ª Discussão do projecto n.º 13.

O SR. AMORIM apresenta a seguinte emenda ao paragrapho 1.º do artigo 1.º:

«Onde se lê medico, diga-se com obrigação, além de outra, de examinar os cadaveres antes de serem dados á sepultura—gratificação 600\$000; mais abaixo, onde se lê administrador do cemiterio, ordenado,

500\$, diga-se 600\$; gratificação em vez de 100\$, diga-se 200\$000.»

O sr. IRENIO apresenta o seguinte substitutivo ao art. 3.º: «ficam approvados todos os creditos supplementares abertos pela presidencia da provincia até a promulgação desta lei.»

Approvado o projecto com as emendas.

3.ª Discussão do projecto n.º 15.—Approvado.

3.ª Discussão do projecto n.º 16.—Approvado.

3.ª Discussão do projecto n.º 17.

O sr. ARTHUR apresenta o seguinte artigo additivo—depois das palavras 1869 diga-se fica desde já em vigor.—Approvado com o additivo.

3.ª Discussão do projecto n.º 18.—Approvado.

1.ª Discussão do projecto n.º 19.—Approvado.

Verificando-se não haver numero legal, o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 16 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Simpson, Clementino, Amorim, Barreto, Irenio, Castro e Costa, Maximiano e Miranda Leão; comparecendo depois o sr. Sergio; faltando os srs. Aprigio, Gabriel e Torquato.

Abre-se a sessão.

O sr. 2.º secretario deixa de lêr a acta por não estar ainda preparada.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

Nada occorreo.

Segunda parte

2.ª Leitura do projecto n.º 21.

E' julgado objecto de deliberação e vai a imprimir.

2.ª Leitura do projecto n.º 20.

2.ª Discussão do projecto n.º 19.

O sr. CASTRO E COSTA apresenta a seguinte emenda ao § 3.º: «Vencimentos aos empregados da secretaria d'assembléa 4:100\$ em vez de 2:900\$000.

O sr. MIRANDA LEÃO entende que não é preciso augmentar a verba do paragrapho, e que se deve crear uma outra verba.

O sr. Castro e Costa faz muito breves reflexões em favor de sua emenda.

O sr. Clementino entende que ficam cortadas as duvidas com a seguinte emenda: «Depois das palavras 2:000\$ diga-se. . . 1:200\$ para pagamento do official-maior interino.»

O sr. Miranda Leão apresenta a seguinte emenda ao § 1.º do art. 5.º—depois da palavra tabella diga-se de 6 de Maio de 1870.

O sr. Arthur apresenta um artigo additivo ao artigo—se augmente para premios aos alumnos do lycêo, na conformidade da lei, 2:400\$000.

O sr. Miranda Leão apresenta a seguinte emenda ao § 1.º do art. 6.º—depois das palavras tabella diga-se de 16 de Maio de 1870.

O sr. Sergio apresenta a seguinte emenda ao § 4.º art. 9.º:—acrescente não podendo despende mais de 18:000\$ por cada uma destas attribuições.

O sr. Clementino faz considerações em favor do § 4.º

O sr. Sergio faz breves reflexões em favor de sua emenda, e pede explicações sobre o § 1.º do art. 11.

O sr. Clementino satisfaz ao nobre deputado.

(Trocam-se apartes entre o sr. presidente e o sr. Sergio e é este declarado em estado de não deliberar.)

O sr. Simpson apresenta a seguinte emenda ao § 11 do art. 11: Em vez da palavra na fórma da lei—diga-se com a libertação do ventre.

O sr. Clementino apresenta o seguinte artigo additivo: Ficam isemptos do pagamento da decima os predios habitados por seus proprietarios e bem assim o que serve de paço desta assembléa em quanto fôr deste serviço.

Posto a votos é approvado o projecto com as emendas e additivos sendo regeitadas as emendas do sr. Sergio.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 17 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Amorim, Barreto, Maximiano, Irenio, Miranda Leão, Sympson, Clementino e Castro e Costa; faltando os srs. Sergio, Torquato, Aprigio e Gabriel.

Abre-se a sessão.

São lidas e approvadas as actas das sessões anteriores.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. AMORIM pedindo permissão ao sr. presidente apresenta o parecer da comissão de redacção sobre os projectos n.ºs 12, 15, 17 e 18.

O sr. IRENIO manda a meza o seguinte requerimento: «Requeiro que sejam discutidos e votados os pareceres da comissão de redacção que foram lidos ha pouco. E' approvedo, e em seguida os pareceres da comissão.

Segunda parte

3.ª Leitura do projecto n.º 21.

3.ª Discussão do projecto n.º 19.

O sr. MAXIMIANO apresenta a seguinte emenda ao § 2.º do art. 10.

Em lugar de 4:400\$—diga-se 5:000\$.

O sr. Irenio apresenta a seguinte emenda ao § 9.º—Em vez de 100:000\$ diga-se 120:000\$—e ao § 10 do art. 12 em lugar de 80\$000 diga-se 50\$.

O sr. Amorim lê o seguinte: Attenda-se aos §§ 1.º 2.º e 9.º do art. 5.º o augmento de que trata a tabella de 16 de Maio deste anno.

O sr. Arthur apresenta a seguinte emenda ao § 1.º do art. 9.º—Vencimentos dos empregados, conforme a tabella annexa.

Apresenta mais a seguinte emenda ao § 24 do art. 12:—Depois da palavra provinciaes diga-se conforme a tabella annexa do regulamento n.º 19 de 31 de Maio de 1869 que continua em vigor desde já a esta lei; lê mais o seguinte artigo additivo: ao praso adicional de que trata o art. 35 da lei de 21 de Agosto de 1869 fica reduzido a 4 mezes para a repartição do thesouro provin-

cial e a dous para as repartições a ella subordinadas.

O sr. Castro e Costa apresenta o seguinte artigo additivo: As aposentadorias dos empregados de fazenda provincial será regulada pela lei n.º 64 de 28 de agosto de 1865 ficando assim revogado o art. 40.

O sr. Castro e Costa apresenta o seguinte artigo additivo:

Fica o presidente da provincia autorisado a tomar as necessarias providencias afim de melhorar a arrecadação dos direitos provinciaes pela collectoria de Villa Bella da Imperatriz e seos §§ do regulamento n.º 21 de 30 de Agosto de 1869. Lê mais a seguinte emenda ao § 10 art. 12:

Doze por cento do valor da borracha exportada da provincia.

O sr. Tapajós apresenta o seguinte artigo additivo para as disposições geraes: Fica approveda a despeza de 400\$ feita pelo sr. Frederico Nery; lê mais o seguinte: Fica o presidente da provincia autorizado a vender ao governo geral o palacete que se acha em construcção por um preço que não seja inferior áquelle por que foi comprado, e incluindo o que se houver despendido; applicando o producto a construcção de um edificio para casa da assembléa e thesouraria.

O sr. Clementino apresenta o seguinte artigo additivo: pequenas indemnisações aos proprietarios de predios que soffreram com o calçamento 10:000\$000.

O sr. Miranda Leão diz que desejava saber as rasões em que se fundou o nobre deputado para elevar a 12 por cento o imposto sobre a borracha.

O sr. Castro e Costa responde sustentando a sua emenda.

O sr. Sympson apresenta a seguinte emenda ao § 4.º do art. 9.º: depois da palavra Boa-Vista diga-se — igarapé do Espirito Santo.

Posto a votos é approvedo o projecto com emendas e artigos additivos sendo uma dellas regeitada.

O sr. Miranda Leão pede que se consigne na acta que votou contra a emenda que elevou o imposto da borracha.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 19 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Barreto, Irenio, Maximiano, Castro e Costa, Simpson, Clementino, Amorim e Gabriel; faltando os srs. Miranda Leão, Aprigio, Torquato e Sergio.

Abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

ORDEM DO DIA

Primeira parte

O sr. AMORIM pedindo permissão apresenta os pareceres da comissão de redacção sobre os projectos n.ºs 12 e 19.

Vai a mesa, é lido e approvado o seguinte requerimento: «Requeiro que entrem já em discussão os pareceres que acabam de ser lidos.—Arthur.»

Posto a votos são approvados os pareceres.

Segunda parte

1.ª discussão do projecto n.º 21.

O sr. Castro e Costa apresenta o seguinte requerimento: «Requeiro a retirada deste projecto, visto já achar-se no orçamento a sua disposição.—Approvado.

2.ª discussão do projecto n. 7.—Approvado até o capitulo 12 com a emenda do sr. Amorim.

Dada a hora o sr. presidente designa a ordem do dia e levanta a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Barreto, Irenio, Maximiano, Castro e Costa e Gabriel; faltando os srs. Simpson, Miranda Leão, Clementino, Sergio, Amorim, Aprigio e Torquato.

Não havendo numero o sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 22 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Gabriel, Barreto, Maximiano, Amorim, Irenio, e Castro e Costa; faltando os srs. Clementino, Aprigio, Sergio, Simpson, Miranda Leão e Torquato.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara que não ha sessão.

Sessão ordinaria em 23 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Gabriel, Barreto, Maximiano, Amorim, Irenio e Castro e Costa; faltando os srs. Clementino, Aprigio, Sergio, Simpson, Miranda Leão e Torquato.

Não havendo numero sufficiente o sr. presidente declara que não ha sessão.

Sessão ordinaria em 24 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Irenio, Amorim, Miranda Leão, Castro e Costa e Barreto; faltando os srs. Aprigio, Gabriel, Maximiano, Clementino, Torquato e Simpson.

O sr. presidente declara não haver sessão.

Sessão ordinaria em 25 de Maio de 1871

Presidencia do Sr. Dr. Gustavo

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Gustavo, Tapajós, Arthur, Aprigio, Barreto, Maximiano, Castro e Costa, Irenio, Sá, Amorim e Miranda Leão; faltando os srs. Clementino, Gabriel, Simpson, Sergio e Torquato.

Abre-se á sessão.

O sr. PRESIDENTE declara que na forma do art. 23 do regimento está encerrada a presente sessão ordinaria da assemblea provincial.

Levanta-se a sessão.



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**